



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO**

ANDRÉ LUIZ COHN DA SILVEIRA

**“ELE NÃO”: TRADUÇÃO CULTURAL DAS MASCULINIDADES EM CONFLITO
MATERIALIZADA NO DISCURSO DO EX-PRESIDENTE JAIR BOLSONARO**

**FLORIANÓPOLIS - SC
2023**

ANDRÉ LUIZ COHN DA SILVEIRA

**“ELE NÃO”: TRADUÇÃO CULTURAL DAS MASCULINIDADES EM CONFLITO
MATERIALIZADA NO DISCURSO DO EX-PRESIDENTE JAIR BOLSONARO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET) da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos da Tradução. Área de concentração: Processos de retextualização.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Meritxell Hernando Marsal

FLORIANÓPOLIS - SC

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

SILVEIRA, André Luiz Cohn da
"ELE NÃO": TRADUÇÃO CULTURAL DAS MASCULINIDADES EM
CONFLITO MATERIALIZADA NO DISCURSO DO EX-PRESIDENTE JAIR
BOLSONARO / André Luiz Cohn da SILVEIRA ; orientadora,
Meritxell Hernando Marsal, 2024.
119 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de
Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Estudos da Tradução. 2. Tradução Cultural. 3. Gênero
e Interseccionalidades. 4. Feminismo. 5. Masculinidade. I.
Marsal, Meritxell Hernando. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Estudos da
Tradução. III. Título.

André Luiz Cohn da Silveira

**“ELE NÃO”: TRADUÇÃO CULTURAL DAS MASCULINIDADES EM CONFLITO
MATERIALIZADA NO DISCURSO DO EX-PRESIDENTE JAIR BOLSONARO**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 24/11/2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.º Dr. Paulo Valente
Avaliador - CED/UFSC

Prof.º Dr. Luiz Herculano de Sousa Guilherme
Avaliador - Dep. de Ensino - Programa de Pós-graduação em Ensino Aprendizagem - IFSC

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Estudos da Tradução

Prof.ª Dr.ª Andréia Guerini
Coordenadora do Programa de Pós-graduação de Estudos da Tradução - PGET

Prof.ª Dr.ª Meritxell Hernando Marsal
Orientadora – PGET/UFSC

Florianópolis, 2024

AGRADECIMENTOS

Eu agradeço.

Meus sinceros agradecimentos vão a:

Agradeço à Roberta Cristina Araujo de Lima, quem, em muitos momentos, incentivou-me a estar neste programa de pós-graduação e agradeço ao programa PGET.

Agradeço a todas as professoras e a todos os professores que lecionaram em minha vida, mestres do meu saber. E agradeço às professoras e professores os quais eu compartilhei a linha de frente no trabalho educacional na educação fundamental como professor.

Agradeço a minha família biológica pela vida, adotiva que são minha estrutura e meu alicerce e bem como minha família espiritual, por ser meu alicerce na hora da alegria e da dor, agradeço a minha mentora Vó Maria Conga, ao Vô Tancredo e toda corrente, pilares de força que me fortaleceram nas batalhas diárias internas e externas na conclusão desta dissertação.

Agradeço à Ana Paula, agradeço a Alexandre, agradeço a Luiz Henrique, agradeço a Rita de Cássia, agradeço a Edla Fraga.

Agradeço imensamente à Meritxell Hernando Marsal, pela compreensão, pela linha de frente no momento da perda física de meu pai, pelo acolhimento e empatia, por todo suporte teórico e metodológico e pela confiança depositada em mim e no processo. Simplesmente, te agradeço.

Agradeço e dedico esse trabalho a meu pai.

Agradeço, por fim e não menos importante, a mim mesmo, por seguir e por ter seguido e, por todo suporte e apoio recebido ao longo desse processo, que por vezes é muito solitário.

Sem mais, agradeço.

RESUMO

No ano de 2018 o Brasil passou por um período eleitoral muito conturbado nos âmbitos social e político, acirrando questões sociais delicadas, veladas, dissimuladas e sutis - por vezes, nem tão sutis, nem tão veladas, escancaradas – relacionadas às temáticas de gênero, raça, etnia, situação socioeconômica e religião, tensionando os posicionamentos políticos, sociais e culturais existentes. O trabalho visa, a partir de um recorte discursivo pautado nas tensões emergentes relacionadas às questões de gênero e às interseccionalidades, realizar uma análise crítica dos atos discursivos do ex-presidente Jair Bolsonaro na campanha eleitoral à presidência do Brasil em 2018 e seu período de mandato. Desenvolvendo uma perspectiva sócio-histórica-cultural acerca da masculinidade no Brasil e o reflexo dessa construção nos pronunciamentos do ex-Presidente da República, entendendo-os como uma tradução cultural de posições cis-hetero normativas, busca-se refletir sobre a leitura desse fenômeno e o que esse tensionamento repercute e reverbera sobre a sociedade brasileira. Para tal, a pesquisa fundamenta-se em Roman Jakobson, Homi K Bhabha e Gayatri Spivak, e na análise crítica do discurso de Teun Van Dijk.

Palavras-chave: Tradução Cultural. Gênero. Feminismo. Masculinidade. Discurso político.

ABSTRACT

In 2018, Brazil went through a very turbulent electoral period in the social and political spheres, intensifying delicate, veiled, concealed and subtle social issues - sometimes not so subtle, not so veiled, open - related to the themes of gender, race, ethnicity, socioeconomic situation and religion, putting tension on existing political, social and cultural positions. The work aims, from a discursive perspective based on emerging tensions related to gender issues and intersectionalities, to carry out a critical analysis of the discursive acts of former president Jair Bolsonaro in the electoral campaign for the presidency of Brazil in 2018 and his period in office. Developing a socio-historical-cultural perspective on masculinity in Brazil and the reflection of this construction in the statements of the former President of the Republic, understanding them as a cultural translation of normative cis-hetero positions, we seek to reflect on the reading of this phenomenon and what this tension has on Brazilian society. To this end, the research is based on Roman Jakobson, Homi K Bhabha and Gayatri Spivak, and on the critical analysis of Teun Van Dijk's speech.

Keywords: Cultural Translation. Gender. Feminism. Masculinity. Political Speech.

SUMÁRIO

1º Ciclo	4
1 INTRODUÇÃO	4
1.1 LUGAR DE FALA ENQUANTO PESQUISADOR	14
2 A COLONIZAÇÃO DA/NA LÍNGUA NO BRASIL	19
2º CICLO	30
3 PATRIARCADO E ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAIS BRASILEIROS	31
3.1 PATRIARCADO	31
3.2 ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAIS BRASILEIROS	43
4 GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES	51
4.1 A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE MASCULINA	57
3º Ciclo	64
5 TRADUÇÃO CULTURAL E PERFORMANCE DISCURSIVA	64
6 METODOLOGIA	68
6.1 DADOS PARA A ANÁLISE E DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	76
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
8 REFERÊNCIAS	112

1º Ciclo

O primeiro ciclo apresenta a posição teórico-crítica a qual a dissertação localiza-se e do que propõe-se a tratar, e meu lugar de fala enquanto sujeito-pesquisador. Enquanto país pós-colonizado, também apresenta os efeitos da colonização da/na língua portuguesa para elucidar aspectos sociodiscursivos que são compartilhados socialmente através da língua e da intrincada constituição cultural e seus atravessamentos sócio-histórico que afetam as coletividades majoritárias e nos circunscrevem de forma normativa ainda nos dias atuais.

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa dissertativa tem como foco o momento sócio-histórico-político-cultural que vivenciamos na atualidade e que está permeado por decisões e ações políticas de retrocesso humanitário, social, civil, ambiental, educacional, político e na saúde. Assim, por decorrência dessa realidade, avalio ser de extrema importância uma análise mais atenta diante dos conflitos evidentes de gênero e as intersecções que vivenciamos e suscitadas pelo processo eleitoral à presidência do Brasil, em 2018, bem como pelo mandato subsequente do presidente eleito. A maneira como o processo decorreu e findou gerou surpresa, divisões e rixas em diversos setores sociais em grande parcela da população. Tal surpresa pode ter se dado pelo percentual de votos obtidos no pleito, visto que, apesar de o presidente ter recebido 39,3% dos votos válidos, foi eleito por menos de 40% dos 147,3 milhões de eleitores brasileiros aptos a votar.

Faz-se importante contextualizar a expressão “Ele não” abordada no título, visto que pode estar deslocada nos dias atuais ou cair em desuso ou no esquecimento devido à temporalidade e seu contexto de aparição. Seu surgimento se dá nas disputas eleitorais à presidência do Brasil em 2018 como um ato de manifestação e repúdio decorrentes de atos discursivos ofensivos relacionados às mulheres do Brasil, aos discursos de cunho racistas e homofóbicos, onde essa coletividade majoritária levantou a bandeira do #elenão, como um movimento contra hegemônico a esses posicionamentos discursivos perniciosos do candidato à presidência da República, Jair Messias Bolsonaro, tornando-se uma das maiores manifestações públicas, que agregou mulheres, o movimento negro e o movimento LGBTQIA+, contra um candidato à presidência em período eleitoral. A hashtag #Elenão irrompe do contexto de gênero devido ao agenciamento de linguagem

ofensivo deste candidato a eleição presidencial direcionado às mulheres, pessoas pretas e LGBTQIA+ e, posteriormente, é utilizado também para repudiar o fascismo, o racismo, a homofobia, o sexismo, a ditadura e reivindicar os direitos humanos e a democracia na sociedade brasileira. #Elenão destaca o que não é aceito e busca irromper com essa coerção social impositiva que ganha força, forma e cresce socialmente, que resulta por fim, na vitória do candidato à presidência da República.

O Presidente da República é uma referência de autoridade dentro de uma sociedade. Dentro do funcionalismo público governamental, o Presidente é um agente político que se constitui, por sua posição de máxima autoridade política, como um sujeito/agente de poder que possui visibilidade e notoriedade nacional e internacional ampla e que, por conseguinte, deveria imbuir-se de uma conduta ética-moral exímia e munir-se de argumentos críticos-reflexivos-propositivos, independentemente de sua ideologia política, e que não firam os princípios e direitos fundamentais do corpo social de seu país.

O Brasil, como uma República Federativa, Democrática e Presidencialista, tem como representação política máxima de autoridade o chefe de Estado, ou seja, o Presidente da República. No canal eletrônico do governo federal pode-se acessar e compreender a abrangência de poder e notoriedade deste Agente Político que, segundo esse canal informativo:

Eleito para um mandato de quatro anos, o presidente da República tem atribuições específicas determinadas pela Constituição Federal. De acordo com o texto de 1988, cabe a ele as tarefas de chefe de Estado e de governo e de comandante das Forças Armadas.

Na prática, isso significa que o presidente é o representante público mais elevado do País e o principal articulador das vontades da população. Além de sancionar ou rejeitar as leis aprovadas pelo Congresso, ele também pode propor emendas à Constituição e projetos que serão avaliados por deputados e senadores, como a criação de universidades federais, de cargos e funções na administração federal ou a criação e extinção de ministérios. (Brasil, 2021)

Desse modo, eu entendo que pela magnitude da visibilidade de um chefe de estado, o seu ato e performance discursiva deve ser sempre auto-observado por esse próprio Agente Político, já que a reverberação de seu ethos discursivo através de seu ato de performance discursiva atravessa esferas sócio discursivas múltiplas do corpo social, bem como os interagentes diversos que as compõem e que constrói um ethos discursivo, que é o que está em pauta nesta dissertação, a reverberação de seu ethos discursivo e não a pessoa Jair Bolsonaro. Isto é, deve-se destacar o modo como as pessoas recebem e assimilam esses discursos e como o incorporam em suas relações sociais a partir de suas

constituições subjetivas, compreensão e visão de mundo até o momento presente que recebem agenciamento deste ethos discursivo, visto que somos seres constituídos a partir da linguagem e da relação com outros seres, da nossa interação com a sociedade e o meio no qual estamos inseridos e que a importância na interlocução oral modifica-se quando trata-se de figura de poder, como por exemplo, discurso médico.

Vale lembrar que o modo como nós nos colocamos e nos lançamos ao mundo pode reforçar padrões e normativas danosas a outras existências humanas. Não que a nenhum Ser Humano não esteja fadado ao erro. Entretanto, errar com a produção de um ethos discursivo de fala e/ou ato libidinoso, vexatório ou discriminatório, que incite à violência e/ou opressão ou coloque apenas a ideia de violência e opressão sobre o outro, em um cargo de presidência é um erro caro diante da conduta ética e moral exigida ao cargo público em questão. Por isso, esta pesquisa pretende aprofundar as questões sobre como essas intervenções agenciadas discursivamente que materializam e traduzem um ethos discursivo pautado na socioculturalidade brasileira e como esse ethos discursivo reverbera em seu auditório e corpo social que compõem o Brasil. Que mediação cultural, a partir de seu ethos discursivo, exerce nos meios sociais brasileiros e dentro e através da própria cultura brasileira e, que rastros e lastros socioculturais são e estão sendo deixados, mantidos ou reforçados discursivamente a partir dessa tradução, que podemos chamar de tradução cultural ou intracultural. Segundo Butler (2020) a força da não violência mostra como “fantasmas raciais e demográficos” integram-se à lógica de imposição da violência pelo Estado e outras modalidades do “deixar morrer”, infligindo a violência às pessoas mais expostas a seus efeitos e submetidas a seus poderes letais. A luta pela não violência é baseada em modos de resistência e movimentos a favor da transformação social que diferenciam a agressão de seus objetivos destrutivos a fim de afirmar os potenciais vivos da política igualitária radical. E é a partir disso que #Elenão se fortifica frente às violências que determinados grupos e pessoas das coletividades majoritárias estavam a enfrentar diante dessa cisão social como modo de resistência e a favor dos direitos humanos e da transformação social, por isso a escolha da expressão vinculada ao título da dissertação.

No mesmo sentido do que tem sido levantado aqui, Bakhtin (2010) traz o conceito de ato responsável a partir de uma perspectiva que se entrelaça a esta discussão, assinalando que:

Cada um de meus pensamentos, com o seu conteúdo, é um ato singular responsável meu; um dos atos que se compõe a minha vida singular inteira como agir ininterrupto, porque a vida inteira na sua totalidade pode ser considerada como uma espécie de ato complexo: eu ajo com toda a minha vida, e cada ato singular e cada experiência que vivo são um momento do meu viver-agir. Tal pensamento, enquanto ato, forma um todo integral: tanto o seu conteúdo-sentido quanto o fato de sua presença em minha consciência real de um ser humano singular, precisamente determinado e em condições determinadas – ou seja, toda a historicidade concreta de sua realização – esses dois momentos, portanto, seja o do sentido, seja o histórico-individual(factual), são dois momentos unitários e inseparáveis na valoração deste pensamento como meu ato responsável. (Bakhtin, 2010, p 44.)

Com um olhar atento ao fenômeno do ethos discursivo de Bolsonaro e a partir da citação de Bakhtin, podemos entender que não só as falas no recorte do período elencado na dissertação são importantes, mas, nossos atos complexos, atos os quais escolhemos ou seguimos escolhendo ao longo da vida, são cruciais e inseparáveis para a valoração de um ato responsável. Devido ao teor discursivo agressivo do ato ilocutório do ex-presidente, visto analisar essas falas sendo, uma das finalidades, avaliar se elas podem vir a ter relação com possíveis atos perlocutórios na sociedade por conta de seu lugar de fala e seu agenciamento discursivo. Para isso, pontuo recortes de performances discursivas de Bolsonaro com a finalidade de exemplificar a incongruência de seu ato responsável enquanto agente político e enquanto chefe de Estado e para com seu auditório social nacional e internacional, já que seu ato performance discursivo é, por conseguinte, uma vitrine e um reflexo da nação brasileira, não de um todo da nação, mas, de uma parcela expressiva da população, pelo cargo que Bolsonaro ocupou e que identifica-se com seu ethos discursivo. Esses recortes pontuados são o que dá corpo e forma a essa dissertação e à crítica deste trabalho.

A produtividade desse discurso salta-me aos olhos e inquieta-me enquanto indivíduo e sujeito acadêmico de universidade pública comprometido com uma devolutiva e produção social e, por estar neste lugar e no processo de produção de conhecimento, que me mobiliza a ter um posicionamento crítico a partir de minha história e relação com o mundo. A reflexão sobre a História do Brasil, a ideia de uma classe hegemônica, da miscigenação, da política pública eugenista, de embranquecimento, implementada no início do século XIX, do racismo estrutural, do sexismo, machismo, homofobia, da cultura do estupro que se estruturam na sociedade patriarcal brasileira motivam-me a indagar e refletir sobre o contexto sócio-político-cultural vivenciado no período eleitoral e de mandato 2018 a 2022 a partir da análise discursiva crítica.

Nesse contexto, tendo em vista o que apontamos até aqui relacionado à composição sócio-histórica-cultural da construção das relações no Brasil em relação à masculinidade dominante decorrente do processo colonial, Souza (2000) aponta que:

O tema principal das relações de gênero durante a colonização é a miscigenação. A grande maioria dos colonizadores portugueses que se estabeleceram no Brasil foi de homens que tomaram a terra e as mulheres pela força. Eles mantiveram relações sexuais, primeiro com mulheres indígenas e, depois, com escravas africanas, produzindo uma elevada miscigenação (van den Berghe, 1967). A escassez de mulheres portuguesas conferiu aos homens a licenciosidade sexual (Burns, 1993), aumentada pelo fato de que os colonizadores portugueses não estavam sujeitos nem ao fervor católico dos espanhóis, nem à inibição pudica dos protestantes ingleses (Levine, 1989). Portanto, os homens portugueses mantiveram relações sexuais com mulheres africanas, que eram vistas primeiramente em dois papéis: como trabalhadoras e como objetos sexuais. (Souza, 2000, p 485.)

Dito isto, portanto, a dissertação visa debruçar-se, como objetivo geral, em analisar os desdobramentos da estrutura sócio-histórico-político-cultural da sociedade brasileira - de constituição histórica patriarcal - e como essa estrutura aparece, como reflexo, na tradução discursiva das declarações de Jair Bolsonaro, que buscam perpetuar essa estrutura. Tem como objetivos específicos, buscar responder os seguintes questionamentos: Qual é o modelo de masculinidade evocado por Bolsonaro? Como, de seu lugar de fala e de sua figura política e de autoridade máxima de um Estado, sua reprodução de masculino e seus atos performáticos discursivos culminaram em uma identificação social? Qual é o impacto desse perfil de “masculino” na sociedade brasileira? Assim, os objetivos específicos exercem um delineamento à dissertação que tem como questão-problema de pesquisa o seguinte questionamento: Que discursos Jair Bolsonaro agencia a partir de seu lugar de fala?

Importante entender que um discurso não encerra em si mesmo e compreender a dinâmica do ato performático discursivo que, quando carrega ou é carregado de injúria ou agressividade, inflige uma coação sobre o sujeito por restabelecer e reforçar padrões sociais danosos de dominação e subjugação, como ressalta Butler em relação a discurso de poder e discurso de ódio:

Na formulação de Mari Matsuda, por exemplo, o discurso não apenas reflete uma relação de dominação social; o discurso coloca em ação a dominação, tornando-se o veículo pelo qual essa estrutura social é restabelecida. De acordo com esse modelo ilocucionário, o discurso de ódio constitui seu destinatário no momento do enunciado; ele não descreve uma injúria ou tem uma injúria como consequência; ele é, no próprio proferimento desse discurso, a performatização da própria injúria, em que a injúria é entendida como uma subordinação social. (Butler, 2021, p. 33-34)

Por outro lado, faz-se necessário também compreender que, dentro do percentual dos 39,3% dos votos pró-Bolsonaro nas eleições de 2018, este número tenha sido ou, também pode ter sido, composto por mulheres, pessoas pretas e LGBTQIA+; portanto, vale aferir um capítulo para compreender o que levou minorias que têm suas subjetividades e corpos demarcados por um discurso nocivo, por vezes, de ódio, a votar e eleger um representante cujo ato e performance discursiva atenta contra a própria existência? Deste modo, a partir da reflexão e citação de Colaizzi, eu estendo a mesma reflexão aos demais, as pessoas pretas e LGBTQIA+, visto a elevada e crescente taxa de violência e homicídio relacionados às *coletividades majoritárias*¹ no país.

Onde e como ela poderia estar situada? Eu poderia fazer isso? Como pode uma mulher conceber a participação activa num sistema de representação baseado na sua exclusão e invisibilidade, na aquiescência silenciosa e na aceitação da sua inexistência como sujeito? Como pode uma mulher encarar a criatividade e a produtividade se é ela quem fundamenta ambas, mas em termos masculinos e exclusivamente para o benefício dos homens? (Colaizzi, 1990. p. 19.)²

A partir da metodologia da Análise Crítica Discursiva (ACD), vão ser analisados os discursos proferidos e registrados do ex-Presidente da República veiculados em jornais digitais brasileiros que serão selecionados através da filtragem do Portal Digital aosfatos.org, durante o processo das eleições à presidência em 2018 e o período de mandato, sob o viés de gênero, abrangendo, se possível, suas interseccionalidades, com a finalidade de refletir criticamente sobre a incidência desse agenciamento de linguagem dentro da relação dialógica com a sociedade brasileira, que é o auditório social receptor nessa relação dialógica e no qual esse agenciamento de linguagem incide direta ou indiretamente através de sua visibilidade. Essa consideração se apoia em Santos e Almeida (2020) que defende a natureza intersubjetiva da linguagem a partir da ideia de que ao enunciar o falante sempre leva em consideração a resposta do interlocutor, ou seja, a réplica antecipada. Sendo assim, no discurso sempre temos no mínimo duas vozes, a do falante e a do ouvinte, nesse caso, o povo brasileiro.

¹ Em lugar de se utilizar o termo/conceito de minorias, as quais se utilizam para definir um grupo majoritário da sociedade, será abordado o termo coletividades majoritárias, subentendendo aqui, mulheres, pessoas pretas/pardas, indígenas e lgbtqiapn +.

² ¿Dónde y cómo podría ella situarse? ¿Podría quizás hacerlo? ¿Cómo puede una mujer concebir tomar parte activa en un sistema de representación basado en su exclusión e invisibilidad, en la silenciosa aquiescencia y aceptación de su no-existencia como sujeto? ¿Cómo puede una mujer enfrentarse al hecho de la creatividad y productividad si es ella quien fundamenta uno y otro, pero en términos masculinos y exclusivamente en beneficio de los hombres? (Colaizzi, 1990. p. 19.)

Os critérios para seleção do corpus, sua descrição e a metodologia de análise serão apresentadas no terceiro ciclo desta dissertação. Sublinho que a análise respeitará o enfoque analítico discursivo crítico, no qual esta dissertação se baseia, entendendo o discurso como um elemento constituído dialeticamente na relação sociedade-sujeito, sujeito-sociedade; a análise visa, portanto, focar na tradução materializada em atos discursivos e enunciados do ethos discursivo de Bolsonaro com enfoque em gênero e interseccionalidades, sem alteração ou modificação do teor de suas falas originais, apenas reproduzam-nas integral e fidedignamente. Na seção anexo buscarei transcrever os recortes discursivos na íntegra e/ou disponibilizar a fonte que explicita o recorte na sua totalidade.

Trago como recurso olhares multidisciplinares para me conduzir nas linhas reflexivas e compor o corpo teórico-metodológico dissertativo que irá auxiliar a tecer essa escrita: Adrienne Rich, Bell Hooks, Homi K Bhabha, Joan Scott, Judith Butler, Mikhail Bakhtin, Norman Fairclough, Raewyn Connell, Gayatri Spivak, Teun A. Van Dijk. Valho-me de uma fundamentação teórica multidisciplinar, envolvendo tradução cultural, os estudos feministas de tradução e os estudos de gênero, psicologia, sociologia e filosofia e da análise crítica discursiva enquanto metodologia, para buscar respostas às questões apresentadas relacionadas ao agenciamento de linguagem, os tensionamentos e conflitos entre a ideia figurativa performática social de “homem” e masculinidade e de “mulher” e feminilidade – usando como compreensão e subsídio à análise do nosso sistema cultural androcrático patriarcal brasileiro e a relação desse sistema com a ideia das figuras performativas de gênero e as normativas sociais de homem e mulher que compõem e fazem-se presentes no imaginário social brasileiro.

Faz-se necessário aqui introduzir e discernir alguns conceitos centrais que serão abordados no decorrer da dissertação. O conceito de tradução abordado busca mostrar como uma normatividade é traduzida pela autoridade que a sustenta e como essa tradução cultural ou intracultural do discurso dessa autoridade incide sobre os comportamentos sociais culturais brasileiros. Fala-se em tradução cultural pois tradução aqui não se refere a uma cultura externa ao Brasil e a uma língua de partida e uma língua de chegada mas, sim, a uma complexidade linguística-cultural, já que a produção discursiva no Brasil passa pela história (apagada) de sua própria pluralidade linguística. Ou seja, a noção de tradução abordada não é uma tradução de pares de línguas e, sim, uma tradução intralingual e, entendendo tradução como um processo cognitivo (como o descrevem Roman Jakobson e Georges Steiner), de materialização do querer-dizer do sujeito em ato

discursivo. Ainda para embasar esse processo tradutor, vale-se aqui do conceito e a perspectiva catacrética na tradução abordada por Spivak, que permite-nos visualizar e analisar a operação cognitiva, que através do agenciamento de linguagem, gera enunciados que, valendo-se de uma expressão linguística catacrética, reforça e regula as normas de gênero (tal como definidas por Judith Butler) e das normas culturais de (como aponta Guerreiro Ramos) que, por sua vez, têm um poder constitutivo subjetivo e performativo sobre os sujeitos que designam e incidem tais normas (BUTLER, 2021). Essa performatividade é ainda mais evidente nos enunciados do sujeito político-social estudado, pois seu ethos discursivo constitui um modelo para uma parcela da sociedade, que reproduz, incorpora, corporifica seu agenciamento verbal.

O conceito de gênero aqui é entendido como Butler (2004) postula em seus escritos, como uma regulação normativa de gênero que regula a identificação sexual e de gênero, ou seja, como uma norma. Esta norma opera dentro de práticas sociais como um padrão regulador implícito da normalização, governando a inteligibilidade social da ação, mas, não se confunde com a ação que governa. O gênero é o artifício pela qual noções de masculino e feminino passam a ser produzidas e naturalizadas através da ação da norma na sociedade e que, através do mesmo aparato regulatório, estas noções são desconstruídas, questionadas e desnaturalizadas. Visto que na análise discursiva desta dissertação visa-se destacar atos discursivos relacionados a gênero e interseccionalidades com um cunho injurioso, vinculado ao conceito de gênero, é articulado juntamente a este conceito ao longo da dissertação o conceito de discurso de ódio, entendido aqui, segundo Butler (2021), como um meio de constituir o sujeito em uma posição subordinada que, pautada na tese de Matsuda, pressupõe que a estrutura social, que sustenta o contexto do discurso injurioso, é evocada no momento do ato discursivo odioso, reinvocando a posição de dominação que é reforçada através deste mesmo ato discursivo no momento de sua enunciação. Apesar do discurso de ódio evocar uma posição de superioridade e subordinação sobre o outro, o efeito desse discurso injurioso no sujeito ouvinte pode vir a conduzi-lo a um não-lugar, já que este não espera receber tal injúria, como evidenciado na citação a seguir:

Ser chamado de forma injuriosa não é apenas abrir-se a um futuro desconhecido mas desconhecer o tempo e o lugar da injúria, desorientar-se em relação à própria situação como efeito desse discurso. O que se revela no momento de tamanha ruptura é exatamente a instabilidade do nosso “lugar” na comunidade de falantes; podemos ser “colocadas em nosso lugar” por esse discurso, mas esse lugar pode ser lugar nenhum. (Butler, 2021, p. 13-14).

Os discursos de injúria são geralmente complementados com ditos e dizeres nocivos populares que se referem a esse lugar, que pode vir a ser lugar nenhum, como: “ponha-se no seu lugar”, com a finalidade de diminuir o outro, “volte para África” evidenciando que este lugar não pertence como direito a determinados sujeitos de etnia não-branca ou discursos machistas como: “Se fosse minha mulher eu...”, sinalizando uma não aceitação e um não respeito da liberdade do outro. Esses discursos são apoiados numa estrutura sócio-histórica-cultural, que se constitui nas interações sociais e institucionais e se perpetua, também e justamente, através da linguagem. Assim, o discurso de ódio atua justamente na constituição social do destinatário, como é destacado por Judith Butler em sua colocação através da obra de Mari Matsuda:

Na obra de Mari Matsuda, o discurso de ódio é interpretado não apenas como uma atuação sobre o ouvinte (uma cena perlocucionária), mas também como uma contribuição para a constituição social do destinatário (e, por consequência, como parte de um processo de interpelação social). Segundo essa interpretação, o ouvinte ocupa uma posição social ou está identificado com essa posição, e as próprias posições sociais são interpretadas como estando em uma relação estática e hierárquica entre si. Em virtude da posição social que ocupa, o/a ouvinte é ferido/a como consequência desse enunciado. (Butler, 2021, p. 33).

Postular que o discurso de ódio afeta a constituição social do destinatário ou entender que há uma posição social, impositiva, para um indivíduo, ou que determinado indivíduo está identificado com determinada posição dentro da estratificação social é compreender que há uma relação estática e hierárquica que presume lugares fixos e predeterminados para determinados corpos e subjetividades dentro da estratificação social e entre si, como destaca Butler, faz necessário recorrer a princípios básicos para compreensão destas postulações, como: a história e aos fatos históricos e a memória, entendendo memória como consciência crítica em relação a história e a esses fatos históricos. A partir disso podemos perceber o quão estratégico é “apagar” memórias e histórias. Logo, parte da dissertação visa uma contextualização histórica com a finalidade de ativar essa “memória” histórica com a finalidade de olhá-la através de uma perspectiva e de uma “consciência” crítica.

Contrapondo a linearidade, este trabalho compõe-se em ciclos e a perspectiva adotada a partir dessa ciclicidade é com a finalidade de indicar que todas as partes se intercomunicam constantemente entre si sem cessar e de modo imprescindível precisa-se

construir uma visão geral da dissertação, como um todo - uma gestalt -, para compreender seus caminhos e reflexões teóricas propostas. Compreende-se por ciclos e não por capítulos, por não compreender como blocos lineares que encerram em si mesmos para dar continuidade ao capítulo seguinte e encerrar com uma conclusão. Mas, sim, ciclos interdependentes, com composições que se intercomunicam ao longo da escrita de forma constante e consistente para construir um olhar crítico sobre a relação dialética entre o contexto sócio-histórico-cultural e performance discursiva.

Dito isto, esta dissertação se divide em três ciclos. O primeiro ciclo trata sobre: meu lugar de fala enquanto pesquisador, patriarcado e aspectos sócio-linguístico-culturais brasileiros, gênero, interseccionalidades e subjetividade masculina, uma breve análise sócio-histórica-cultural dos entraves sociais que emergem desse campo afetando as relações humanas em diversos setores e ramificações, de um modo geral. Também abarca aspectos ligados à constituição e subjetivação do homem como sujeito no mundo e dos fatores sociais transversais ou impostos a esse processo - contribuições da psicologia a partir de conceitos de Carl Jung e diálogos com a filosofia através de Michel Foucault. O segundo ciclo compreende a tradução cultural e a performance discursiva - Discurso de poder, discurso de ódio, discurso de autoridade; e um destaque para abordar sobre mídia, discurso e sociedade dentro das estratificações sociais. Por fim, o terceiro ciclo compreende o processo teórico-metodológico a partir da análise crítica do discurso e consiste na apresentação dos recortes discursivos apresentados como dados à análise, análise dos dados, discussão e considerações finais.

A compreensão de cada componente nessa construção dissertativa é fundamental e tem o intuito de possibilitar construir uma visão expandida da magnitude de nossos atos discursivos, que ecoam nossos atos responsáveis e de onde estes advêm, e qual construção sócio-histórica-linguística-cultural esses atos discursivos evocam quando são enunciados na performance discursiva. Esses fatores transversais constroem e fazem parte ativa em nosso processo de Ser e Estar no Mundo e suas implicações sociais, entendendo o indivíduo como um constante vir - a - Ser em relação a si e em relação ao outro e com outro e o meio social. Temos que levar em consideração que este outro consequentemente também é atravessado pelas relações dialógicas constantes do mundo, irá constituir suas relações reforçando, modificando ou reestruturando o status-quo em suas relações interpessoais e transpessoais.

1.1 LUGAR DE FALA ENQUANTO PESQUISADOR

Para transcorrer por esses caminhos e percursos discursivos, faz-se importante e fundamental evidenciar minha trajetória enquanto sujeito e pesquisador e me colocar em pauta evidenciando meu lugar de fala. Portanto, prossigo. Sou André Luiz, homem preto, natural do Rio Janeiro, de família branca, adotiva, de professores e racializada. Blumenau foi a cidade na qual me constituí como sujeito e Florianópolis foi a cidade na qual me lapidei como sujeito. Mudei-me para Florianópolis para cursar Psicologia, área em que me formei como bacharel e licenciado. Devido à minha prática enquanto psicólogo se compor por muitos acompanhamentos psicológicos nos quais prestei atendimento a mulheres, cursei uma pós-graduação em Gineterapia – estudo da mulher e da vida –, com a finalidade de adquirir uma compreensão mais ampla de questões relacionadas à mulher e sua subjetividade, por perceber lacunas na práxis e nas intervenções da psicologia com esse público, bem como ir além das perspectivas que corroboram com a ideia de hegemonia e da mulher como um objeto falho. Meu trabalho de conclusão nesta especialização se debruçou sobre um tema correlacionado ao da dissertação – estudos sobre a relação entre o masculino e o feminino, na perspectiva corroborada por Jung, que se utiliza como referência para alicerçar seus constructos teóricos destes conceitos a filosofia oriental, onde compreende o princípio do gênero como “yin” e “yang” ou polaridades complementares, onde estabelece dois conceitos que são principais dentro da psicanálise analítica - “anima” e “animus”.

No momento, atuo como psicólogo e, também como professor de Língua Inglesa há sete anos em escolas de ensino regular, nos níveis fundamental e médio. Tive a oportunidade de trabalhar com formação de professores e ministrar palestras acerca de masculinidade hegemônica, gênero e interseccionalidade. Ao longo de minha constituição como sujeito - da minha infância até a fase adulta – minha vida foi marcada pela presença da Capoeira, da Cultura Hip-Hop, da arte, da música, do esporte, da cultura e da relação com outros idiomas, culturas e nacionalidades que ainda seguem fazendo parte de minha vida até o momento presente. Minha vinda a Florianópolis acentuou e fortaleceu ferramentas e recursos internos prévios e, também, favoreceu a construção de outros, assim como me auxiliou a discernir com maior nitidez alguns temas que me atravessavam enquanto sujeito, como homem preto, e o processo de minha subjetivação - meu corpo negro relacionado a questões étnico-raciais, o fortalecimento de minha

construção identitária e a compreensão crítica-reflexiva do mundo e de meu papel nele como sujeito.

A partir da minha história de vida, das minhas vivências nas comunidades, das minhas vivências acadêmicas, das minhas relações sociais e interpessoais múltiplas, plurais e transversais e a partir da minha vivência na e com a educação, entendo o processo de estar mestrando como uma oportunidade de fala construtiva e significativa, como um processo de indagação, como um processo de demarcação e apontamentos de incômodos e desconfortos de forma propositiva e dialogada com o momento presente. É imprescindível eu ter uma consciência crítica e explícita do meu papel na sociedade e construir um diálogo entre sociedade e aspectos sociais, mundo e conhecimento acadêmico, como aponta e salienta Dijk (2018) sobre a relação dialética entre conhecimento acadêmico e sociedade:

Para os analistas críticos do discurso, é fundamental a consciência explícita do seu papel na sociedade. Dando continuidade a uma tradição que rejeita a possibilidade de uma ciência “não valorativa”, os analistas críticos argumentam que a ciência e, em particular, o discurso acadêmico não são apenas parte inerente de uma estrutura social, mas também são por ela influenciados, além de serem produzidos na interação social. Em vez de negar ou ignorar essa relação entre o conhecimento acadêmico e a sociedade, os analistas críticos do discurso defendem que tais relações sejam fundamentadas a partir desse entendimento. (Dijk, 2018. p.114).

Compreendo que, também, como pessoa e como profissional da saúde, preciso reconhecer/perceber atravessamentos que ecoam em mim, de forma insalubre, a partir dos atos performáticos discursivos de um agente político representativo da instância máxima de poder de uma República. Todo esse percurso de minha constituição como pesquisador, que atravessa esta pesquisa, faz a temática aportada aqui nesta dissertação ser este recorte, por enxergar que o ato performático discursivo de outros sujeitos sociais interpelam e reivindicam um lugar comum, lugar esse que fala de uma regulação normativa de gênero, em geral alinhada com a heterossexualidade compulsória do patriarcado branco, de padrões de comportamentos e condutas físicas-morais relacionadas ao corpo da pessoa preta, ao corpo da mulher, ao corpo de pessoas LGBTQIA+ e de exigências e expectativas normativas sobre eles. Tais atos performáticos discursivos que reconheço dialogam sobre a existência e potência de outros seres e outros corpos, mas cerceiam a espontaneidade individual e os direitos fundamentais e vão ao encontro da limitação da potência e da pulsão de vida sobre a identidade e o sujeito que ocupa determinados corpos. Atacar o corpo e a subjetividade é estratégico, visto que é a partir desses que podemos construir

pulsões de vida e prazer para construir uma identidade psíquica harmoniosa que estruture o indivíduo, indo de encontro à referência de Costa (1983), que destaca o seguinte:

Para que o sujeito construa enunciados sobre sua identidade de modo a criar uma estrutura psíquica harmoniosa, é necessário que o corpo seja *predominantemente* vivido e pensado como local e fonte de vida e prazer. As inevitáveis situações de sofrimento que o corpo impõe ao sujeito tem que ser “esquecidas”, imputadas ao acaso ou a agentes externos ao corpo. Só assim, o sujeito pode continuar a amar e cuidar daquilo que é, por excelência, condição de sua sobrevivência. (Costa, 1983, p. 06).

Se são discursos que limitam, são discursos que, de certa forma, impõem uma determinada subjetividade individual, coletiva e social, adequada a um corpo social lido como “padrão” ou como “normal” – ditada por uma heteronormatividade branca masculina hegemônica, de uma parcela da coletividade, sobre outra parcela em que se encontram grupos subalternizados (ou contra hegemônicos), cerceando individualidades e singularidades, silenciando e “apagando” vozes, dores, desejos, anseios, identidades e subjetividades. Por que a escolha desse tema? Por reconhecer que esses mecanismos atentam contra vidas, contra subjetividades, individualidades e identidades e por ter, durante a minha trajetória pessoal, vivencial, experiencial e teórica, compreendido o quanto esse processo leva a situações de sofrimento, como aponta Costa (1983). Igualmente, a escolha dessa temática deriva da ascensão do conservadorismo, não um conservadorismo liberal, no sentido de respeitar a liberdade e escolha individual; mas, sim, um conservadorismo coercitivo nesse aspecto singular. Por se tratar esse de um fenômeno observado e vivenciado, isso, por fim, desencadeia a emergência de “dispositivos” de reprodução e controle de normoses e padrões da classe dominante conservadora que geralmente se alinha com agenciamentos discursivos relacionados à: heteronormatividades, opressão das minorias, tensionamentos étnico-raciais, de gênero e interseccionais, desinteresse em políticas ambientais e direitos humanos.

Por esse conservadorismo vir atrelado a aspectos morais e moralizantes, subalternizando aspectos humanitários, compreendo ser de suma importância refletir sobre esse processo levantado e abordado aqui, como uma necessidade de voltar olhares e produzir conhecimento reflexivo-crítico sobre o assunto e sobre como discursos de líderes políticos podem vir a afetar ou influenciar aspectos e comportamentos sociais tendo o Brasil como uma experiência analítica sobre as possíveis interrelações do agenciamento linguístico e cultural a partir da análise discursiva crítica, que enfoca o fenômeno como um processo de tradução cultural diante de uma análise sócio-histórica-cultural.

O viés dissertativo, abordado por mim no decorrer da dissertação, não é estritamente político, como entendemos, por estar voltado apenas aos discursos do chefe de Estado do governo. Mas, sim, vendo e entendendo o “político” como qualquer ato, escolha, posicionamento e linguagem, analiso e entendo o ato discursivo, e neste caso, o ato discursivo de Bolsonaro, como um ato crítico reflexivo, ou seja, político. Parto do pressuposto de que nossas ações discursivas nos definem como interlocutores dentro de uma relação dialógica com apenas um outro ou com um outro que pode ser um auditório social mais amplo, e que devido a amplitude de um lugar social determinado de fala, caso do presidente eleito, há uma repercussão e reverberação social igualmente ampla e sem precedentes, comparado a nós, membros civis da nação. Ler linguagem como ato e ato como linguagem, enfatiza a linguagem e o ato discursivo como instrumentos de poder, a partir dos agenciamentos de linguagem que utilizamos. Este agenciamento pode emancipar ou reprimir um indivíduo ou uma nação, tendo em vista que é a linguagem que permeia, compõe e constitui nossas subjetividades e relações, reproduz ou interpela normatividades sociais e nos insere na convivência social e humana com um todo a partir das dimensões semióticas que compõem as relações humanas e com o mundo. E opto, escolho, a partir de mim, agenciar, ecoar e ressoar outras vozes através de meu ato performático discursivo nesse trabalho acadêmico e viso com ele refletir sobre o tema que me proponho e que essa dissertação se propõe.

Busca-se compreender com esta pesquisa e este corpo-teórico, se este caminho está a nos conduzir por um trajeto social coletivo favorável, o qual busque a equidade e o respeito aos nossos direitos fundamentais, ou se estamos nos distanciando de uma construção social equilibrada, que vise à consolidação e à aplicação dos direitos fundamentais. Acredito que o problema de pesquisa possa suscitar e fazer emergir questões elementares diante do processo sócio-histórico-político-cultural experienciado no Brasil, por decorrência da pluralidade individual e do corpo social brasileiro, através de um olhar crítico multidisciplinar acerca do tema. Avalio como um tema necessário a se voltar os olhares e atenções enquanto cidadão, educador, pesquisador, homem preto, psicólogo pois é fundamental atuar de forma crítica em relação a estar ocupando uma cadeira estudantil em uma universidade pública, produzir conhecimento sobre a sociedade e para a sociedade. Para além de avaliar o discurso que o outro agencia, o meu discurso, o meu ethos discursivo e a minha performance discursiva agencia a minha história até aqui relatada brevemente, relato esse que não dimensiona minha vivência de

forma integral e mensurada, mas, apenas me situa e me localiza no espaço-tempo enquanto sujeito discursivo.

2 A COLONIZAÇÃO DA/NA LÍNGUA NO BRASIL

Aqui, eu proponho destacar o apagamento sócio-histórico-cultural-linguístico de povos, culturas e tradições as quais fazem parte de Pindorama³, antes da chegada de povos europeus, mas, que seguem às margens de forma sócio-histórico-linguístico-cultural, bem como às margens na estrutura e instituições da sociedade e no aspecto territorial do Brasil atual. É imprescindível compreender que o cerceamento da liberdade do corpo e a dominação dos povos e da cultura por parte dos povos colonizadores também se deu pelo embate e pela imposição da língua falada pelos colonizadores aos povos colonizados e que esse processo de colonização não pode se dar, se efetuar, sem considerar o aspecto linguístico como ressalta Mariani (2003) em sua colocação:

A relação de colonização é, em si, da ordem de um acontecimento discursivo, tal como Pêcheux o formula: “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”. É um acontecimento na medida em que produz sentidos e, ao mesmo tempo, provoca rupturas em sentidos já estabilizados. Em suma, no acontecimento discursivo se instaura um trabalho de linguagem que não é qualquer um.

Essa *colonização linguística* é desencadeada no bojo do *acontecimento linguístico* que um processo colonizador convoca, qual seja, no ainda irrealizado linguageiro que virá a se constituir como língua nacional, há um complexo e tenso jogo entre memórias e apagamentos das imagens produzidas sobre as línguas em circulação. (Mariani, 2003, p. 74).

Vale aqui, compreender e ressaltar o que é a língua portuguesa e o que é o Brasil enquanto Estado-Nação e a composição sócio-histórica-linguística-cultural desse país, que por si só, está engendrado em sua composição usurpada de país em uma raiz multicultural e de múltiplas influências e tradições visto que, no período da colonização, tivemos a presença de indígenas, africanos e europeus. Pois, nem sempre, ao longo da história, existiu um sujeito e uma nacionalidade a qual chamamos de brasileiro e brasileira como presenciamos hoje. Mas, sim, sujeitos, os que atravessaram o Atlântico, que carregavam em si, sua subjetividade e história, sua cultura, sua corporeidade e seus sistemas linguísticos e semânticos de comunicação, bem como, os sujeitos que já se encontravam aqui em *terra brasilis*, nossos povos nativos, os quais também já possuíam sua subjetividade, sua cultura e sua organização sócio comunitária, seus sistemas linguísticos e sentidos semânticos mas, que com o processo de colonização, que se dá também através da colonização linguística, essa significação e esses sistemas linguísticos

³ "Pindorama" é um termo que era utilizado pelos povos indígenas para se referir ao território que hoje corresponde ao Brasil. A palavra tem origem tupi-guarani e pode ser traduzida como "terra das palmeiras" ou "terra das palmeiras altas".

são realocados num processo de ruptura simbólica e semântica, como pontua Mariani, (2003), a seguir:

A colonização lingüística, como foi dito, se inscreve na ordem de um acontecimento de uma maneira específica: ela se realiza no encontro de várias memórias simbólicas (as línguas, em suas distintas materialidades) com uma atualidade (o (des)encontro linguageiro, a incompreensão dos sentidos). Como resultado, a colonização lingüística produz modificações em sistemas lingüísticos que vinham se constituindo em separado, provoca reorganizações no funcionamento dos sistemas lingüísticos além de rupturas em processos semânticos estabilizados. (Mariani, 2003, p. 74).

Essa composição lingüística colonizadora civilizatória e adestradora do outro, envolve e se dá, também, por decorrência de um apagamento simbólico, estrutural, cultural, o qual cerceia a leitura do outro como um sujeito de direito e anula sua emancipação e validação, como segue até hoje. É de suma importância enquanto brasileiros nos entendermos como sujeitos nacionais multiculturais, multifacetados, considerando a complexidade étnica e lingüística que nos constitui e compreender que a relação com a validação da memória, da cultura, da história e da língua de determinados povos e etnias se dá, ainda hoje, por uma complexa trama de relações de poder e interesses que geraram rupturas e lacunas que ainda hoje tentamos suprir e dar conta nas relações atuais dentro da nossa sociedade, com a necessidade da promulgação de leis como a 10.639 e a 11.645/2008⁴ por exemplo, e tais rupturas desorganizam e desarticulam a organização da materialidade lingüística e simbólica coletiva e individual em processos semânticos estabelecidos e estabilizados.

Portanto, é importante compreender que o tronco lingüístico que compõe a língua portuguesa brasileira é composto por outros sistemas lingüísticos ou troncos lingüísticos. Sistemas esses com um funcionamento e articulação próprios e autônomos ao idioma que hoje chamamos de português brasileiro. A língua portuguesa brasileira ou língua brasileira é uma língua de composição heterogênea, tendo em sua composição as línguas indígenas e africanas mas, até mesmo no cunho lingüístico, para além dos corpos e culturas na atualidade, há um apagamento sócio-histórico-cultural dessa intrincada influência e composição lingüística dentro do português brasileiro. É importante lembrar

⁴ A Lei nº 10.639 estabelece que o conteúdo programático das disciplinas de História e Cultura Afro-Brasileira deve ser integrado de forma transversal ao currículo escolar, em todos os níveis de ensino, tanto na educação básica quanto no ensino superior. Ela abrange temas como a história da África, a cultura afro-brasileira, a luta dos negros no Brasil, a influência da cultura africana na música, na religião, na culinária, entre outros aspectos, que é complementada pela Lei nº 11.645/2008, que amplia a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena nas escolas, garantindo a valorização e o respeito à diversidade étnica e cultural do Brasil.

que nossa língua portuguesa guarda uma memória heterogênea devido a nossa composição histórico-social. Mariani (2003) enfatiza que:

Ou seja, o português que se passou a falar aqui traz uma memória européia, mas historiciza-se na colônia de modo específico em função do contato com as demais línguas européias, indígenas e africanas. Mas essa especificidade ocorre, sobretudo, em função da própria formação histórico-social e posterior transformação política da colônia em nação independente. (Mariani, 2003, p 75-76).

Dentro dos variados tipos de relações que se estabelecem em nosso país essa relação ou a exposição dessas memórias linguísticas e dessa heterogeneidade linguístico-cultural que compõe a língua portuguesa não fica nítida e nem mesmo exaltada como um patrimônio cultural, onde a partir disso possa-se compreender a trajetória e a relação das línguas originárias que também compõem o português brasileiro. A educação como ferramenta de emancipação detém esse poder de mudança e perspectiva, por isso a educação está sempre em disputa, mas estamos sempre com a unilateralidade dos fatos, como destaca Fargetti e Miranda (2016), referente à distorção produzida em relação às línguas gerais:

Dois materiais didáticos, um de História (Silva et al., 2002) e outro de Português (Sarmiento; Tufano, 2010), abordavam erroneamente as origens das línguas gerais, pois afirmam que estas línguas foram criadas pelos jesuítas e que tinham sua base na gramática latina. Bem sabemos que sob a denominação língua geral é como ficaram conhecidas as línguas de contato de que eram faladas no Brasil durante o período de colonização. (Fargetti e Miranda, 2016, p. 3).

A educação compõe e incide de forma direta na constituição das subjetividades dos cidadãos brasileiros. A educação detém poder para atuar como ferramenta de criticidade e de um posicionamento crítico, político e emancipatório do indivíduo, imbuindo o indivíduo do conhecimento real dos atravessamentos sócio-histórico-culturais de seu país e de sua própria história e subjetividade, tendo em vista que a miscigenação brasileira nos compõe enquanto indivíduos plurais e multifacetados e o desconhecimento da história que nos compõe enquanto indivíduos e enquanto País/Nação faz com que estejamos suscetíveis a qualquer história que nos é contada, bem como a nos submetemos a cultura vigente e hegemônica. Eu recorro aqui a autora Chimamanda Adichie e ao título de seu ensaio *O perigo de uma história única*, pois é essa história única a que quer se impor por parte dos colonizadores, que optaram apenas por legitimar através da língua, o seu legado, sua cultura, sua verdade, sua história, e através da linguagem reivindicar seus valores jurídicos, religiosos e morais e civilizatórios e silenciar as demais etnias. Mariani (2003) aponta que:

Mas qual a natureza de tal entendimento quando se está discutindo as práticas discursivas desse período de organização das nações européias? Em outras palavras, trata-se de um simulacro de entendimento, pois o que importa nas relações de poder que sustentam essas práticas é a manutenção de um campo de sentidos hegemônicos, cuja função maior se volta para a regulação jurídica das atribuições, direitos e deveres dos súditos de sua majestade, bem como a inserção de todos os portugueses em uma memória comum da hegemonia da língua portuguesa frente ao latim. Assim, ao se impor a língua portuguesa para os índios, está se impondo também uma língua com uma memória outra: a do português cristão submisso ao rei. Ensinar português aos índios objetivando a catequese é silenciar a língua e a memória de outros povos. Mas ensinar língua geral é também silenciar a língua portuguesa. (Mariani, 2003, p. 77).

Ainda nessa perspectiva, o apagamento cultural, da memória, da língua gera no indivíduo um não-lugar, com efeitos psíquicos, emocionais, físicos, culturais, por não ter um local, um lugar de retorno, de integração ou reintegração desse indivíduo junto a sua subjetividade individual e coletiva, onde possa se reintegrar e se fortalecer a partir de sua história. A educação nos reconta versões historicizadas unilaterais, eurocêntricas, da classe e etnia dominante que são compostas por sujeitos e corpos com características fenotípicas específicas e/ou com um poder aquisitivo determinado. Em relação com o que é apontado aqui, Oliveira (2010) afirma que:

Etnia dominante. Num extremo, o grupo populacional que detém e monopoliza o poder econômico e luta por manter a hegemonia das grandes agências discursivas (mídia, academia, TV, novelas, cinema, literatura etc.) a fim de impor a ditadura da opinião e manter seus privilégios. Reúne pessoas das camadas altas e médias-altas, em maioria de identidade social branca, boa parte das quais com dupla nacionalidade, a brasileira e a européia (*ius sanguinis*), com passaporte brasileiro e de países europeus. (Oliveira, 2010, p. 5).

A educação enquanto campo de disputa, de embate, de poder e de instrumento contra hegemônico, pode atuar como um instrumento transformador em relação a esta realidade e unilateralidade Histórica. A proximidade da multiplicidade cultural nos aproxima do outro, nos faz buscar, a partir da diferença, a semelhança. Num dos trechos de Chimamanda Adichie (2009) ela relata ter saído da Nigéria para estudar nos Estados Unidos e sua colega de quarto americana havia ficado chocada por perceber o quão bem falava inglês e a questionou sobre onde havia aprendido e quando ela sinalizou que inglês era língua oficial de seu país, esse fato a chocou mais ainda. Outro momento, ainda neste mesmo relato, Adichie destaca que sua colega americana julgava que ela não tinha conhecimento do que era um fogão e se impressionou ao pedir para ouvir as “músicas tribais” de Adichie e deparar com músicas da “Mariah Carey”. O não conhecimento do

outro, a não proximidade, reproduz valores, olhares e compreensões sobre o outro que não condizem com o real. Adichie (2009) destaca sua compreensão acerca desse fenômeno:

Depois que passei alguns anos nos Estados Unidos como africana, comecei a entender a reação da minha colega de quarto em relação a mim. Se eu não tivesse crescido na Nigéria e se tudo o que eu soubesse sobre a África viesse das imagens populares, também ia achar que se tratava de um lugar com paisagens maravilhosas, animais lindos e pessoas incompreensíveis travando guerras sem sentido, morrendo de pobreza e de aids, incapazes de falar por si mesmas e esperando para serem salvas por um estrangeiro branco e bondoso. [...]

Acho que essa história única da África veio, no final das contas, da literatura ocidental. Aqui está uma citação de um mercador de Londres chamado John Lok, que velejou para a África ocidental em 1561 e fez um relato fascinante de sua viagem. Após se referir aos africanos negros como “animais que não têm casa”, ele escreveu: “Também é um povo sem cabeça, com a boca e os olhos no peito”. (Adichie, 2009, p.10)

No Brasil, esse fenômeno descrito por Adichie nos é inverso, as referências que possuímos da história do povo preto são relegadas apenas a imagens pejorativas e uma construção social que cerceia a ascensão dentro da estratificação social estabelecida e dos mecanismos sociais que a mantém. No caso da mulher, é lida como um sujeito falho, incompleto, histérico e instável, impossibilitado de assumir responsabilidades ou cargos públicos que, através de muita luta, foi conquistando seus espaços sociais e políticos e seus direitos enquanto mulher na sociedade, levando em conta as transversalidades do que é ser mulher. Mulher, preta, mestiça, branca, periférica, não-periférica, alto poder aquisitivo etc. As pessoas LGBTQIA+ são associadas a imoralidade, promiscuidade ou a fetiches do homem branco, e constantemente lidam com a inquietude de permanecer vivas e com seus direitos garantidos.

Nós, enquanto nação, desconhecemos o Brasil e nos desconhecemos enquanto brasileiros com a complexidade histórica real do que compõe e envolve Ser Brasileira/o.⁵ Pois nossas raízes sócio-históricas-culturais são apagadas e usadas apenas quando convém. Ao apagar a composição linguística, não estamos apagando apenas língua, idioma. Apaga-se, com esse movimento, corpos, subjetividades, histórias, culturas, ancestralidades que não se enquadram com os corpos brancos hegemônicos que

⁵ O que aponto aqui, não é um sentido essencialista/existencial ou uma maneira exclusiva e única de “Ser brasileira/o”. Mas, sim, que esse “Ser brasileira/o” comporta e abarca uma imbricada relação atravessada por uma composição sócio-histórica-cultural, com um legado, uma história com múltiplas vozes, culturas e facetas que por vezes é apagada, esquecida ou mal contada por ser atravessada por uma história colonial. Onde, inclusive, o discurso nacionalista ou em prol de um nacionalismo não pode e não deve se esvaziar num modo único e inequívoco de ser brasileiro.

provocaram o apagamento, cerceando a emancipação de indivíduos que não se assemelham a esses corpos, subjetividades e características sócio-histórico-culturais impostas, consideradas hegemônicas.

A partir da língua, subentende-se cultura e a partir de cultura compreendem-se corpos, subjetividades, identidade e organização social. Esse apagamento culmina numa das fortes características sociais e estruturais do povo brasileiro e de nossa nação que é a desigualdade social e a lacuna de determinados sujeitos em relação a ir em busca por sua própria história, subjetividade e ancestralidade. Logo, faz-se necessário possuir a autopercepção e a autocompreensão do que é Ser Brasileiro, às imbricações históricas que não constroem uma essência única, mas, uma complexidade incomensurável atravessada por séculos de história. Ou seja, a partir disso, compreender a perspectiva sócio-histórica-linguística-cultural de que somos um país plural de e com variedades linguísticas, plurilinguismo e diversas nacionalidades que nos compõem enquanto nação e enquanto povo brasileiro. Essa sistematização de um apagamento sócio-histórico-linguístico-cultural, que perdurou por séculos, erradicaram e/ou reduziram o uso de línguas de outras etnias em território brasileiro. Se milhões de homens e mulheres foram deslocados forçosamente de seus territórios e localidades à *terra brasilis* pertencentes a diferentes famílias linguísticas, hoje sequer vemos algum vestígio linguístico de forma evidente na língua portuguesa, como evidência Carboni (2017) a seguir:

Durante séculos, entraram no Brasil milhões de mulheres e homens capturados sobretudo na costa ocidental do continente africano, falando línguas pertencentes a famílias linguísticas muito diferentes entre si. Se línguas tupi-guaranis ainda são praticadas no território brasileiro, mesmo que de forma infinitamente reduzida, não se pode dizer o mesmo das línguas africanas. Examinar as causas, características e consequências dessa situação ultrapassa evidentemente os limites de espaço imposto por essa publicação. Sobretudo porque o estudo do plurilinguismo no Brasil enquanto vigorava a escravatura é de uma complexidade extrema, por envolver um número muito elevado de variantes históricas, geográficas, sociais, econômicas, ideológicas, linguísticas, sociolinguísticas, psicolinguísticas. (Carboni et al, 2017. p. 7).

Este processo de colonização nos interpela e nos afeta atualmente, na nossa subjetividade, na nossa compreensão de mundo, na relação que pessoas pretas e indígenas possuem com sua subjetividade e estrutura individual e identitária inter relacional e transgeracional relacionado às suas raízes e histórias genealógicas, visto que os registros de nome, sobrenome, descendência familiar foram apagados através das vidas dizimadas pela colonização e pela ausência de registros escritos da história passada dessas pessoas e seus ancestratos, pelo apagamento da língua, da memória e da cultura desses povos. Não

sabemos quem são, quem eram, seus costumes, sua cultura e sua língua e/ou família linguística. A imposição linguística pode acarretar diversos aspectos psicolinguísticos nocivos, como conflito de identidade cultural, pois a supressão da comunicação desse indivíduo em relação ao seu idioma pode levá-lo a sentimentos de alienação, de perda de conexão com sua comunidade linguística e cultura de origem, acarretando um silenciamento de memórias e de recursos sociolinguísticos compartilhados.

É preciso destacar e atentar como a complexidade linguística abordada até aqui, com seus aspectos linguísticos, sociolinguísticos e psicolinguísticos, nos afeta enquanto sociedade brasileira e na construção de uma identidade cultural, coletiva e individual, enquanto um país racializado e miscigenado, com uma população demográfica⁶ de 207.750.291 milhões de habitantes. Dentre esse total, segundo dados do IBGE com foco na autodeclaração (2021), 43,0% dos brasileiros se declararam como brancos, 47,0% como pardos e 9,1% como pretos, e 896.917 do total populacional declararam-se indígenas. Entretanto, vale lembrar que por conta da estrutura social brasileira, a qual supervaloriza a branquitude, e do racismo estrutural, muitas pessoas pardas por vezes se autodeclararam brancas e muitas pessoas pretas se autodeclararam pardas. Assim, por conta da crença histórica da hegemonia social e racial brasileira branca, pelo processo de eugenia e branqueamento que culminou nas raízes do processo intencional e histórico de miscigenação, há um imaginário nas pessoas pretas e pardas que quanto menos se identificarem com traços pretos sejam físicos, sejam sócio-culturais, estarão aptos a usufruir do privilégio branco, como aponta Guimarães e Newton (2017):

Ser parda se configura como um produto histórico. Uma forma subjetiva de resistência ao racismo, à exclusão ou à discriminação. A opção pelo eufemismo (parda) para não se dizer negra, por parcela significativa da população brasileira, e de parte dos sujeitos objeto da presente pesquisa, opõe-se à ideia de integração do povo brasileiro como visão positiva da nação. No fundo, as raízes históricas da profissão de doméstica, associada ao preconceito e a discriminação, reforça o uso do eufemismo (parda). Certamente, o uso em larga escala e generalizado do eufemismo (parda) entre os brasileiros, é difícil de precisar, uma vez que a autodeterminação de cor é exercício subjetivo do cidadão.

Uma coisa é certa, o uso generalizado é uma forma de mascarar ou apagar as singularidades e de consubstanciar a ideologia do branqueamento que se sedimenta como valor subjacente, que se contrapõe à suposta visão positiva associada à mestiçagem brasileira. (Guimarães e Newton, 2017, p. 137-138).

⁶ Segundo o censo do IBGE de 25 de dezembro de 2022.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 1º de maio de 2023.

O fenômeno de não identificação se dá devido ao apagamento sócio-histórico-cultural que hoje está sendo resgatado. Portanto, falar de Brasil é falar de tradução cultural visto que as multifaces linguísticas, étnicas, sociais, históricas, culturais brasileiras nos delineiam e nos inserem num lugar de fala carregado, que traz consigo história, seja esse falante, esse locutor, ciente ou não dessa historicidade e seus atravessamentos interseccionais. Cada discurso traz consigo um recorte social, cultural, econômico, político e ideológico do indivíduo e/ou da sociedade, da cultura. O recorte de ato discursivo que se propõe aqui a ser analisado é o recorte de um ex-chefe de estado, homem branco, cisgênero, heterossexual, de classe econômica alta, com um discurso político-ideológico de cunho misógino, conservador, sexista e racista que, em seus atos discursivos⁷ utiliza-se de signos verbais que se associam a ideias heteronormativas, racistas, sexistas, libidinosas, subalternizantes e homofóbicas, e que se traduz em processos cognitivos que transformam e reforçam um conjunto de normas sociais e normas de gênero/raciais, pautadas nas relações sociolinguísticas estabelecidas na língua, no ato de reproduzir determinados signos verbais em enunciados discursivos que possuem uma raiz histórica dentro de um contexto pejorativo, injurioso, dissoluto, que são revividos ao serem enunciados no contexto atual. Juntamente com a nossa composição e constituição sócio-histórica-linguística-cultural brasileira, androcêntrica, eurocentrada e patriarcal, destaca-se a importância do componente histórico que carregam as palavras, como bem coloca Steiner:

Uma coisa é certa: todo ato de linguagem tem um determinante temporal. Nenhuma forma semântica é atemporal. Ao usar uma palavra, despertamos, por assim dizer, em ressonância toda a sua história anterior. Um texto está inserido em um tempo histórico específico; tem o que os linguistas chamam de estrutura diacrônica. Ler completamente é restaurar tudo o que for possível das imediações de valor e intenção em que a fala realmente ocorre. (Steiner, 1975, p. 24)⁸

A compreensão de que toda linguagem atua com um determinante temporal e nenhuma forma semântica é atemporal, como pontua Steiner (1975). A ressonância verbal da palavra revivida e do determinante temporal em relação a esta, revive e reflete valores antiquados e ou associados à palavra revivida, que determinam lugares sociais e nas

⁷ discurso esse que será analisado com maior minuciosidade na metodologia da dissertação na análise de dados.

⁸ One thing is clear: every language-act has a temporal determinant. No semantic form is timeless. When using a word we wake into resonance, as it were, its entire previous history. A text is embedded in specific historical time; it has what linguists call a diachronic structure. To read fully is to restore all that one can of the immediacies of value and intent in which speech actually occurs. (Steiner, 1975, p. 24)

relações, que em seu uso podem qualificar o outro como subalterno, submisso ou como um sujeito inferior nas existências sociais fronteiriças com o outro.

Por conseguinte, a ideia do trabalho é analisar essa complexidade discursiva, a partir da Análise Discursiva Crítica, na qual vale a pena, dentro desse espectro, contextualizar o que é a sociedade brasileira e a cultura brasileira para um maior entendimento do caminho reflexivo teórico utilizado aqui, ou seja, a composição linguística do Brasil, enquanto um território colonizado e a colonização linguística. Logo, esse trabalho não se vale apenas de um discurso político ou de uma análise do discurso meramente político, mas sim de uma historicidade discursiva e cultural de influências diretas indígenas, africanas e europeias.

A exclusão da diversidade social brasileira tem sido contínua, tendo em vista que somente agora, no Séc. XXI, que estamos tendo representatividades em cadeiras públicas e governamentais de pessoas indígenas, pretas, mulheres e LGBTQIA + com maior visibilidade e representatividade, mesmo que mínima. Mas, ainda assim, essas coletividades estão longe de terem seus direitos fundamentais atendidos, respeitados e a integridade física, ética-moral, emocional e psicológica preservada dentro de nossa sociedade. Fato este que faz com que pessoas sigam sofrendo e sendo perseguidas enquanto indivíduos, por decorrência da estrutura e estratificação social brasileira possuir camadas sociais e interseccionais que fazem que a comunidade majoritária sofra diretamente com a desigualdade social, com a heteronormatividade e com a cultura hegemônica do país, com uma representatividade nula em âmbito nacional no quesito cultural e social, visto que a cultura em voga é europeia e notadamente cristã, bastando analisarmos as datas históricas comemorativas, monumentos em homenagem a personalidades específicas situados pelo país. Para destacar ao que me refiro entre hegemonia e não hegemônico destaco a citação de Oliveira (2010) referente às etnias lúmpen:

(b) Etnia lúmpen. No outro extremo, um grupo populacional bem maior, cuja identidade social é marcada pelo compartilhamento das precárias condições sócio-econômicas e pela discriminação a que é submetido pela etnia dominante e pelo Estado. Reúne favelados em geral, negros, nordestinos pobres migrados e brancos pobres. É desse grupo a maioria das vítimas do extermínio. E é desse grupo também que, em maioria, saem os exterminadores. Habitam favelas, alagados e periferias. (Oliveira, 2010, p.5).

E as etnias de passagem referindo-se à população brasileira:

(c) Etnia de Passagem. No meio, num movimento pendular, uma grande massa populacional, que reúne contingentes de camadas médias baixas, constituindo uma etnia intermediária, dual. Ao sabor das circunstâncias e das conveniências, ora identifica-se com a etnia dominante, ora com a etnia lumpen, independentemente da identidade pessoal referida à raça / cor e ao fenótipo dos seus integrantes. (Oliveira, 2010, p.5).

Infelizmente, o Brasil ainda segue com um contexto de classe dominante e etnia/raça que permanecem enquanto grupos e famílias no poder dos grandes setores brasileiros com influências no país, advindas ainda de um Brasil colonial, na qual as famílias descendentes ainda seguem historicamente assumindo lugares de prestígio, destaque e poder nos grandes setores de desenvolvimento de uma nação e mantendo esses poderes entre “os seus”, como descrito e definido por Oliveira (2010) a partir do conceito “Os Quinhentões” na colocação a seguir:

Os “Quinhentões”, como grupo étnico, ampliado e enriquecido com diferentes misturas, formaram o principal segmento formador da etnia dominante e da classe dominante no Brasil. Os “Quinhentões” pautaram boa parte do processo político brasileiro em toda a história política brasileira. Vícios privados e virtudes públicas. A idéia de uma família que mora na mesma localidade fundada pelos seus antepassados e a história de certo ethos conectando as gerações e as propriedades desde os fundadores é uma idéia de identidade étnica e nacional própria. A própria divulgação de que se faz parte de um grupo rico e poderoso é uma idéia que não interessa e nunca interessou ser divulgada para os de fora dos círculos de poder e parentesco. O seu conservadorismo e a tendência pela manutenção do status quo, mesmo no bojo de grandes transformações, proporcionaram o entendimento do processo brasileiro em sua grandeza, conciliação e desigualdade. (Oliveira, 2010, p.11).

Portanto, devido a essa condição da constituição brasileira e do Brasil atual, há uma estratificação social, cultural e antidemocrática em direitos, oportunidades e reconhecimentos. Trata-se também de uma tradução cultural por intermédio da mediação desses atravessamentos culturais, por existir uma cultura tida e lida como hegemônica brasileira, carregada de um imaginário a partir de construtos sociais demarcadores e mantenedores de um “status quo” social hierarquizado pelo corpo, pela classe, pelo fenótipo e por determinados traços e características físicas e poderes aquisitivos. Sabe-se nos séculos passados o que era ser branco em *terra brasilis* mas, o que é ser branco no Brasil contemporâneo? Schucman afirma que:

Branco: Cor, raça, grupo, cultura? Afinal, o que é ser branco no Brasil contemporâneo? Definir o que é branquitude, e quem são os sujeitos

que ocupam lugares sociais e subjetivos da branquitude é o nó conceitual que está no bojo dos estudos contemporâneos sobre identidade racial branca. Isso porque, nesta definição, as categorias sociológicas de etnia, cor, cultura e raça se entrecruzam, colam e se deslocam umas das outras, dependendo do país, região, história, interesses políticos e época investigados. Ser branco, ou seja, ocupar o lugar simbólico de branquitude, não é algo estabelecido por questões genéticas, mas sobretudo por posições e lugares sociais que os sujeitos ocupam. (Schucman, 2014. p. 84).

Há uma construção social e compartilhada de ser branco e branquitude que se enquadra como a produção de um *ethos* confluindo com a observação pautada por Schucman, a partir de Steyn, “a branquitude precisa ser considerada como a posição do sujeito, surgida na confluência de eventos históricos e políticos determináveis” (Schucman, 2014, p. 84). Para fruir os privilégios da branquitude é necessário atender e entender o que presume ser branco, que Schucman destaca como:

Ser branco assume significados diferentes, compartilhados culturalmente, em diferentes lugares. Nos EUA, ser branco está estritamente ligado à origem étnica e genética de cada pessoa; no Brasil, ser branco está ligado à aparência, ao *status* e ao fenótipo; na África do Sul, fenótipo e origem são importantes demarcadores de branquitude. Assim, no Brasil, “ser branco exige pele clara, feições europeias, cabelo liso; ser branco no Brasil é uma função social e implica desempenhar um papel que carrega em si uma certa autoridade ou respeito automático, permitindo trânsito, eliminando barreiras. Ser branco não exclui ter sangue negro”. (Sovik, 2004, p. 366). (Schucman, 2014. p. 84).

Não se trata apenas de um discurso meramente político, mas, sim, um discurso político atrelado e totalmente alicerçado dentro da constituição sócio-histórico-linguística-cultural brasileira. A tradução cultural aqui nos serve inclusive como um processo de descolonização discursiva, visto que a sociedade brasileira mantém historicamente os mesmos corpos sociais e subjetividades enquanto classe dominante no poder e em posições de destaque e prestígio social no Brasil. Entender o Brasil como a composição de um projeto orquestrado, delineado e projetado ao longo de sua história, e compreender a tradução cultural engendrada e materializada no ato discursivo do ex-presidente, faz parte para compreender o recorte analítico discursivo crítico da dissertação como tradução cultural dentre indivíduos que, na teia, no emaranhado social-cultural, são lidos, sob o olhar da análise do *ethos* discursivo do agente político em análise, como sujeitos subalternos. E aqui vale destacar o que aponta Almeida sobre a subalternidade do sujeito:

Há uma intrínseca relação, que tem escapado a muitos críticos, entre a teoria, a política e a poética da tradução para Spivak e seu persistente argumento de que o subalterno não pode falar. Como o processo de

fala se caracteriza por uma posição discursiva, uma transação entre falante e ouvinte e, nesse sentido, esse espaço dialógico de interação (na acepção de Bakhtin) não se concretiza para o sujeito subalterno que, desinvestido de qualquer forma de agenciamento, é silenciado, pois nenhuma fala é fala se não é ouvida. Sendo assim, devem-se criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar, trabalhando contra a subalternidade – essa é a questão dialógica propositiva para a autora. Essa é também a responsabilidade e a obrigação como reparação que Spivak reserva tanto ao/a intelectual contemporâneo/a quanto ao/a tradutor/a transcultural – a responsabilidade de abrir espaço discursivo para que o outro fale como um direito através do aprendizado da escuta qualificada, e de estar atento/a para reconhecer a sua inerente cumplicidade e sua suposta benevolência. Esse ato requer, então, um trabalho contínuo de questionamento e intervenção discursiva teórica e prática que passa necessariamente pelo papel relevante do/a tradutor/a cultural. (Almeida, 2011, p. 86).

Então, enquanto tradução cultural, este trabalho é também um agenciamento discursivo de sujeitos que são subalternizados socialmente, culturalmente, historicamente. É preciso compreender que ao longo desta escrita vozes podem ressoar em consonância com essa dissertação, bem como vozes podem ressoar em dissonância. Portanto aqui nesse processo dissertativo, trago de mim, mas, faço o movimento que Almeida (2011) destaca:

Essa prática endossaria uma tradução que se efetua por meio de uma responsabilidade ética, de um trabalho de um/a leitor/a-como-tradutor/a que se afasta de si mesmo – um movimento de “perda” similar àquele evocado por Benjamin – e faz um movimento através da linguagem em direção ao outro – um outro que na prática tradutória de Spivak é identificado como subalterno. Essa perda, no entanto, ao invés de remeter à condição inerente do trabalho tradutório – que é uma perda irrecuperável, mas necessária, segundo Benjamin – se concretiza para Spivak através da ética do/a tradutor/a, da perda como solidariedade, hospitalidade, respeito e escuta e, principalmente, da perda daqueles privilégios que detêm com relação ao subalterno. (Almeida, 2011, p 86).

É a abertura de um espaço discursivo, de questionamentos e de intervenção social discursiva teórica que, para além de prática, é crítica, o papel relevante de um tradutor cultural.

2º CICLO

Nos introduz aos temas centrais que dão subsídio a compreensão dos conflitos inerentes a uma sociedade pós-colonial, suas marcas sócio-históricas e seus

atravessamentos que vão incidir sobre nossa cultura e organização social e que materializam-se nos agenciamentos discursivos através dos processos cognitivos.

3 PATRIARCADO E ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAIS BRASILEIROS

Aqui, após a contextualização sócio-histórica-linguística prévia, visa-se abordar como o patriarcado se estrutura enquanto modelo de sociedade para que se possa discernir que perfil de masculinidade é evocado e enunciado através do ato discursivo no recorte analítico elencado como questão problema de pesquisa desta dissertação. Portanto, visa-se compreender a construção e historicidade do patriarcado e questões subjacentes como sua dinâmica dentro da sociedade.

3.1 PATRIARCADO

A introdução⁹ feita por Lola Aronovich (1990), à obra *A criação do Patriarcado* de Gerda Lerner (1990), contextualiza-nos sobre a instrumentalização das instituições em função da manutenção da hierarquia patriarcal e a coparticipação de todos os interagentes sociais e a importância de uma plena conscientização da dinâmica e da origem desta estrutura social.

O patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis. São ideologias que nos ensinam que as mulheres são naturalmente inferiores. Foi, por exemplo, por meio do patriarcado que se estabeleceu que o trabalho doméstico deve ser exercido por mulheres e que não deve ser remunerado, sequer reconhecido como trabalho. Trata-se de algo visto de modo tão natural e instintivo, que muitas e muitos de nós sequer nos damos conta. Portanto, ler e falar sobre o patriarcado é desnaturalizar nossa existência. É reparar que existe um sistema estrutural que ainda mantém a hierarquia da sociedade. Então por que Gerda Lerner escreveu sobre esse tema? A resposta é muito simples: ela entendeu que traçar as origens do patriarcado equivaleria a desvendar os fatos históricos que levaram as mulheres a esse quadro de submissão e opressão que perdura por milênios. Neste livro, Lerner nos ensina que o sistema patriarcal só funciona com a cooperação das mulheres, adquirida por intermédio da doutrinação, privação da educação, da negação das mulheres sobre sua história, da divisão das mulheres entre respeitáveis e não respeitáveis, da coerção, da discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político, e da recompensa de privilégios de classe dada às mulheres que se conformam. As mulheres participam

⁹ Prefácio.

no processo de sua subordinação porque internalizam a ideia de sua inferioridade. Como apontou Simone de Beauvoir: “o opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos”. (Aronovich, 1990, p. 18)

Para compreendermos o patriarcado, faz-se necessário compreendermos o processo histórico que estabeleceu e institucionalizou o patriarcado, refletindo acerca do que é a história, que história temos registrado, que história é contada e por quem ela é contada. Referente à história, como cita Gerda Lerner (1990), há a história não registrada, não escrita, ou seja, tudo que se sucedeu no passado que recorda os seres humanos e há a História, o registro e a interpretação humana do passado.

Mulheres e homens se constituíram como agentes ativos da história. Apesar disso, com o advento da escrita, grande parte dos registros históricos foram cunhados por homens os quais registraram suas perspectivas de mundo, de ser humano, de verdades, de mentiras, de filosofia, de ciência, de moral, de ética. Durante um prolongado tempo vislumbramos, enquanto sociedade, apenas uma perspectiva humana sócio-histórica-cultural registrada como História, de forma parcial, ou seja, incompleta. Nesse sentido, tendo em vista o que é apontado aqui, Gerda Lerner (1990) destaca a falácia androcêntrica que é incorporada nos constructos mentais dos povos ocidentais:

A falácia androcêntrica, que é incorporada em todos os constructos mentais da civilização ocidental, não pode ser retificada apenas com a “adição de mulheres”. O que é necessário para a retificação é uma reestruturação radical de pensamento e análise que aceite de uma vez por todas o fato de que a humanidade consiste de partes iguais de homens e mulheres e que as experiências, os pensamentos e insights de ambos os sexos devem ser representados em toda a generalização feita sobre seres humanos. (Lerner, 1990, p. 275)

Aproveito o início deste capítulo, o qual é fortemente amparado e contextualizado teoricamente em sua consistência, pela autora Gerda Lerner, para apresentá-la com maior destaque na dissertação. Gerda Lerner (1920-2013) foi uma historiadora, professora e feminista austríaca-americana. Ela é reconhecida como uma das principais figuras no campo dos estudos de gênero e da história das mulheres. Nascida em Viena, Áustria, teve a necessidade de fugir do país por decorrência da ascensão do nazismo. Ela emigrou para os Estados Unidos em 1939, onde continuou seus estudos. Lerner obteve seu doutorado em História pela Universidade de Columbia em 1966, tornando-se uma das primeiras mulheres a receber um Ph.D. nessa área.

Ao longo de sua carreira, Gerda Lerner concentrou-se em trazer a história das mulheres para o centro da disciplina histórica. Ela defendeu a importância de estudar e valorizar a experiência das mulheres e argumentou que a história tradicional era frequentemente negligente em relação às contribuições e experiências das mulheres. Lerner escreveu extensivamente sobre a opressão das mulheres, os movimentos feministas e a importância da reconstrução da história das mulheres. Sob destaque entre suas obras estão *The Creation of Patriarchy* (A Criação do Patriarcado) e *The Creation of Feminist Consciousness* (A Criação da Consciência Feminista), trabalhos que impactaram significativamente nos estudos feministas e na maneira segundo a qual a história é ensinada e compreendida atualmente.

Gerda Lerner foi uma das fundadoras do campo dos estudos das mulheres na academia americana e foi a primeira mulher a ser nomeada professora titular de História em uma Universidade Estadual nos Estados Unidos, na Universidade de Wisconsin-Madison. Lerner também foi uma das fundadoras da Organização Nacional para Mulheres (NOW) e desempenhou um papel fundamental no estabelecimento do Programa de Estudos sobre a Mulher na Universidade de Sarah Lawrence. Gerda foi uma figura proeminente no movimento feminista e dedicou sua vida ao avanço dos direitos das mulheres e à promoção da igualdade de gênero por meio da pesquisa histórica, e seu trabalho continua sendo uma referência importante nos estudos de gênero e nas lutas feministas.

A exclusão dos registros históricos não foi apenas das mulheres, também os povos tradicionais e determinados grupos étnico-raciais, assim como homens os quais não eram letrados ou sacerdotes, cultos ou clérigos das autarquias, também não fazem parte dos registros históricos advindos desde o período do início da escrita. Vale ressaltar que trata-se de um registro parcial, de um quinto da humanidade, já que parte dos homens, não equiparando-os às mulheres, também foram excluídos. Logo, trata-se de um registro distorcido, narrado de uma perspectiva unilateral.

Para além da distorção dos registros históricos, a colonização do conhecimento nos aflige até os dias atuais e subjugou os conhecimentos e saberes populares, os saberes femininos e dos povos tradicionais por conta de sua origem, supervalorizando o empirismo e métodos científicos e o processo de hegemonia branca e eugenia epistêmica. Apesar disto, como as mulheres, desde os períodos remotos, representam mais da metade

da humanidade, elas não são e não estão à margem, mas no centro da formação da sociedade e da construção das civilizações. As mulheres também têm cooperado com os homens na conservação da memória coletiva, que encarna o passado nas tradições culturais, fornece um elo entre gerações e conecta passado e futuro. Essa tradição oral permaneceu viva nos poemas e mitos, que homens e mulheres criaram e preservaram no folclore, na arte e nos rituais (Lerner, 1990, p. 20.).

O fazer História, por outro lado, é uma criação que remonta à época da invenção da escrita na Antiga Mesopotâmia. Da época dos reis da Antiga Suméria em diante, historiadores, fossem sacerdotes, servos reais, escribas, clérigos ou alguma classe de intelectuais com instrução universitária, passaram a selecionar os eventos que seriam registrados e a interpretá-los para que tivessem significado e significância. Até o passado mais recente, esses historiadores eram homens, e o que registravam era o que homens haviam feito, vivenciado e considerado significativo. Chamaram isso de História e afirmaram ser ela universal. O que as mulheres fizeram e vivenciaram ficou sem registro, tendo sido negligenciado, bem como a interpretação delas, que foi ignorada. O conhecimento histórico, até pouco tempo atrás, considerava as mulheres irrelevantes para a criação da civilização e secundárias para atividades definidas como importantes em termos históricos. Assim, o registro gravado e interpretado do passado da espécie humana é apenas um registro parcial, uma vez que omite o passado de metade dos seres humanos, sendo, portanto, distorcido, além de contar a história apenas do ponto de vista da metade masculina da humanidade. (Lerner, 1990, p, 24)

Apesar da destituição de alguns homens da História, apenas a mulher foi destituída e impedida de fazer e registrar a História e de compor e interpretar a história da humanidade completamente por conta de seu sexo biológico. Em que momento se iniciou a exclusão da participação da mulher e do feminino na nossa história humana? Até que ponto não podemos considerar esse esquecimento uma estratégia, pautada em nossa fundamentação sócio-histórica-cultural-religiosa androcêntrica e patriarcal como sociedade, para não entrarmos em contato com esse registro histórico, com essa diversidade societária, para além do patriarcado e da tirania do sistema capitalista advindo do falocentrismo?

Não se trata de uma estratégia regulamentadora societária, enquanto norma e normatividade, submersa nas entrelinhas das relações, a partir da construção e do constructo de gênero, dos controles dos corpos e sexualidades e psique das *coletividades majoritárias* e das relações humanas? Historicamente nos é vendida a imagem e referência de Deus como figura onipotente e onipresente masculina (branca), bem como a subtração e a incorporação do termo “mulher” ao termo “homem” nas descrições

longínquas e antigas dos registros da humanidade, erro conceitual que Lerner (1990) destaca com precisão:

Ao fazer com que o termo “homem” incluísse “mulher”, atribuindo-lhe a representação de toda a humanidade, os homens criaram um erro conceitual de grandes proporções em todo o que estivessem descrevendo, mas distorceram-na de tal maneira, que não conseguiram vê-la do modo correto. Enquanto os homens acreditavam que a terra era plana, não eram capazes de compreender sua realidade, sua função e sua relação real com outras partes do universo. Enquanto os homens acreditarem que suas experiências, seu ponto de vista e suas ideias representam toda a experiência humana e todo o pensamento humano, serão não só incapazes de definir o que é abstrato de modo correto, como também incapazes de descrever a realidade de maneira adequada. Nos povos e civilizações mais antigas as mulheres gozavam do mesmo prestígio social, muitas possuíam independência econômica, direitos legais e privilégios e ocupavam cargos de importância na sociedade, porém, sua sexualidade era totalmente controlada pelos homens. Bem como, nas guerras e vitórias diante de outros povos, todos os homens eram executados e as mulheres eram levadas, inicialmente, como escravas. A sexualidade é o poder tanto do homem como da mulher, e a mulher já não estava exercendo o poder sobre si e sua sexualidade com autonomia. (Lerner, 1990, p. 275)

Como aponta Lerner o período do "estabelecimento do patriarcado" não foi um "evento", mas um processo que se desenrolou durante um espaço de tempo de quase 2.500 anos, de cerca de 3100 a 600 a.C. e que aconteceu, mesmo no Antigo Oriente Próximo, em ritmo e momento diferentes, em sociedades distintas. As sociedades passam a ser patrilineares, mas não necessariamente com a instauração do patriarcado, mas sim com o intuito de ter conhecimento da linhagem paterna, já que esta era desprovida de conhecimento. Livros antigos como a Bíblia Sagrada nos sugerem essa transição matrilinear para patrilinear, como aponta Lerner:

As histórias dos patriarcas no Gênesis oferecem certos indícios de transição de uma organização familiar matrilocal e matrilinear para patrilocal e patrilinear em algumas tribos (por exemplo, os casamentos de Lea e Raquel. A referência a um homem que deixa os pais e é leal à esposa em Gênesis 2:24 pode ser interpretada assim também). Os sete anos de trabalho de Jacó para Labão em troca de cada uma de suas filhas correspondia à prática de casamento matrilocal. O assiriólogo Koschaker confirmou a existência de uma forma de casamento em épocas remotas da Mesopotâmia no qual a esposa continuava na casa dos pais (ou, com mais frequência, na tenda) e o marido morava com ela como visitante permanente ou ocasional. Na narrativa bíblica, o casamento matrilocal é chamado casamento beena. Ele permitia à mulher mais autonomia e dava-lhe o direito de se divorciar, o que o casamento patrilocal, conhecido como casamento ba'al, aboliu. Koschaker observou que essa forma de casamento foi substituída pelo casamento patriarcal. (Lerner, 1990, p. 214).

O patriarcado se instala quando o homem toma consciência de seu papel e de sua participação na fecundação e destitui a mulher do lugar social de notoriedade e prestígio que ocupava nas organizações coletivas e sociais da época. Perde seu notório respeito e admiração, substitui-se o culto às Deusas, a Era da Deusa ou a Grande Deusa, para o culto apenas aos Deuses. A partir desse momento histórico o feminino e suas expressões passam a ser constantemente desvalorizados, com o tempo apagados e posteriormente caçados e condenados e executados, com na “caça às bruxas”. The Malleus Maleficarum é o ápice da ferida do feminino na sociedade patriarcal e no homem, da rejeição fervorosa deste, em que a misoginia em relação à mulher na Idade Média aflorou totalmente resultando em uma caçada a centenas de milhares de mulheres nas regiões que hoje conhecemos como Europa.

Por séculos e séculos, a mulher, de uma figura de destaque e poder, passa a ser desprezada, perdendo seu papel e relação como sacerdotisa e passando a um papel subalterno, pois o lugar social que ocupava deixou de ser cultivado como importante nos novos valores que estavam sendo construídos e estabelecidos socialmente. Em detrimento à figura e representação do feminino em seus diversos aspectos, o homem passa a ser o detentor do saber, da verdade, da medicina, tornando-se médico, e a mulher enfermeira, advogado, e a mulher secretária, fazendo com que por um longo período na história humana o papel da mulher fosse um papel complementar, lido também como inferior nas categorias das relações socioculturais remotas, assumindo papéis secundários aos do homem.

Os papéis e o comportamento considerados apropriados aos sexos eram expressos em valores, costumes, leis e papéis sociais. Também, e de forma mais significativa, eram manifestados em metáforas primordiais, as quais se tornaram parte da construção social e do sistema explicativo. A sexualidade das mulheres, consistindo de suas capacidades e seus serviços reprodutivos e sexuais, foi modificada ainda antes da criação da civilização ocidental. O desenvolvimento da agricultura no Período Neolítico fomentou a “troca de mulheres” intertribal não apenas como um meio de evitar os incessantes conflitos travados pelas alianças de consolidação do casamento, mas também porque sociedades com mais mulheres poderiam produzir mais filhos. Ao contrário das necessidades econômicas das sociedades de caçadores-coletores, agricultores poderiam usar o trabalho de crianças para aumentar a produção e acumular excedentes. “Homens como grupo” tinham direitos sobre as mulheres que as “mulheres como grupo” não tinham sobre os homens. As próprias mulheres tornaram-se um recurso adquirido por homens tanto quanto as terras adquiridas por eles. Mulheres eram trocadas ou compradas em casamentos para benefício de suas famílias. Depois, elas foram dominadas ou compradas para a escravidão, quando seus serviços sexuais eram parte de sua mão de obra e seus filhos eram propriedade de seus senhores.

Em toda sociedade conhecida, as mulheres das tribos conquistadas eram escravizadas primeiro, enquanto os homens eram mortos. Somente depois que os homens aprenderam como escravizar as mulheres dos grupos que podiam ser definidos como estranhos é que eles aprenderam a escravizar os homens desses grupos e, em seguida, grupos subordinados de suas próprias sociedades. Dessa forma, a escravidão de mulheres, combinando tanto o racismo quanto o machismo, precedeu a formação de classes e a opressão de classes. As diferenças de classes foram, em seu início, expressas e constituídas em termos de relações patriarcais. A classe não é um constructo separado do gênero. Em vez disso, a classe é expressa em termos relacionados ao gênero. (Lerner, 1990, p. 266).

O patriarcado pode ser analisado a partir de variadas perspectivas: biológica, psicológica, sócio-histórico cultural, religiosa e sexual. A perspectiva religiosa preconiza a submissão das mulheres advindas de uma ordem divina, universal, natural, “baseada” nos escritos bíblicos. À luz da perspectiva biológica darwiniana, teoria que ressalta características biológicas e físicas, em detrimento do desenvolvimento pessoal, destacando a qualidade de sobrevivência dos mais aptos fisicamente, defende-se que as mulheres ocupem, por sua constituição biológica e sua “função/qualidade maternal”, o lugar de cuidado das crianças e o cuidado do lar, as destituindo e excluindo-as das relações de trabalho, econômicas e públicas. Ainda, na ótica biológica, a menstruação, a histeria e a menopausa eram anomalias e enfermidades que limitavam as mulheres a atuarem nos campos de caça e de força, tornando-as frágeis ou inferiores.

É importante ressaltar que a questão se trata de como essas relações de poder e biopoder instalam-se dentro dessas instituições supracitadas e como moldam o funcionamento dos papéis de cada indivíduo pertencente a esses sistemas institucionalizados, conduzindo os comportamentos inter-relacionais de forma hierarquizada, impositiva, muitas vezes agressiva, sexista e determinista.

Essas relações de poder moldam também os papéis e interações sociais dentro da sociedade de um modo geral e de um modo nocivo e violento, que gera, como reflexo desse movimento estrutural das relações de gênero e interseccionalidades, um alto índice de violência levando em conta as taxas de homicídio, abusos e assédios das coletividades majoritárias, ou seja, homicídios da população preta e LGBTQIA+ e de feminicídios, abusos e violências verbais, psíquicas, emocionais e físicas. As relações de poder se consolidam a partir de ferramentas modeladoras e mantenedoras do sistema e do status-quo, e as mídias e meios televisivos forjam, moldam e propagam papéis, comportamentos e corpos sociais docilizados e submissos e não questionadores do status-quo e do

funcionamento social vigente apresentado, ainda que entra em constante choque e culmina na união de movimentos sociais e políticos destas coletividades majoritárias as quais são constantemente repreendidas e oprimidas através da regulação e manutenção das hegemonias das normas sociais.

Durante um período histórico, a concepção dominante que vigorava socialmente, através da perspectiva filosófica, era o monismo sexual – *one sex model* – ou o sexo único, no qual a mulher era entendida como sendo um homem invertido, sendo a figura masculina o modelo de perfeição e impecabilidade. Cavalcanti (2009), apoiada em uma citação de Laqueur (2001), aponta que:

No século II d.C., Galeno criou o modelo do sexo único, segundo o qual a mulher era concebida como um homem defeituoso, devido à falta de calor vital que impediria seus órgãos de se apresentarem externamente, tal qual nos homens: “Nesse mundo, a vagina é vista como um pênis interno, os lábios como o prepúcio, o útero como o escroto e os ovários como os testículos” (Laqueur, 2001, p.16). O modelo do sexo único também se fazia marcar na linguagem, pois não existiam termos específicos para designar as partes características do corpo da mulher. Dessa forma, não havia, por exemplo, os termos ovário e vagina. Melhor dizendo, esses órgãos não existiam em si mesmos, mas apenas em relação aos órgãos masculinos. (Cavalcanti, 2009, p. 16.).

Igualmente, na perspectiva psicológica de Freud, a ausência do falo, do pênis, na mulher, seria uma constante lacuna na constituição de seu Ser e de sua subjetividade feminina, tornando-a incompleta e numa constante busca por suprir e sublimar essa falta. Na perspectiva sócio-histórico-cultural, o que podemos verificar, desde os tempos remotos, são construções do lugar da mulher, ora pautadas na religiosidade, ora fundamentadas na biologia, de acordo com cada período histórico. Após a construção desse “lugar” social da mulher, a partir da idealização masculina do que e como é ser mulher e de seu papel, procedeu-se à instalação de mecanismos de controle, controle de sua sexualidade, decidindo com quem casaria e se relacionaria, controle de seu corpo e escolhas, designando onde era digno de uma mulher estar, fazer e vestir-se, controle de seu desenvolvimento intelectual, impedindo-a de acessar escrituras, desenvolver a leitura e o conhecimento formal de cada época e a exclusão total das mulheres na área e atuação pública, das instituições de ensino e de instituições privadas. Esse processo de exclusão pode ser observado também na perspectiva linguística, na qual os mecanismos de agenciamento da linguagem estimam sempre colocações com referência ao masculino,

mesmo que haja a presença de apenas um homem no coletivo, o que Colaizzi (1990) destaca a partir do conceito de propriedade linguística:

As sociedades patriarcais são, de facto, não apenas regimes de propriedade privada dos meios de produção, mas também de propriedade linguística e cultural, sistemas em que o nome do pai é o único “nome próprio”, o nome que legitima e confere autoridade e poder, o logos que controla a produção de significados e determina a natureza e a qualidade das relações, o modo de interação humana. O “prazer económico” do pai, o prazer que corresponde ao seu desejo de expropriar, possuir e acumular, é a única forma representável de prazer; seu desejo, a única forma operativa de desejo. É com base neste desejo por ele e pela economia que ele estabelece que as mulheres tiveram um valor, dependendo da deseabilidade dos seus corpos, que nada mais é do que o seu valor de troca no mercado. (Colaizzi, 1990. p 14).¹⁰

Independentemente de qual perspectiva analisarmos o patriarcado, faz-se necessário compreender seu objetivo principal, a dominação do masculino e a submissão e desvalorização do feminino através da ideologia de inferioridade feminina de um modo geral. Apesar dos distintos espectros, a finalidade do patriarcado é a mesma, sobrepor-se ao feminino ou aos valores ligados/qualificados ou intitulados e atribuídos sócio culturalmente ao feminino ou como feminino. Segundo Lerner, o mito de que as mulheres ficaram à margem da criação histórica e da civilização influenciou profundamente a psicologia feminina e masculina, e sugere que os homens formam uma opinião parcial e completamente errônea de seu lugar de fala dentro da sociedade humana e do universo (LERNER, G, 1990, p. 321), assunto que ainda será discutido sobre e desenvolvido na seção da subjetividade masculina. Como assinala Marina Castañeda (2006), a diferença entre os gêneros foi estabelecida pela psicanálise, apesar das reservas do próprio Freud, em relação à dinâmica da psique e na dimensão psicológica, que destaca a bissexualidade do funcionamento psíquico:

A partir da obra pioneira de Freud, a psicologia explorou com profundidade o desenvolvimento psicosexual dos homens. Tanto a psicanálise como seus críticos adotaram a diferença anatômica entre os sexos como ponto de partida: segundo a célebre formulação de Freud, “anatomia é destino”, e a forma de ser de homens e mulheres baseia-se necessariamente em suas diferenças biológicas. Contudo, o fundador da psicanálise foi muito mais cauteloso nesse sentido do que grande

¹⁰Las sociedades patriarcales en efecto no son sólo regímenes de propiedad privada de los medios de producción, sino también de propiedad lingüística y cultural, sistemas en los que el nombre del padre es el único "nombre propio", el nombre que legitima y otorga autoridad y poder, el logos que controla la producción de sentidos y determina la naturaleza y calidad de las relaciones, el modus propio de interacción humana. El "placer económico" del padre, el placer que corresponde a su deseo de expropriar, poseer y acumular, es la única forma representable de placer; su deseo, la única forma operativa de deseo. Sobre la base de este deseo de él y de la economía que establece es como las mujeres han tenido un valor, dependiendo de la deseabilidad de sus cuerpos, que no es otra cosa que su valor de cambio en el mercado. (Colaizzi, 1990. p 14).

número de seus seguidores, ao reconhecer que, na dimensão psicológica, não existe uma demarcação absoluta entre o feminino e o masculino. Freud sempre insistiu, ao contrário, na bissexualidade psíquica de homens e mulheres e declarou: “todos os indivíduos humanos, em virtude de sua disposição bissexual [...] reúnem em si características tanto femininas como masculinas, de modo que masculinidade e feminilidade puras não passam de construções teóricas de conteúdo incerto”. [...] as identidades masculina e feminina têm suas raízes na diferença anatômica. O desenvolvimento dessa identidade, porém, não é fácil nem automático; está repleto de impasses e dificuldades. Freud foi o primeiro a postular que o sexo biológico não basta para formar um homem ou uma mulher; um longo e complicado processo, além do amadurecimento físico, precisa ocorrer. (Castañeda, 2006, p. 53)

Com o surgimento do Estado heterotópico as diferenças entre os gêneros masculino e feminino se tornam mais acirradas e forçosas. Os espaços são constituídos com determinados grupos hegemônicos com uma complexidade de múltiplas camadas de significação e significantes. A partir dessa citação de Lerner, podemos refletir a respeito da perspectiva política – através da instauração do Estado heterotópico:

A heterotopia deve, em primeiro lugar, marcar sua distinção da utopia — que se refere justamente ao que não possui lugar nenhum — pois se refere a lugares forçosamente outros. Lugares que na sociedade constituem uma margem, uma ambiguidade, um desvio, e que são reservados a indivíduos ou eventos com existências inapropriadas aos lugares funcionalmente estabelecidos em um corpo social — constituem um movimento desviante em relação a um regulamento. (Lerner, 1990, p. 45).

Há uma complexidade na heterotopia, pois ela nos “escorre entre os dedos”, no sentido dos espaços que articulam poder sobre os corpos, mas esse poder atua de forma diversa, dependendo do corpo e gênero que se trata, apagando vidas, destruídas pelo Estado, de forma sutil, velada, mas, quando se trata de mulheres pretas e homens pretos, escancarada. Esta configuração social heterotópica contribui para a justaposição de valores de um gênero sobre o outro, como destaca Foucault (2000) sobre as heterotopias:

As heterotopias inquietam, sem dúvida porque solapam secretamente a linguagem, porque impedem de nomear isto e aquilo, porque fracionam os nomes comuns ou os emaranham, porque arruinam de antemão a “sintaxe”, e não somente aquela que constrói as frases — aquela, menos manifesta, que autoriza “manter juntos “ (ao lado e em frente umas das outras) as palavras e as coisas. Eis por que as utopias permitem as fábulas e os discursos: situam-se na linha reta da linguagem, na dimensão fundamental da fábula; as heterotopias (encontradas tão freqüentemente em Borges) dissecam o propósito, estancam as palavras nelas próprias, contestam, desde a raiz, toda possibilidade de gramática; desfazem os mitos e imprimem esterilidade ao lirismo das frases. (Foucault, 1999, p. 8).

Portanto, podemos avaliar que o momento histórico heterotópico é uma das cisões para o homem em relação ao processo natural de viver e ao fenômeno de existir, pode-se apontar como um rompante do elo entre a Natureza e com o Feminino. Essa exclusão da natureza conecta-se com o contexto do capitalismo e do patriarcado, sistemas de funcionamento e regulação os quais adotam em sua base a expropriação máxima de recursos naturais e humanos, estabelecendo não só um sistema de dominação global, mas, um modo de Ser e Estar no mundo, priorizando uma raça, um gênero, uma sexualidade, uma religião, uma espécie de sujeito fenotípica, etc. Tal sistema e tal funcionamento só se faz possível através da subjugação humana e da expropriação completa das matérias primas e dos recursos naturais, que é estendido às coletividades majoritárias.

A captura das subjetividades, de culturas, de modos de Ser e Estar no mundo estruturou o capitalismo globalizado, vendido e mercantilizado de forma mainstream e “cool” como caixas a pronta-entrega para consumo que criam a miragem, a ilusão, de uma inserção cultural coletiva ou de um pertencimento a determinado grupo devido a aquisição de determinadas posses e objetos, impondo hierarquia de valores, hierarquia de privilégios, hierarquia de recursos e de acesso a recursos, impondo-nos formas de Ser e Estar no mundo, nas relações e dinâmicas relacionais.

Entretanto, como essa contextualização sócio-histórico-cultural acerca da constituição do patriarcado nos interpela hoje? Segue reverberando nos dias atuais, apenas como leitura adaptada de dinâmicas, comportamentos e linguagens transgeracionais modeladoras de comportamentos e dinâmicas socioculturais com raízes históricas antigas?

É importante compreender que há características transgeracionais que nos atravessam e que podem vir a afetar a nossa subjetividade e, conseqüentemente, comportamentos, personalidade, percepção e perspectiva de mundo diretamente, o que, conseqüentemente, materializa-se em expressões, principalmente as discursivas e comportamentais. São características como: Traumas transmitidos de uma geração a outra, afetando a dinâmica da família em relação a determinados assuntos, ou a visão de si e sua relação consigo e com o mundo, visto que da família, saímos diretamente para os meios e interações sociais; Valores culturais podem incluir fatores como a importância da família, da religião ou da educação, e podem afetar a forma como os indivíduos fazem escolhas e se comportam perante outros e nos espaços e relações as quais ocupam; O

estilo de comunicação e de comportamento de uma família, que pode ser transmitido de uma geração para outra, influenciando a forma como os indivíduos se expressam e se relacionam com os outros (por exemplo, uma família pode ter um estilo de comunicação e/ou comportamento mais agressivo ou passivo, que pode afetar a forma como os indivíduos lidam com conflitos, com as relações e como expressam suas emoções); Bem como, os papéis familiares podem ser transmitidos de uma geração para outra, influenciando a forma como os indivíduos se veem e se relacionam com os outros (por exemplo, uma família pode ter papéis de gênero rígidos, onde os homens são vistos como provedores e têm apenas responsabilidades econômicas e as mulheres vistas como as responsáveis pela casa e pelos cuidados das filhas e dos filhos).

Todos esses atravessamentos transgeracionais perpassam e são mediados pelo uso ou interação da linguagem, pois traumas e desconfortos podem ser acionados no indivíduo meramente pelo uso de uma palavra em específico, um ato ou um comportamento no qual remonte a estrutura e o cenário interno na psique do indivíduo que imediatamente ativa, no âmbito físico-emocional, o quadro associado ao significante subjetivo de um signo traumático. Entretanto, é também através da linguagem que se remontam e ressignificam tais significantes subjetivos. Essas práticas transgeracionais podem afetar a nossa subjetividade, moldando a forma como vemos e vivemos o mundo. No entanto, é importante notar que tais práticas não são imutáveis e podem ser desafiadas e mudadas por meio da educação, da terapia, da cultura, do desenvolvimento da percepção sobre si e sobre o outro, do engajamento individual e comunitário, associando-se a grupos e comunidades onde a diversidade, a inclusão é valorizada e a diferença respeitada.

Ou seja, é preciso compreender que acontecimentos sócio-histórico-político-culturais estão intimamente interligados com a realidade que vivemos hoje e ressaltar a importância de nos conscientizarmos das interferências e contribuições na linha temporal em relação à realidade que experienciamos na atualidade enquanto indivíduos e enquanto organização societária nos quesitos sócio-histórico-político-cultural. Destarte, é necessário também compreender que a influência da colonização europeia nos afeta enquanto sujeitos no Estado-Nação brasileiro, atrelada ao processo de colonização. Cabe destacar a cultura do estupro evidenciada desde o período colonial na constituição dos primeiros “brasileiros” de *terra brasilis*. Cultura essa que impõe a miscigenação no Brasil a partir da violação e objetificação dos corpos pretos e indígenas, bem como da ideia de

posse dos corpos com útero europeus que se evidencia até hoje, culminando na necessidade de promulgar, inclusive, a lei 11.340/06 - lei Maria da Penha, para tentar conter e frear ímpetus advindos das características nocivas do pátrio poder e da ilusão do homem em relação a ter posse, poder sobre tudo e todos conotados como “inferiores” historicamente.

Portanto, é preciso compreender que a perpetuação de aspectos transgeracionais incidem na nossa cultura, que podem se traduzir em aspectos comportamentais, em nossos atos e performances discursivas e atos complexos, visto que somos seres em mediação com o meio e com a cultura, e observar que tais atos e escolhas carregam história e narrativas antigas que podem perpetuar séculos de opressão, pois não são histórias e narrativas isoladas. Carregam em si fatos históricos inseridos em um período sócio-histórico-linguístico-cultural, em um contexto, em relações de poder-repressão, opressor-oprimido, preconceito, injúria, etc.

3.2 ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAIS BRASILEIROS

Agora, vale ater-se e refletir sobre como essa dinâmica patriarcal se configura e se instala em *terra brasilis*, das raízes do Brasil Colônia aos tempos atuais, desde a linguagem até aos aspectos socioculturais. Os mecanismos do patriarcado também acompanham as atualizações da modernidade e pós-modernidade, sua ruptura não será linear e contínua, mas processual. Portanto, é preciso abordar o caminho das pedras em relação à construção sócio-histórica-cultural de um ponto central da dissertação o qual conecta-se diretamente com os enunciados serão os dados à análise desta dissertação. Então, torna-se imprescindível para compreender a materialização dos enunciados discursivos, as construções e performances de gênero e as críticas e problematizações as quais serão abordadas.

Rezende (2015) aponta que a teoria feminista nos permite, justamente, analisar o patriarcado não apenas como uma ferramenta de dominação, mas, também, como um sistema de opressão que permanece e se atualiza com o avanço do capitalismo e da democracia liberal, num “liberalismo patriarcal” ou um “capitalismo patriarcal” sendo

característica das sociedades modernas. E, apoiada em Weber, Rezende (2015) faz as seguintes colocações sobre a “estrutura patriarcal de dominação”:

A “estrutura patriarcal de dominação”, segundo este autor, se refere ao estabelecimento de vínculos pessoais entre o senhor, os demais membros da família e os servos, e tem como fundamento a autoridade do chefe da família ou comunidade doméstica. Essa autoridade se baseia na tradição, ou seja, “na crença da inviolabilidade daquilo que foi assim desde sempre” (Weber, 1991, p. 234), e no arbítrio pessoal do senhor, sempre limitado pelas normas “sagradas pela tradição” (Weber, 1991, p. 243). Assim, no caso da autoridade doméstica, antiquíssimas situações naturalmente surgidas são a fonte da crença na autoridade, baseada em piedade, para todos os submetidos da comunidade doméstica, a convivência especificamente íntima, pessoal e duradoura no mesmo lar, com sua comunidade de destino externa e interna; para a mulher submetida à autoridade doméstica, a superioridade da norma e da energia física e psíquica do homem; para a criança, sua necessidade objetiva de apoio; para o filho adulto, o hábito, a influência persistente da educação e lembranças arraigadas da juventude; para o servo, a falta de proteção fora da esfera de poder de seu amo, a cuja autoridade os fatos da vida lhe ensinaram submeter-se desde pequeno. (Rezende, 2015, p. 9).

A característica fundamental do patriarcado é instaurar o homem como o centro de poder e autoridade e relevância máxima, seja na família e na vida privada, seja na vida pública e nas esferas sociais, com privilégios e prestígios, funcionamento que segue até hoje nas sociedades atuais. Mas, a característica principal da instauração deste lugar central ao homem, é seguir os modelos passados, prévios. Como aponta Rezende (2015), esse modelo assemelha-se à família ou dominação patriarcal, no qual todos os demais membros da família e qualquer indivíduo agregado estariam subordinados ao patriarca, ao homem, por ser o detentor legítimo do poder, autoridade, legitimando a tradição, o costume e a função de manter a paz e a ordem. Ou seja, basicamente, as *coletividades majoritárias* são as mais atingidas por essa dinâmica, tendo sua voz, subjetividade, lugar de fala e representatividade subalternizados.

O patriarcado é um sistema social e cultural que coloca os homens em posição de poder e privilégio em relação às mulheres. No Brasil, como em outros países, o patriarcado é uma força estrutural que molda as relações de gênero e afeta a vida de homens e mulheres de diferentes maneiras. O patriarcado no Brasil tem raízes históricas profundas, que remontam à colonização e escravização de povos indígenas e africanos. Durante séculos, a estrutura social brasileira foi construída em torno da figura do homem branco, heterossexual e rico, que ocupava os espaços de poder político e econômico, enquanto mulheres e minorias eram marginalizadas e oprimidas.

No Brasil, bem como na composição de muitas civilizações eurocêntricas, que passou pelo processo de constituição de aspectos societários e governamentais pautados na relação entre o público e o privado e durante a Colônia e o Império, a vida pública era dominada por uma elite política e econômica que detinha o poder das áreas rurais e influência nas organizações societárias; ao mesmo tempo, a maioria da população era composta por pessoas retiradas de seus contextos regionais e culturais e escravizadas, trabalhadores pobres que viviam em condições precárias e tinham pouca ou nenhuma voz na vida pública. No Brasil, o modelo patriarcal foi importado pela colonização e readaptado às condições sociais brasileiras latifundiárias e escravagistas como pilar na história da instituição familiar e, apesar da desintegração do patriarcado Rural, a mentalidade patriarcal permaneceu na vida e na política brasileira através do coronelismo, clientelismo e protecionismo. E no meio urbano, as condições e atitudes autoritárias sobre a condição feminina caracterizam o patriarcado brasileiro. (Narvaz e Koller, 2006. p. 50).

Nesse contexto, a subalternização e autoritarismo em relação à condição feminina eram comuns e incluíam a restrição dos direitos políticos: as mulheres não tinham participação ativa na vida pública, bem como num período mais tardio do avanço político, não tinham direito ao voto e eram impedidas de participar da política, o que limitava sua influência e poder de decisão na sociedade; as mulheres também sofriam de restrição ao acesso à educação, sendo frequentemente impedidas de frequentar escolas e universidades limitando a sua emancipação individual, social e profissional; elas também sofriam restrição à autonomia e liberdade pessoal de ir e vir sendo submetidas à autorização e a autoridade masculina, incluindo seus pais, maridos e outros parentes, e não tinham autonomia para tomar decisões sobre suas próprias vidas.

O homem detinha o controle, ou a ilusão/ideia de controle, pois detinha uma estrutura e aparato sociocultural e político arraigado e alicerçado em dinâmicas patriarcais rígidas e extremas que garantiam e retroalimentavam a assimetria entre gêneros e, que estabelecia e viabilizava a possibilidade de impor determinados comportamentos e cerceamentos à mulher. Essa estrutura fornecia artifícios e meios legais, políticos e sociais favorecendo o homem em relação à mulher e à sexualidade feminina através dos lugares sociais que o homem ocupava tanto na vida pública, como na vida privada. O homem ditava as normas sociais e institucionais, bem como as normas familiares, o que culminou em julgamentos e cerceamentos frequentes da mulher e da liberdade sobre sua existência,

a impossibilidade de sua emancipação individual através do trabalho ou acesso à educação e conhecimento, sexualidade, a punição por comportamentos sociais e/ou sexuais considerados inadequados, como ostracismo social ou mesmo violência física, verbal e/ou psicológica.

As concepções limitadas sobre o papel das mulheres na sociedade faziam que elas fossem frequentemente vistas como sendo responsáveis apenas pelas atividades domésticas e pela criação das filhas e dos filhos, o que limitava sua capacidade de contribuir para a sociedade em suas múltiplas outras áreas. Como enfatiza Narvaz e Koller (2006) em relação à posição da mulher na família e na sociedade em nossa organização social:

A posição da mulher, na família e na sociedade em geral, desde a colonização até hoje, demonstra que a família patriarcal foi uma das matrizes de nossa organização social. As mulheres brasileiras, nas primeiras décadas do século XX, não haviam conquistado os direitos civis garantidos ao homem. Precisavam exigir seus direitos de cidadã e aumentar sua participação na vida pública. Em 1916, foi criado o Código Civil Brasileiro, patriarcal e paternalista, no qual constava que a mulher casada só poderia trabalhar com a autorização do seu marido. (Narvaz e Koller, 2006. p.51).

Mesmo com as mulheres ocupando algumas áreas de trabalho, em específico os setores industriais e educacionais primários, intitulado como magistério, não por escolha mas como consequência e necessidade social devido à presença do homem nas guerras e à ausência e falta de mão-de-obra em setores sociais, havia ainda assim uma estratificação salarial por decorrência das diferenças de gênero, bem como a obrigação de se reportar e ter autorização de uma figura masculina para poder exercer e atuar de forma profissional, com cerceamento de sua liberdade individual e direito de ir e vir. Como aponta o documento abaixo, um contrato de professores de 1923.¹¹

¹¹ A fonte a respeito das informações contratuais para professores é através de artigo da historiadora e filósofa Jane Soares de Almeida. Acesso disponível na referência.

CONTRATO DE PROFESSORES - 1923

Este é um acordo entre a senhorita _____
_____, professora, e o Conselho de Educação
da Escola _____, pelo qual a senhorita
_____ se compromete a dar au-
las durante um período de oito meses, a partir de 1º de setembro de
1923. O Conselho de Educação se compromete a pagar à senhorita
_____ a quantia de (\$75)
mensais.

A senhorita se compromete a:

1. Não se casar. Este contrato ficará automaticamente a
nulado e sem efeito se a professora se casa.
2. Não andar na companhia de homens.
3. Ficar em sua casa entre às 8h da noite e às 6h da ma-
nhã, a não ser que seja para atender a uma função escolar.
4. Não passear pelas sorveterias do centro da cidade.
5. Não abandonar a cidade sob nenhum pretexto, sem per-
missão do presidente do Conselho de Delegados.
6. Não fumar cigarros. Este contrato ficará automatica-
mente anulado e sem efeito se a professora for encontrada fumando.
7. Não beber cerveja, vinho ou uísque. Este contrato fi-
cará automaticamente anulado e sem efeito se a professora for en-
contrada bebendo cerveja, vinho ou uísque.
8. Não viajar em carruagem ou automóvel com qualquer de-
sem, exceto seu irmão ou seu pai.

Como bem coloca Vianna (2013), apoiado em Zeila Demartini e Fátima Antunes, sobre o “rebaixamento salarial”:

O rebaixamento dos salários é uma das características da docência desde o início do século XX, naquele momento mais associado ao curso primário. Zeila Demartini e Fátima Antunes (1993, p. 6) nos mostram que o professorado ganhava por disciplina e que havia “diferenças de currículos, as quais implicavam em diferenças salariais”. As disciplinas se dividiam entre as ministradas só por professores e aquelas permitidas às professoras, e a remuneração das mulheres era mais baixa que a dos homens em atividades similares. As autoras referem-se, ainda, a alguns inquéritos nos quais professoras e professores reivindicavam novos critérios para o escalonamento salarial da categoria. (Vianna, 2013. p.167)

As configurações de poder entre Brasil Colônia, Brasil Império, com o advento do voto censitário e Brasil enquanto República, se reciclam e se mantêm até os dias atuais dentro dos mesmos moldes antigos, com cenários e dinâmicas novas e adaptadas: latifundiários, donos de grandes terras ou com um alto poder monetário, bem como uma grande influência social e/ou religiosa, que se reconfiguram com adaptações desses lugares de poder e dos papéis de prestígio social em nossa configuração societária atual, de família, política, religião.

Os exemplos desse processo de continuidade e metamorfose na longa duração podem ser verificados de maneira extensiva. Exemplos de famílias nordestinas, como as redes de poder e nepotismo nas famílias políticas de Antonio Carlos Magalhães, na Bahia e José Sarney, no Maranhão, ilustrariam de maneira conhecida a tese da persistência de poderes antigos no Brasil. Um estudo de caso interessante é o do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, uma das regiões com maior dinamismo e modernização no Brasil. A grande imigração européia, a distribuição mais democrática das propriedades, a industrialização, a formação de uma estrutura social e econômica mais desenvolvida na região não alteraram alguns elementos de continuidade genealógica e política em algumas das lideranças locais (Doria, 1995). José Henrique Flores foi um dos pioneiros e o maior latifundiário da região no início do século XIX, sendo grande proprietário rural escravista de feições tradicionais. José Henrique Flores foi Tenente-Coronel da Guarda Nacional e Presidente da Câmara de Itajaí. A família Konder e posteriormente a família Bornhausen, famílias com grande destaque na elite política brasileira no século XX, tiveram origem no casamento do José Henrique Flores com Maria Clara da Silveira, sobrinha dos Barões de Pirai (Barata, 1999). José Henrique Flores Filho foi o primeiro Presidente da Câmara de Blumenau em 1883. A filha Adelaide Flores casou com o professor e comerciante alemão Marcus Konder¹⁰. Foram os pais de Arno, diplomata, Marcos, Deputado e Prefeito de Itajaí, Adolfo, Deputado, Governador, Senador e Vítor Konder, Deputado e Ministro de Estado. Todos com carreiras políticas de alto nível no Estado de Santa Catarina e no Governo Federal (Piazza, 1994). O neto Antonio Carlos Konder Reis foi Governador de Santa Catarina durante o Regime Militar. Outro neto foi o Senador Jorge Konder Bornhausen e a família segue com o Deputado Paulo Bornhausen, que foi Vice-Presidente do Partido dos Democratas. O ponto zero social, o início da genealogia da família Konder Bornhausen no Vale do Itajaí, foi a grande propriedade escravista, pioneira na região. No Paraná temos a história da família Richa e suas formas de nepotismo (Oliveira, 2009). O arcaico sempre se associando e se misturando ao novo. A longa duração da riqueza e do poder no Brasil. (Oliveira, 2011, p.22).

Ainda que algumas dinâmicas coexistem atualmente nem tão adaptadas assim nos dias atuais devido à vastidão do território brasileiro, o cenário da região norte e nordeste do Brasil perpetuam relações pautadas no coronelismo e no latifúndio, com um grande índice de trabalho infantil e cultura do estupro. A centralização do poder das famílias ruralistas e de grandes fazendeiros era ameaçado devido ao desenvolvimento do Brasil colônia enquanto Estado. Entretanto, as famílias centralizadoras do poder perpetuaram-se e mantiveram seu lugar de privilégio na sociedade e continuaram exercendo posições

de domínio além de monetário e social. Rezende (2015) aborda o desenvolvimento do Estado no Brasil, a partir da análise da obra “Populações Meridionais no Brasil” de Oliveira Vianna, o autor referenciado na citação a seguir:

O desenvolvimento do Estado no Brasil se apresenta, segundo o autor, como uma ameaça aos poderes locais organizados em volta dos domínios rurais e se mostra em descompasso com a formação social característica do país, uma vez que aqui não houve uma “evolução política”, passando da monarquia para a aristocracia e depois para a democracia, esta última sendo imposta a uma sociedade disforme e dissociada, fruto de um ideal da intelectualidade nativa, que remete ao liberalismo político europeu e ao processo de emergência do Estado moderno. (Rezende, 2015. p 14).

Esse liberalismo político que culminou no Estado Moderno incide em uma série de lacunas na estruturação política dentro da sociedade brasileira. Lacunas essas que dão sustentação e disponibilidade para que haja espaço para dinâmicas de nepotismo, cerceamento e centralização de poder entre grupos específicos relacionados ao exercício deste poder, tanto no quesito político, como no monetário. Aos quais muito convém e se beneficiam das estruturas patriarcais que postulam os constructos sociais e dinâmicas inter relacionais, a regulamentação dos papéis sociais e performativos de gênero e as normas de gênero.

Nesse contexto, as estruturas patriarcais relegam a mulher, da vivência social e pública, a uma maternidade normativa e compulsória, ao trabalho doméstico e tudo que compete aos cuidados da vida privada e familiar e delegam ao homem o papel de provedor e mantenedor da família e a acessibilidade em todas as escolhas que lhe conviesse. Apesar de historicamente, a instituição família “tradicional”, como é compreendida nos discursos de parte considerável da sociedade brasileira atualmente, evidenciar a importância do homem enquanto papel de provedor e autoridade, este ao mesmo tempo abdica de seu papel enquanto pai e paternagem, por vezes, em sua participação ativa na vida de seu/sua filho/a, ou, até mesmo, não realizando o registro desse/a filho/a em seu nome, ou mesmo, assumindo relações extraconjugais, quando não, ainda assim, assumindo uma relação extrafamiliar, compondo, simultaneamente, um segundo e novo núcleo familiar concomitante com o primeiro, mantendo um duplo vínculo e uma vida dupla. Narvaz e Koller (2006) apontam sobre a dinâmica de um patriarcado moderno, pautado na cristalização da dominação masculina, elaborando sua colocação a partir de Pateman:

Seria, portanto, inadequado falar, na modernidade, em “sociedade patriarcal”. Além disso, na medida em que a família e as relações entre

os sexos mudaram, a idéia de patriarcado cristaliza a dominação masculina, pois impossibilita pensar a mudança.

Já para Pateman (1993, p.167), “o poder natural dos homens como indivíduos (sobre as mulheres) abarca todos os aspectos da vida civil. A sociedade civil como um todo é patriarcal. As mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública”. Nesse sentido, há, segundo ela, um patriarcado moderno, contratual, que estrutura a sociedade civil capitalista. O patriarcado moderno vigente alterou sua configuração, mas manteve as premissas do pensamento patriarcal tradicional. O pensamento patriarcal tradicional envolve as proposições que tomam o poder do pai na família como origem e modelo de todas as relações de poder e autoridade, o que parece ter vigido nas épocas da Idade Média e da modernidade até o século XVII. O discurso ideológico e político que anuncia o declínio do patriarcado, ao final do século XVII, baseia-se na idéia de que não há mais os direitos de um pai sobre as mulheres na sociedade civil. No entanto, uma vez mantido o direito natural conjugal dos homens sobre as mulheres, como se cada homem tivesse o direito natural de poder sobre a esposa, há um patriarcado moderno. (Narvaz e Koller, 2006. p. 50).

Todavia, como enfatizam Narvaz e Koller (2006), a prescrição patriarcal postula à mulher uma experiência de completude apenas a partir da experiência da maternidade. A impossibilidade de cumprir com essa “maternidade normativa” gera um grande sentimento de culpa em muitas mulheres, que atribuem a si mesmas a culpa por sua condição. A “maternidade normativa” é atribuída a uma falha individual da mulher, desconsiderando aspectos de estratificação decorrentes da estrutura social desigual como pobreza e/ou falta de suporte conjugal, comunitário ou social, principalmente às mulheres chefes de família que não reproduzem essa prescrição patriarcal.

4 GÊNERO E INTERSECCIONALIDADES

O ato de destacar capítulos, neste primeiro ciclo, voltados à contextualização do patriarcado, bem como discorrer brevemente e de forma bem sucinta sobre capitalismo, é importante para compreender que são duas formas e forças de organização coletiva, sociocultural e econômica que balizam nossa sociedade e organização societária atual e que nos afetam. Elas permeiam as relações sociais, atuando como forças dinâmicas, normativas de um status-quo “invisível”, regulador e normativo nos papéis de gênero e interseccionalidades, que reproduzem pirâmides e estratificações sociais em relação aos corpos sociais múltiplos que compõem a sociedade brasileira e que incidem de forma direta na construção sociocultural da performatividade dos papéis de gênero e interseccionalidades, atravessados por todo o contexto histórico apresentado até aqui, no âmbito social e nas relações privadas e públicas, bem como no processo de subjetivação e constituição individual e social do sujeito.

Enquanto sociedade brasileira, a perspectiva social conservadora em relação a gênero é atrelar gênero ao sexo biológico e ter a sexualidade heterossexual como norma, intitulada como natural e hegemônica. Nessa forma de pensamento, quem nasceu biologicamente homem ou mulher tem seu gênero e sexualidade atrelados à dinâmica heteronormativa cisgênero¹². É o que Gayle Rubin vai definir como sistema sexo/gênero que “consiste em uma série de arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, nos quais essas necessidades sexuais transformadas, rearranjadas como produto, são satisfeitas.” (p. 13).

O gênero se apresenta de forma expressiva na sociedade como reprodução e regulação das convenções sócio-linguística-culturais em relação à performatividade dos papéis de gênero associados à binariedade masculina e feminina, vinculada ao sexo biológico e à gestão individual afetiva da sexualidade que incide na instituição casamento/família.

Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação

¹² É lido e definido socialmente como um homem cis ou uma mulher cis, ou seja, que nascem com órgãos genitais de seus respectivos sexos biológicos e desempenham o papel de gênero de homem e de mulher enquanto identidade e performatividade de gênero - associado à sexualidade e entendendo da mesma forma a ontologia deste Ser - e se relacionam conseqüentemente com o sexo biológico oposto.

inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (Scott, 1989, p. 7).

É dentro dessa perspectiva de sistema sexo-gênero que tanto o patriarcado como o capitalismo se estruturam a partir do gerenciamento, agenciamento e articulações interativas que têm em seu cerne o sexismo, desigualdades sociais, discursos de misoginia, objetificação, opressão, não valorização e subalternização da mulher, das coletividades majoritárias e dos corpos individuais e subjetividades desta coletividade majoritária. Essa organização sistemática sobre a sexualidade parece ser uma necessidade de organização social, que regula o externo, mas impele o interno a se estruturar de acordo com essa norma. Rubin destaca que toda sociedade tem sua dinâmica em relação a esse sistema de gênero, mas, todos corroborando com as mesmas formas de opressões:

Da mesma forma, toda sociedade tem formas sistemáticas de tratar do sexo, do gênero e dos bebês. Esses sistemas podem ser sexualmente igualitários, pelo menos em teoria, ou podem ser “estratificados de acordo com o gênero”, o que parece ser o caso na maioria ou mesmo em todos os exemplos de que temos conhecimento. Mas é importante – mesmo diante de uma história desencorajadora – manter a distinção entre a capacidade e a necessidade que a humanidade tem de criar um mundo sexual e as maneiras empiricamente opressivas segundo as quais os mundos sexuais foram organizados. A palavra patriarcado abarca ambos os sentidos. Falar em sistema de sexo / gênero, por outro lado, é usar um termo neutro que se refere ao domínio em questão e indica que a opressão não é algo inevitável, mas, sim, produto de relações sociais específicas que a organizam. (Rubin, 2017, p. 131).

Essas opressões falam em nome de ideais coletivos socialmente compartilhados e corroborados no coletivo. Através da opressão reivindicam a defesa de uma performatividade heterossexual dos corpos sociais e a imposição de restrições à expressão da sexualidade feminina, de atributos considerados ou tidos como femininos e de corpos dissidentes ao corpo “masculino e branco”, à heterossexualidade compulsória, por crer em uma ameaça à família tradicional hegemônica, aos valores normativos de masculinidade e feminilidade postos e estabelecidos socialmente, que destruiria a sociedade, a igreja e a civilização e, por fim, a instituição família (patriarcal). Do mesmo modo que reivindica, coíbe a dissidência da performatividade heterossexual, diversidade da composição e compreensão de núcleo familiar e o protagonismo da coletividade majoritária.

Mas, é através do gênero que podemos, também, questionar esta imposição e desconstruir as relações de poder que grande parte das organizações sociais atuais manifestam mas, a que nos interessa particularmente agora é o Brasil. Através de Scott, Vale de Almeida e Butler, a perspectiva de Silva nos elucida caminhos possíveis para essa desconstrução:

Se o conceito de gênero permite dar a ver e desconstruir as formas de significar relações de poder que tenham por base a crença nas diferenças percebidas entre os sexos e questionar a existência de uma relação rígida entre caracteres anatômicos e comportamentos socialmente chancelados impostos sobre determinados corpos (Scott, 1995), também é preciso compreender que a barreira entre masculinidade e feminilidade é discursivamente construída, no sentido de tentar elidir situações e possibilidades de vivências intermediárias (Vale de Almeida, 2005, p. 122-3). É necessário, pois, adotar como base a noção de que não existe sexo natural e que masculinidade, feminilidade e sexualidade são construções sociais cuja base não está na observação transparente da realidade apreendida sem mediações, mas em citações paródicas (Butler, 2016, p. 238-9) de comportamentos sancionados e historicamente dados, os quais podem estar ancorados na crença do corpo como referencial seguro, *reconhecível* na determinação de sexos, gêneros, desejos, prazeres e amores. (Silva, 2023, p. 115.)

É possível compreender gênero como fluido, dinâmico e existente em um espectro diversificado de expressão para além das categorias binárias. Judith Butler corrobora com essa ideia e nos sugere adotar o olhar em relação a gênero enquanto norma e, uma norma intrínseca à dinâmica relacional social e aos processos de normalização. Como ressalta Butler (2004) sobre o funcionamento da norma:

Uma norma opera no âmbito de práticas sociais sob o padrão comum implícito da normalização. Embora uma norma possa ser analiticamente separada das práticas nas quais ela está inserida, também pode mostrar-se recalcitrante a quaisquer esforços de descontextualização de sua operação. Normas podem ou não serem explícitas, e quando elas operam como o princípio normalizador da prática social, elas geralmente permanecem implícitas, difíceis de perceber e mais clara e dramaticamente discerníveis nos efeitos que produzem. (Butler, 2004, p. 252).

Guerreiro Ramos, baseado em Spranger, vai de encontro à colocação de Butler e o funcionamento de *norma* com o viés da cultura como um superorganismo que é agenciado pela mesma perspectiva da *norma* e corrobora com toda a construção da fundamentação teórica pautada até aqui e a conceituação de gênero. Ramos destaca que:

Considera a cultura como um superorganismo que vive sobre os indivíduos e por cima da cadeia das gerações, e admite a existência, em

toda cultura, de uma norma que preside a sua estrutura e seu funcionamento (Ramos, p. 220, 1995).

Gênero, dentro das dinâmicas propostas por Butler, é o mecanismo que difunde noções de masculino e feminino, que naturaliza essa perspectiva mas, que também nos permite desconstruir e desnaturalizar essas mesmas noções, com uma forma de se mover para além do binário socialmente “naturalizado” e imposto através da construção social que se refere às expectativas das performatividades de gênero, de papéis sociais e comportamentos esperados que são atribuídos socialmente a homens e mulheres com base em suas características sexuais. O gênero não se limita apenas a essa composição binária quando passamos a entendê-lo a partir da perspectiva de Butler. *É importante destacar* que gênero enquanto norma não se limita apenas a homens e mulheres ou não diz respeito a masculinidade e feminilidade e também inclui pessoas que não se identificam com a cisão binária e a separatividade sociocultural e se reconhecem como não-binárias ou gênero fluido.

Afirmar que gênero é uma norma não é bem a mesma coisa que dizer que existem visões normativas de feminilidade e masculinidade, apesar de, evidentemente, existirem tais visões normativas. Gênero não é exatamente o que alguém “é”, nem precisamente o que alguém “tem”. Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino ocorrem, juntamente com as formas intersticiais hormonais, cromossômicas, psíquicas e performativas que gênero assume. Supor que gênero, sempre e exclusivamente, representa a matriz do “masculino” e do “feminino”, significa não compreender precisamente o ponto mais crítico, que é o fato de que esse binário coerente e contingente, que ele existe a um custo, e que aquelas alterações de gênero que não se encaixam no binário fazem tanta parte de gênero quanto os seus exemplos mais normativos. Confundir a definição de gênero com sua expressão normativa significa, inadvertidamente, reconsolidar o poder da norma em restringir a definição de gênero. (Butler, 2004, p. 695)

Um dos mecanismos regulatórios em relação a norma é o agenciamento discursivo. Portanto, um discurso de poder, que exerce autoridade ou autoritarismo através de seu agenciamento discursivo, ou um discurso de ódio. Tem por efeito, a possibilidade de restringir e encarcerar o outro e violar o outro, sua subjetividade, restritivo em relação à possibilidade de expressar a fluidez de gênero, e a dissidência da performance de cada um dos papéis socioculturais postos.

Interseccionalidade refere-se à investigação da interconexão e interação entre diferentes formas de poder e opressão que incidem sobre determinados corpos ou coletivos sociais e suas subjetividades, intersubjetividade e identidade, como gênero e

identidade de gênero, raça, classe social, orientação sexual, entre outras. Collins destaca e identifica a interseccionalidade como:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (Collins, 2020, p. 16).

As interseccionalidades são fundamentais enquanto perspectiva crítica de análise social para buscar compreender as imbricadas relações dentro da sociedade contemporânea. Ou seja, as experiências das pessoas não podem ser reduzidas a apenas uma dimensão isolada de sua identidade ou de seu aspecto identificatório. Quanto mais características dissidentes das características e padrões tidos socialmente como hegemônicos se somam, mais a opressão, o poder regulador e normatizador hegemônico incide na tentativa regulatória de tentar circunscrever e engendrar esses corpos sociais individuais e coletivos.

Devido a isto, é importante reconhecer que diferentes formas de opressão entrelaçam-se e interseccionam-se e afetam as experiências e a constituição da subjetividade individual e coletiva de maneiras complexas e interdependentes diante do emaranhado sócio-histórico-cultural que nos constitui e a possibilidade de traduzirmos, diante da nossa composição e eterno vir-a-ser pois nunca estamos prontos, acabados, essa dialética coercitiva e opressiva destes sistemas de signos e significantes socioculturalmente compartilhados em atos sociais. Ou seja, a violência a uma mulher branca se configura de um modo. A uma mulher branca e periférica de outro. Mas, a uma mulher preta os atravessamentos vão ser de outra ordem, que talvez não inflijam ou toquem em particularidades como atravessamento violento de ordem psíquica, emocional ou física a mulher branca e a mulher branca periférica. Passa-se a existir uma hierarquização a partir da estratificação social que compôs e atravessamentos que compõem a complexa história e cultura brasileira. Existe uma mais valia compartilhada em relação a determinadas subjetividades, corpos individuais e sociais que se materializam nas relações, nas falas, nos discursos e perpetuam um modelo social arcaico e danoso à sociedade e ao corpo social como um todo, principalmente pelo acabamento ou esquecimento da “memória” da historicidade do Brasil.

Spivak, a partir de Melanie Klein e baseada nela nesta colocação em relação à tradução, nos sugere uma perspectiva de tradução que dialoga com a perspectiva de tradução como um processo de tomada de consciência, de traduzir as violências e opressões e nosso constante ato de vir-a-ser. Ela fala em tradução associada à criança, mas, podemos transpor o fenômeno “criança” ao fenômeno “adulto” e às capacidades adultas em relação a suas ferramentas internas e externas, como seu grupo e rede de apoio, estruturas e instituições sociais, construção de perspectiva de possibilidade e caminhos que, diante de opressões e violências diárias sociais, exige dos corpos e subjetividades dissidentes uma tradução e tomada de consciência a partir da leitura e transcodificação e tradução que fazem desta inter-relação dialética sujeito-mundo e a bagagem histórica individual e social que é carregada e permeada por múltiplos atravessamentos e agenciamentos sócio-histórico-linguístico-culturais nas variadas ordens e possibilidades de relações sociais atuais. Aqui a tradução se relaciona com a compreensão destes elementos externos sócio-culturais que carregam historicidade e sua integração em um sistema de signos interno, como mecanismo de tradução, codificação e tomada de consciência e a capacidade de processar os mecanismos de violências do mundo. Sobre a tradução e a relação com a consciência, Spivak aponta que:

O trabalho de tradução é um movimento de vaivém, um traslado incessante que é uma ‘vida’. A criança alcança alguma coisa, e depois várias outras coisas. Tal alcançar ou apreender (begreifen) de um exterior indistingüível de um interior constitui um interior, um ir e vir, de lá para cá, codificando tudo em um sistema de signos através do que já foi apreendido. Pode-se denominar essa grosseira codificação de ‘tradução’. Nesse incessante ato de tecer, a violência se traduz em consciência, e vice-versa. Do nascimento até a morte, essa máquina ‘natural’, possivelmente programando a mente como as instruções genéticas programam o corpo (onde acaba o corpo e começa a mente?), é, em parte, algo meta-psicológico, e portanto está fora do alcance da mente. Assim, a ‘natureza’ passa e se repassa à ‘cultura’, no trabalho ou campo de vaivém da violência (a privação — o mal — choca o sistema-em-formação da criança mais marcadamente do que a satisfação) (Spivak, 2000, p. 42-43)

Essa inter-relação apresentada por Spivak nos faz entender a complexidade de Ser e Estar no mundo quando socialmente discursos delimitam sua existência e sua expansão em âmbitos sociais, culturais, políticos, familiares, emancipação individual pelo corpo individual e coletivo se apresentar como ou de forma dissidente do que é configurado socialmente como norma. É importante ainda nessa seção da dissertação abordar a sigla LGBTQIA+. A grande necessidade de segmentar e criar categorias de identificação da coletividade que inicialmente se denominava e eram reconhecidos como GLS - Gays,

Lésbicas e Simpatizantes -, é principalmente para poder abordar políticas públicas específicas, direito civil, social e humanitário, intervenções e políticas de saúde e demandas vinculadas às especificidades de cada segmento e principalmente no combate à violência, fobia e intolerância dentro de um Estado democrático de direito. A sigla LGBTQIA + (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneras/os e outras categorias) se configuram como uma coletividade de resistência diante da LGBTfobia engendrada na sociedade. A sigla, para além de marcar a identidade de cada segmento e as demandas específicas, demarca o avanço histórico, simbólico e material dos movimentos sociais que se rebelaram contra as discriminações e violências e reivindicaram buscando promover ações e garantias e constituir direitos com os quais pessoas não fossem violentadas/os ou discriminadas/os devido à orientação sexual e/ou identidade de gênero.

4.1 A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE MASCULINA

A subjetividade masculina refere-se às maneiras pelas quais os homens constroem e vivenciam sua masculinidade, tanto individualmente como coletivamente e em relação às expectativas e normas sociais de gênero e performatividades acerca do masculino, masculinidade e o que é ser homem. É importante reconhecer que não há uma única forma de exercer a masculinidade, apesar disso ser o que a sociedade tenta impor-nos como premissa e que a masculinidade é construída de forma sócio-discursiva e cultural. Mas, entendendo que há uma norma social reguladora, pautada no patriarcado e no machismo, que normatiza a pessoa dentre as múltiplas e infinitas possibilidades de expressar masculinidade e de se compreender como homem, a performatizar esse papel de gênero, sua expressão e performatividade de um modo nocivo ao próprio sujeito o qual viola-se em diversas ordens ao tentar ocupar esse papel de gênero dentro do engendramento performático social de homem e masculino.

Alguns fatores podem influenciar essa performatividade como: cultura, etnia, classe social, orientação social, poder aquisitivo etc. Mas, a imposição da norma, em um geral, não leva em consideração esses fatores diante da imposição performática de homem e masculinidade. Mas, outros aparatos sociais fazem essa regulação através da estratificação e hierarquização social, que se dá devido a outros aspectos normativos sociais que incidem e atravessam as relações sociais e suas desigualdades em diversos níveis, nesse momento esses fatores aparecem, destacam-se.

O homem, na justa medida, também é afetado por essa prescrição patriarcal, pelo patriarcado, na medida em que esse sujeito não sustenta, sem a cada instante perde um pouco mais de si mesmo para a sociedade hegemônica, a performatividade de gênero e o papel social que lhe é delegado sócio-histórico-culturalmente. Quando esse sujeito se torna um desviante da norma, há os “capitães do mato”, diluídos na sociedade, para reintegrá-lo, reincorporá-lo e reintroduzi-lo a norma, ao trajeto normativo da performatividade de seu papel de gênero de forma que as expectativas sociais hegemônicas.

O que é reforçado e reinscrito linguisticamente através da cultura brasileira e relações socioculturais, são alguns comandos enunciativos que inscrevem incessantemente a subjetividade e esse sujeito social a norma como: “não chore”, “seja homem”, “engula o choro, você é homem” ou “isso não é para você, você é homem”, “quando eu estou ausente, você é o homem da casa”. Inclusive, esse discurso ou comportamento social pode ser reproduzido por pessoas que não sejam homens ou identificam-se como homens como: “agora você é o homem da casa”, “proteja seu irmão”, “proteja sua irmã”. Ou através de comportamentos, como o silenciamento das emoções, a falta de espaço de fala-escuta e de acolhimento desde a primeira infância, muitas vezes a ausência da figura paterna ou de uma figura masculina saudável, bons referenciais nas relações afetivas, conjugais, sociais. No documentário *O Silêncio dos Homens* (2019), aborda a relação de afetividade em meninos e homens:

Desde a primeira infância, os meninos crescem basicamente sem ver homens exercendo cuidado. Só 2% dos educadores nessa fase são homens. Assim, é natural acharem que isso não é para eles e que não aprendam a cuidar de si, dos outros, nem do ambiente ao redor. O desempenho escolar dos meninos vem caindo em vários países subdesenvolvidos e também no Brasil. Eles estão desistindo mais dos estudos, entrando menos na faculdade e conquistando menos diplomas. Um a cada 4 homens de até 17 anos afirma se sentir solitário sempre. E 37% deles nunca conversou com ninguém sobre o que significa ser homem. Será que estamos oferecendo aos meninos referenciais saudáveis para compreender e expressar sua masculinidade? (Kabral e Silva, 2019).¹³

A falta de rede de apoio, de espaços seguros para vulnerabilizar-se, a falta de autoconhecimento e conhecimento das dinâmicas sociais e transgeracionais que

¹³ *O silêncio dos homens* é um documentário produzido em 2019 que ouviu mais de 40.000 homens e mulheres de todas as idades, raças, classes e regiões. Além disso, mapearam dezenas de iniciativas trabalhando com os homens e as masculinidades de norte a sul do Brasil.

perpetuam-se e envolvem o comportamento humano, de um desenvolvimento pessoal/emocional, a falta de empatia, de auto responsabilidade e de responsabilidade relacional, tendem a comportamentos omissivos, movimentos de imposição de comportamento, violência, agressão, apreendidos através da instituição familiar, escola/universidade e sociedade, que reproduz essa norma reguladora de gênero a qual sobrepõe o homem como figura máxima e que permeia essas instituições e relações socioculturais inscritas na sociedade.

Ao longo do século XX, proliferaram os estudos sobre os imperativos biológicos do homem, os quais tentam explicar certos traços supostamente inatos, como a necessidade de competição e dominação, o instinto de território, a tendência à violência, a busca de múltiplas conquistas sexuais, a dificuldade para sentir e expressar emoções, etc. No interior desse enfoque essencialista, confundiram-se diversos tipos de análise - biológicos, antropológicos, psicanalíticos, psicológicos e inclusive lingüísticos - e assim se chegou a uma visão simplista e anistórica de masculinidade, como um fato dado e invariável. (Castañeda, 2006, p.68)

Ao considerar a interseccionalidade, a subjetividade masculina e que cada indivíduo circunscrito na sociedade é um sujeito singular e individual, atravessado por questões macrosociais, como todas as questões apontadas e trabalhadas até aqui, e que influenciam dialeticamente o microssocial, é importante reconhecer que as experiências dos homens podem, devem e são distintas e dissidentes por si só, já que cada indivíduo irá conceber, processar e assimilar o meio e suas interações de forma subjetiva, com base em outras identidades, identificações sociais ou formas identitárias diferentes citadas anteriormente como raça, classe social, orientação sexual, gênero, experiências individuais e etc. Mas, se o indivíduo não desenvolver uma auto-observação e uma observação e participação crítica em relação ao seu meio, não busca autoconhecer-se e não questiona o que está recebendo “pronto” do meio, ele está sendo constante circunscrito a norma de gênero.

Além disso, é importante reconhecer que a masculinidade também pode ser uma fonte de opressão para os homens e para outras pessoas que estão a socializar e conviver com homens que, ao invés de repensarem a perpetuação desses padrões e a si mesmos, buscam atender e engendrar sua individualidade e a expressão da subjetividade a uma performance e performatividade de masculino e de masculinidade socialmente construída e idealizada, com efeitos prejudiciais em nível individual, social, psicológico, emocional e econômico. A masculinidade hegemônica pode levar a comportamentos prejudiciais,

como a violência ou a supressão de emoções, vícios e uso de álcool e outras drogas, sensação de esgotamento, vazio, depressão, dentre outros comportamentos nocivos que podem atentar contra a integridade da própria vida. No documentário *O Silêncio dos Homens* (2019), são explorados os desafios à saúde relacionados a masculinidade contemporânea:

O que os homens estão escondendo por trás de tantos silêncios? Para discutir masculinidades é necessário abrir essa caixa. 83% das mortes por homicídios e acidentes no Brasil tem homens como vítimas, vivem 7 anos a menos que as mulheres e se suicidam 4 vezes mais. 17% deles lidam com algum nível de dependência alcoólica, quando sofrem um abuso sexual demoram em média 20 anos para contar para alguém. Cerca de 30% enfrenta hoje ejaculação precoce ou disfunção erétil. Homens são 95% da população prisional do Brasil. Sendo que a maior parte são jovens, periféricos e com ausência de figura paterna. Negros e LGBTs sentem muito mais boa parte disso. Mesmo diante desse cenário, apenas 3 em cada 10 homens possuem o hábito de conversar sobre os seus maiores medos e dúvidas sobre tudo isso. (Kabral e Silva, 2019).

Diante dessa exposição e expectativa de apreensão da performatividade do que é ser homem e expressar masculinidade, de acordo com as normas reguladoras de gênero, em relação a performatividade masculina, os homens são expostos e perpetuam, através de sua constituição sociocultural na sociedade e um não questionamento de si e seu lugar na sociedade, reproduções dadas e comportamentos associados ao machismo, a cultura de estupro, a diversos níveis de opressão e subalternização, que por vezes buscam respaldo, amparo e justificativa através da ciência, já que como constata Castañeda:

No entanto, o enfoque sociobiológico conquistou muitos seguidores em certas esferas acadêmicas, científicas e políticas. Trata-se de uma perspectiva que combina esplendidamente com o machismo, porque confere uma base pseudocientífica a suas expressões mais extremas, como a promiscuidade, a possessividade, os ciúmes, o estupro... Quantos homens não falam da própria sexualidade como se fosse um imperativo biológico irrevogável? Quantos não se esquivam de compromissos e responsabilidades com o argumento de que são incapazes de controlar seus impulsos sexuais? Quantos não justificaram suas ocasionais (ou freqüentes) relações extraconjugais com a idéia de que o homem é naturalmente promíscuo? (Castañeda, 2006, p. 47)

Portanto, quando ouvimos o seguinte enunciado discursivo “Eu não iria estuprar você, porque você não merece” esse enunciado está traduzindo e materializando os aspectos sócio-histórico-linguístico-culturais abordados e apresentados nesta dissertação. Esse ato discursivo reinscreve e circunscreve a norma de dominação, a cultura de estupro, assédio, objetificação, sexualização e cultua um direito a expressar e expor ideias e

comportamentos como bem o desejar, mesmo que esses comportamentos incitem a violência e a integridade moral, física, psicológica ou emocional do outro. Castañeda aponta sobre isso através dos conceitos de objetividade e subjetividade, respectivamente associados ao homem e a mulher, apontando para um uso nocivo, pois são utilizados como subterfúgios para estabelecer relações e dinâmicas de subalternização da mulher:

Outro exemplo dessa distinção entre “objetividade” masculina e “subjetividade” feminina está nas armas que uns e outras podem utilizar. Graças à sua pretensa objetividade, os homens têm o direito de expressar tudo que sentem, as mulheres não; eles podem agredir ou humilhar seus interlocutores, as mulheres não; podem gritar, as mulheres não; podem agir impulsivamente, as mulheres não. Essa moral dupla garante que as mulheres se limitem a usar armas leves, ao passo que os homens sacam da artilharia pesada diante da menor ofensa. Não deve nos surpreender que as mulheres saiam magoadas e humilhadas das discussões com o marido, ao passo que eles, ainda que saiam afetados, ao menos têm a satisfação de haver defendido com êxito sua posição de força. (Castañeda, 2006, p. 155).

Em relação à promiscuidade, Castañeda aponta:

A explicação sociobiológica da promiscuidade implica uma série de conclusões surpreendentes quanto à natureza dos homens, das mulheres e da relação entre eles. De acordo com esse enfoque, por exemplo, o estupro obedece a um imperativo biológico e é, portanto, um fenômeno natural no homem. Com efeito, se a meta principal de toda sexualidade masculina é engravidar o maior número possível de mulheres, o estupro constitui então uma tática reprodutiva, justificada biologicamente. O argumento é impecável, se não levarmos em conta o grande número de estupros de crianças e de mulheres idosas - incapazes de engravidar -, a violência eventualmente fatal que costuma acompanhar esse ato - o que cancela qualquer possibilidade de procriação - e o estupro homossexual - que não pode desembocar na reprodução. Sabe-se atualmente que o estupro responde mais a uma necessidade de dominar e humilhar a vítima do que a uma suposta necessidade reprodutiva. (Castañeda, 2006, p. 44,).

Complexidades internas mal-resolvidas desdobram-se na paternagem dos homens quando estes se deparam com um lugar que pensavam ter saído - a figura paterna, não com a figura representante do pai, real ou simbólico, mas, sim, o indivíduo assumindo o próprio papel de pai, são onde os conflitos surgem. A figura paterna é a primeira referência de homem, da performatividade masculina para as pessoas e sua presença e sua ausência, e a qualidade desta presença, incidem sobre o sujeito. Sobre a presença paterna, o documentário *No silêncio dos homens* enfatiza:

A maioria dos homens afirma ter o pai como principal referência de masculinidade mas, só 1 em cada 10 homens já conversou com o pai sobre o que significa ser homem. Em nossa pesquisa, identificamos o quanto os homens concordam em ter sido ensinados cada uma das crenças a seguir durante a infância e a adolescência: ser bem sucedido

financeiramente - 85%, não se comporta de modos que pareçam femininos - 78%, ser fisicamente forte - 73%, ser o responsável pelo sustento financeiro da família -67%, não expressar minhas emoções 60%, dar em cima das mulheres sempre que possível 48% e somente 2 em cada 10 homens dizem ter tido exemplos práticos de como lidar com suas emoções. Porque pais e filhos têm tantas dificuldades de conversar sobre as pressões que sentem como homem? Como os pais podem ser mais presentes, abertos e afetuosos? (Kabral e Silva, 2019).

Os efeitos da ausência da paterna incidem tanto sobre a mulher, como sobre as crianças. Sobre a mulher, Castañeda aponta que:

Quando o pai não está presente na vida diária da família, muitas coisas podem acontecer. Primeiramente, a mãe tende a investir todo o afeto e toda a atenção nos filhos, especialmente nos filhos homens, para compensar a ausência do marido. Depende deles emocionalmente muito mais do que dependeria e tivesse um companheiro com quem compartilhar a vida cotidiana. Muitos filhos ficam sob o peso da mãe, não porque ela seja inerentemente dominadora ou possessiva, mas porque o marido, que deveria acompanhá-la, não está. Isso promove uma dependência pouco salutar de ambos os lados, e pode dar lugar a uma espécie de superproteção mútua sumamente asfíxiante para todos. É importante lembrar que tudo isso acontece não porque os filhos sejam fracos ou as mães controladoras em si, mas devido à ausência afetiva (e física, em muitos casos) do pai. (Castañeda, 2006, 188-189).

Para os filhos, Castañeda enfatiza que:

Ao mesmo tempo, a ausência do pai torna mais difícil para os filhos homens separar-se afetivamente da mãe: sentem a necessidade de acompanhá-la e de protegê-la e acabam por assumir em muitos casos responsabilidades que não lhes caberiam. Obrigados a preencher o vazio afetivo deixado pelo pai, sentem-se culpados de “abandoná-la” quando crescem. Daí a atitude tão ambivalente de muitos homens mexicanos para com a mãe: por um lado, desejam cuidar e ficar perto dela, por outro, necessitam distanciar-se e tornar-se independentes dela, numa mescla de amor e de culpa, intimidade e rejeição, respeito e mágoa, que se torna igualmente tóxica para ambos. O culto mexicano à mãe contém todos esses elementos ambíguos e altamente explosivos, e é bem possível que decorra em grande parte da ausência do pai. Outra consequência de tudo isso é que muitos filhos crescem com um enorme ressentimento pelo pai, por tê-los abandonado física ou emocionalmente. Muitos pais, por sua vez, pensam que as mulheres os “separaram” dos filhos, que conspiraram contra eles para privá-los de seu lugar dentro da família, mas, na verdade, eles mesmos é que se exilaram. (Castañeda, 2006, 189).

Na ausência do pai, o filho toma para si como referência outros referenciais masculinos e de masculinidades como celebridades, jogadores ou pessoas que se associam com características as quais trazem motivação ou mobilização interna. Entretanto, figuras não positivas como referência, sejam estas figuras ausentes ou presentes, perpetuam a complexidade relacional existente na sociedade atual. O documentário *O silêncio dos homens*, em um dado momento direciona as perguntas às mulheres, questionando-as sobre uma possível melhor dos homens atuais:

Qual é a percepção das mulheres sobre o progresso dos homens? 50% das mulheres concorda em algum nível, que os homens estão agindo de modo menos machista em alguns anos. E 65% delas afirmam que os homens que são pais estão participando cada vez mais. Entretanto, 54% acreditam que eles ainda não entenderam completamente que elas merecem as mesmas oportunidades e direitos. E somente 28% das mulheres acham que os homens estão assediando menos. Mas, será que eles estão confrontando seus amigos? 6 em cada 10 homens afirmam já ter deixado pelo menos uma atitude machista ou homofóbica apontada por outra pessoa. E 5 em cada 10 homens até 17 anos, afirmam confrontar seus amigos com frequência. Ou seja, muito de nós parece ter dado um primeiro passo em relação à mudança, mas há muitos outros degraus pela frente. (Kabral e Silva, 2019).

É válido e necessário enfatizar que sujeitos que produzem violência são produtos de violência e de violações, sejam essas violências simbólica ou material, sócio-cultural e/ou familiar e transgeracional. Atos de violência são produto de histórias marcadas e demarcadas por violências e a reprodução da violência é através de uma construção epistemológica circunscrita pela naturalização da violência nas relações humanas pautada em uma constituição subjetiva demarcadas pela violência. O que gera a responsabilidade de pensar e comprometer-nos eticamente com o rompimento desses ciclos de violência que tomam força expressiva através da cultura, expressos por meio de assédio e importunação sexual, feminicídio, estupro marital, cultura do estupro e atos persecutórios de gênero e interseccionalidades que são aspectos, infelizmente, ainda presentes na sociedade brasileira.

Portanto, é importante investigar e questionar as expectativas e normas de gênero postas e sobrepostas a partir de si e das relações outras para permitir a construção de uma masculinidade mais saudável e menos conflituosa na sociedade, que respeite a diversidade e promova a igualdade e equidade de gênero e interseccionalidades e liberdade de cada pessoa identificar-se e expressar-se como sua singularidade humana exige.

3º Ciclo

O terceiro ciclo compreende a reflexão sobre tradução cultural e performance discursiva, processo teórico-metodológico, contextualização do método da análise crítica do discurso, apresentação dos dados e recortes discursivos para a análise, exame dos dados, discussão e considerações finais.

5 TRADUÇÃO CULTURAL E PERFORMANCE DISCURSIVA

Para compreender os processos de tradução e a tradução cultural da performance discursiva de atos discursivos políticos é necessário observar os meandros e minúcias que compõem, contextualizam e sustentam esse discurso. Podemos buscar essas referências que alicerçam esse contexto discursivo através da história. Contextos estes que engendram-se nos atos discursivos atuais através da composição sócio-histórica-cultural-linguística brasileira que os forma, e que são lidos e entendidos como “naturais”¹⁴ por uma parcela de nossa população que se identifica com esses atos discursivos e os que sustenta e legitima esse tipo de discurso.

Tais enunciados que acabam por denotar injúrias simbólicas devido ao contexto em que determinados signos verbais foram concebidos, acabam por reviver e respaldar, ao ser evocados, as assimetrias de gênero e interseccionalidades que permearam e permeiam nossa sociedade ao longo do tempo. Essas opressões hoje diferenciam-se apenas em funcionamento, em como são reproduzidas, nas dinâmicas que estabelecem, a partir deste novo formato de atuação nas relações socioculturais e institucionais, sendo revividas nas interações sociais com diferentes facetas e semióticas, mas revivem ao serem expressas e verbalizadas uma materialização simbólica danosa aos sujeitos e subjetividades aos quais se referem esses signos.

Nesse sentido, perpetuam dinâmicas de poder e subalternidade que exigem uma reestruturação as quais não perpassam apenas o social, mas, a mudança individual que é também necessária concomitante e retroativamente à mudança coletiva, para encerrar ou possibilitar novos formatos interacionais e de ser e estar no mundo para além dos sistemas

¹⁴ Natural aqui é entendido como algo naturalizado, óbvio, correto para as pessoas. Ou seja, o processo de naturalização de alguns discursos como se tais discursos fizessem sentido dentro de uma dinâmica contemporânea, ainda que não façam.

de opressão que se instauraram, que reproduzem, sustentam e se fundamentam dentro dos alicerces de nossa sociedade.

Esses atravessamentos temporais retomam a escolha de signos verbais que evidenciam nos atos discursivos dentro da língua portuguesa a reprodução de signos estigmatizantes e injuriosos em seus contextos temporais originários que remetem e colocam o sujeito ouvinte numa posição de subalternidade e desprestígio através da linguagem. Linguagem esta que também expressa e denota a subjetividade do indivíduo e sua perspectiva de mundo, que por fim, se materializa em seus atos discursivos transpondo e traduzindo, através do enunciado discursivo, a compreensão de mundo e a organização da elaboração subjetiva deste indivíduo e que este indivíduo carrega em si no ato de transcodificar e materializar o seu querer-dizer em forma de discurso.

Aproveito para destacar aqui um poema de Carolina Maria de Jesus que acredito ser pertinente a este momento da escrita dissertativa:

*Não digam que eu fui rebotinho,
Que vivia à margem da vida
Digam que eu procurava por trabalho
Mas sempre fui preterida.
Digam ao meu povo brasileiro
Que o meu sonho era ser escritora,
Mas eu não tinha dinheiro
Pra pagar uma editora.*

(Jesus, 1958)

Portanto, recorrer à história e à memória coletiva da história enquanto fato e à historicidade humana é um trajeto fundamental para discernir pontos centrais que transitam nos atos discursivos a serem analisados bem como nos ciclos desta dissertação. Nesse sentido, o propósito de compreender esta dissertação enquanto ciclo é entender esses ciclos apresentados como movimento; na tentativa de fazer com que quem acesse este trabalho dissertativo entenda que o que está sendo apresentado e entendido como “passado”, ou algo encerrado, superado, se materializa no nosso presente, apesar da

temporalidade espaçada. A tentativa aqui é, ao usar a ideia de ciclos, partir do entendimento de que um ciclo compreende um processo de início, meio e fim, estando este fim imediatamente interposto por um novo começo.

Nesse novo início, se não se refletiu sobre, podem-se reproduzir, através de novas dinâmicas e formulações ou mesmo na tentativa de manter as dinâmicas correntes, processos e funcionamentos, que por não serem questionados e refletidos, são nocivos ao indivíduo e/ou ao coletivo social. Faz-se extremamente necessário entender que o adoecimento de um indivíduo que pertence ao coletivo, é um adoecimento coletivo, ou seja, um adoecimento social. Mas, o que o processo interposto de fim e início não refletidos produz é um reforço retroativo de dinâmicas estruturais que apenas renovam seus mecanismos de atuação em todas as esferas possíveis, que acredito que o conceito psicolinguístico dá conta de abarcar.

Portanto, a história, a memória e a consciência crítica dos fatos e acontecimentos nos constituem como indivíduos e sociedade e nos impactam diretamente, inclusive no modo como nos colocamos e interagimos coletivamente e socialmente um com os outros e com o mundo. Como foi colocado no ciclo anterior, no texto “Tradução como cultura”, a partir da perspectiva de Melanie Klein, Gayatri Spivak (2005) apresenta a justaposição entre tradução, subjetividade e constituição do indivíduo, e explica como esse sujeito apreende e absorve as interações sociais, com o ambiente e com o mundo, e como esta codificação se trata de um processo de “tradução”, ou seja, um processo de transcodificação dialético entre sujeito-mundo. Spivak (2005) em seu texto descreve tradução como catacrese, que é em certa medida a acepção assumida nesta dissertação

O sujeito dentro do movimento de vaivém descrito por Klein é algo que terá acontecido, não algo que definitivamente acontece; em primeiro lugar, porque não está sob o controle do Eu que consideramos como sujeito, e, em segundo lugar, porque existe, sim, essa coisa que percebemos como um mundo lá fora, por mais discursivo que seja. Nessa concepção de tradução em Melanie Klein, a própria palavra tradução perde seu sentido literal, tornando-se uma catacrese, um termo que uso não por sua obscuridade, mas por considerá-lo indispensável. (Spivak, 2005, p. 44).

Como sujeitos, nesse vaivém, em constante vir-a-ser, não refletir de forma crítica e consciente sobre a interposição de fins e inícios de ciclo lendo-os como um fenômeno único - fim/início ou, início meio e um novo início ininterruptamente - somos, como Spivak (2005) destaca, sujeitos precários de restauração e responsabilidade. Onde a inconsciência e ato de não reflexão desse processo continuum cíclico produz as normoses

sociais, e os atos discursivos nocivos que promovem racismo, xenofobia, sexismo, misoginia, objetificação, homofobia, discursos de ódio e etc.

Portanto, é fundamental e imprescindível, que cada indivíduo busque se questionar, repensar sobre si e a si mesmo e padrões sociais normóticos que são naturalizados indubitavelmente e busque, o que Carl Gustav Jung denomina como processo de individuação, ou seja, tomar consciência do que Melanie Klein conceitua como Eu, que Jung irá conceitualizar como Self, com a finalidade de desconstruir crenças e traços normóticos arraigados pela nossa composição societária e criar traços saudáveis individualizantes que incidem na potência individual e na construção e intervenção saudável do/no coletivo

6 METODOLOGIA

O método abordado na dissertação para o exame dos dados é o da análise discursiva crítica, um método de pesquisa que se concentra na análise crítica de textos orientados. Neste caso o texto são atos discursivos noticiados, com o objetivo de revelar ou desvelar as relações de poder, normas, ideologias e hegemonias subjacentes à prática discursiva e as estruturas sociais que influenciam a materialização do discurso e a relação dialética entre ato discursivo e sociedade. Essa metodologia enfatiza a importância do contexto social, histórico e cultural em que o ato discursivo é produzido e como ele é recebido pelos seus destinatários - o auditório social. Isso implica uma abordagem que busque entender como as diferentes formas de linguagem e discurso são usadas para construir e manter as estratificações e relações de poder, hierarquia e dominação, através do ato discursivo, em uma sociedade. Devido a isto, esta dissertação se alicerça em contextualizar os aspectos sócio-histórico-linguístico-culturais que dão materialidade aos atos e performances discursivas do ex-chefe de Estado que serão destacados na análise.

Faz-se necessário compreender que certas estruturas e dinâmicas sociais que são verbalizadas, de forma explícita e/ou implícita, nas relações interpessoais e institucionais, incidem diretamente sobre o sujeito que, se não estabelece um filtro, pode evocar e materializar em seu enunciado, um ato discursivo que pode ecoar vozes, ditos e dizeres perniciosos, hegemônicos e/ou violentos, que reverberam e voltam a ganhar força, forma e vitalidade através desta materialização discursiva e da incidência desses discursos na atualidade. Dessa maneira, materializa o passado nocivo no presente e perpetua estruturas não rompidas com o passado e as conecta com o futuro e/ou, realiza a manutenção, a reinvenção ou reestruturação de estruturas operacionais sociais normativas e regulatórias que cerceiam corpos e subjetividades individuais e coletivas na sociedade. A análise crítica do discurso, como aponta Van Dijk, visa desvelar o agenciamento de linguagem que perpetua dinâmicas de abuso de poder e dominação dentro do contexto social e político:

A análise crítica do discurso (ACD) é um tipo de investigação analítica discursiva que estuda principalmente o modo como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representados, reproduzidos e combatidos por textos orais e escritos no contexto social e político. Com essa investigação de natureza tão dissidente, os analistas críticos do discurso adotam um posicionamento explícito e, assim, objetivam compreender, desvelar e, em última instância, opor-se à desigualdade social. (Dijk, 2018, p. 113.)

A análise discursiva crítica geralmente envolve a análise de diferentes tipos de textos, como: discursos políticos, textos jornalísticos, literários, publicitários, entre outros. Essa análise é realizada em vários níveis, incluindo a análise linguística, semântica, discursiva e cultural. E aqui vale ressaltar a citação de Dijk (2018) sobre os fundamentos da ACD baseados em Fairclough e Wodak que sintetizam os fundamentos da ACD da seguinte maneira:

1) A acd aborda problemas sociais; 2) As relações de poder são discursivas; 3) O discurso constitui a sociedade e a cultura; 4) O discurso realiza um trabalho ideológico; 5) O discurso é histórico; 6) A relação entre texto e sociedade é mediada; 7) A análise do discurso é interpretativa e explanatória; 8) o discurso é uma forma de ação social. (Dijk, 2018, p. 115).

Além disso, a análise discursiva crítica também pode incluir a análise de discursos alternativos ou contra hegemônicos, como o discurso feminista, o discurso antirracista, o discurso LGBTQIA+, entre outros, que buscam desafiar e subverter as estruturas sociais dominantes e hierárquicas presentes no discurso dominante e no poder simbólico.

Uma das principais técnicas usadas na análise discursiva crítica é a desconstrução do discurso, que envolve a análise detalhada dos elementos linguísticos e estruturais do discurso para revelar as composições subjacentes e as relações de poder, dominação e hegemônicas que estão sendo agenciadas e evocadas através do ato discursivo. A característica principal da análise é examinar o agenciamento discursivo a partir do campo semântico, pensando os sentidos que os enunciados fazem ecoar no léxico através do agenciamento discursivo, avaliando a partir da unidade, tendo como objeto, como unidade de trabalho, a palavra e aproximações e deslocamentos que são produzidos dentro do contexto original da performance discursiva e do ato de agenciar a linguagem.

Até aqui, a dissertação comprometeu-se a realizar uma contextualização sócio-histórica-linguística-cultural de aspectos, fatos e fatores que contribuíram para a constituição da sociedade brasileira como a conhecemos hoje. Apesar da grande diversidade social, cultural e a complexidade étnica, política, histórica e linguística que compõem nossa Nação desde sua constituição como Pindorama, a *terra brasilis*, a Brasil, há muitas características destes períodos contextualizados da história que perpetuam-se através dos valores e costumes que nos foram impostos e que permanecem atualmente como valores e costumes tidos socialmente como hegemônicos, de forma simbólica e material, frente toda a diversidade étnica-sócio-cultural. Guerreiro Ramos e Judith Butler conceituam esse processo como norma, o conceito difere-se em como cada um o aborda,

mas o mecanismo de funcionamento é o mesmo e, além de serem conceitos que convergem entre si, ambos aqui muito nos interessam.

Para Ramos, as normas são instrumentos de controle social, ferramentas de poder para manter uma estrutura social existente e perpetuar a dinâmica de dominação-opressão, as estratificações e hierarquias sociais. Guerreiro Ramos focou no aspecto étnico-racial e na relação entre uma sociedade colonizada e que carrega ainda suas marcas, feridas e chagas abertas, dentro da dinâmica de sociedade racializada e colonizada para conceituar norma. Segundo Ramos:

O *ethos*, a norma, os *patterns* da cultura ou da sociedade não são originários, não são incondicionados; ao contrário, refletem relações concretas e se transformam quando tais relações se alteram. É muito perigoso, na análise sociológica, partir da noção de *ethos*, ou *norma*, como se tais coisas fossem independentes ou desvinculadas dos elementos materiais da cultura. Nas sociedades coloniais, o *ethos*, a *norma* são inculcados de fora para dentro, isto é, não chegam a formar-se como produto dos fatores endógenos de tais sociedades. As sociedades coloniais, em sua estrutura total, são regidas por critérios heteronômicos, principalmente a sua economia como a sua psicologia coletiva. A norma e o *ethos* que Ihes são impostos não traduzem ordinariamente a sua imanência. (Ramos,1995, p. 221.)

Essa compreensão de norma de Guerreiro Ramos faz-nos compreender o Brasil atual e o Brasil colônia e a relação que ainda fortemente se estabelece entre estes dois períodos como a desigualdade étnico-racial, social e de gênero, sexismo, dinâmicas de dominação e opressão e etc., que se dão em âmbito estrutural em relação a Brasil. E o porquê certos valores e costumes tidos como hegemônicos perduram diante da temporalidade, como patriarcado e o racismo e suas atualizações temporais que se expressam atualmente na dinâmica sociocultural com uma nova roupagem por exemplo.

Para Butler, norma é um aparato regulador da construção e estrutura social por meio do qual Butler entende como gênero é regulado socialmente, cujo mecanismo atua diante das performatividades dos papéis de gênero na sociedade, ora implícito, ora explícito, nas regulações da identidade de gênero, subjetivação e orientação sexual e que, através desta mesma norma, é possível desestabilizar e desestruturar essas regulações que engendram a expressão e identificação de gênero como binárias.

Se gênero é uma norma, não se trata de um modelo que os indivíduos tentam seguir. Ao contrário, é uma forma de poder social que produz um campo inteligível de sujeitos, e um aparato pelo qual o binário de gênero é instituído. Como uma norma que aparenta ser independente das práticas que governa, sua idealidade é o efeito instituído dessas mesmas práticas e as idealizações sob as quais elas funcionam é contingente, mas que a própria idealização pode ser questionada e posta em xeque, potencialmente passando por um processo de desidealização e despojamento. (Butler, 2017, p. 703).

Portanto, para Butler (2017), “gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino ocorrem, juntamente com as formas intersticiais hormonais, cromossômicas, psíquicas e performativas que gênero assume.” Portanto, gênero não seria um modelo a ser seguido, mas sim, uma forma de exercer o poder social sobre as subjetivações individuais que incide, diretamente, num campo inteligível de sujeitos, pelo qual é produzido e instituído o campo de gênero como binário e naturalizante do modelo hegemônico. Normas são leis não escritas, mas são circunscritas nos indivíduos, institucionalmente e socialmente.

A partir de Butler e Ramos e da historicização dos atravessamentos relacionados a gênero e interseccionalidades no Brasil, que nos interpela enquanto sujeitos e subjetividades, condicionando-nos a subjetivações, valores e costumes sócio-culturais tidos como hegemônicos¹⁵, no grande emaranhado das relações sociais e culturais brasileira, onde muitas pessoas brancas se identificam e buscam sua ancestralidade européia, pessoas pretas têm sua genealogia ancestral e memória histórica apagada e são dissociadas e deslocadas de suas matrizes culturais e da história de seu povo e do valor estético, simbólico e cultural de si e de suas matrizes devido ao processo de colonização, e o mesmo mecanismo é produzido em relação às pessoas indígenas. Além disso, tem que ser considerado um histórico de subalternização da mulher, desigualdades de gênero, abusos, violências, feminicídio e sexismo, junto com as pessoas LGBTQIA + que são historicamente invisibilizadas em seus direitos com violências e opressões diárias. Esses coletivos compõem a grande maioria da população brasileira, nomeadas nesta dissertação de coletividades majoritárias.

Quando a dissertação se refere à tradução cultural das masculinidades em conflito, é porque há um conflito dos sujeitos que identificam-se com a norma e a performatividade binária, cis-heteronormativa, em sua grande maioria pessoas brancas, já que se trata de hegemonia, mas, também de pessoas não-brancas em relação a gênero e interseccionalidades. Mas, esse conflito se dá apenas a partir do instante em que a heteronormatividade compulsória atua como norma na estrutura social através do outro e este outro busca impor, a qualquer custo, a normatização da existência, a sujeição da expressão e subjetividade de pessoas não cis e dissidentes do padrão hegemônico, ao

¹⁵ É importante destacar que as questões sócio-culturais hegemônicas estão geralmente associadas à cultura branca européia colonizadora. Há uma permissividade para uma expressão sócio-cultural dissidente da hegemônica desde que o protagonismo seja branco, não seja dos povos e culturais de origem, que geralmente não têm a mesma valorização .

padrão normativo da estrutura social, tido como norma e a partir daí a tradução cultural das masculinidades em conflito materializa-se em discurso.

Portanto, os dados para análise nesta dissertação serão organizados em uma tabela segundo categoria e segundo norma, entendendo como norma, a evocação que o ethos discursivo do ex-chefe de estado traduz e materializa discursivamente/socialmente e dando nomes e classificando essas normas que passam, por vezes, despercebidas no meio social, em categorias, acrescentando o registro de fonte, data e ordem numérica do corpus selecionado. Como norma será aplicado à análise: heterossexualidade compulsória, masculinidade hegemônica, racismo estrutural e maternidade compulsória. As categorias selecionadas para serem aplicadas ao corpus são apresentadas a seguir: Estratificação Social, Desigualdade de Gênero, Rejeição Explícita da Homossexualidade, Violência de gênero e interseccionalidades, Estereótipo, Dominação, Subalternização da mulher, Desigualdade étnico-racial, Desigualdade Social, Sexismo, Masculinidade Tóxica, Machismo, Racismo Recreativo, Injúria Racial, Família Patriarcal, Objetificação e Misoginia.

A escolha das normas e categorias advieram das regulações e normatividades de gênero que são evocadas discursivamente, em termos sócio-histórico-culturalmente estabelecidos dentro da estrutura social e pelo cotejamento com a fundamentação teórica desta dissertação e serão brevemente percorridas através de uma tabela descritiva. E é de suma importância destacar, descrever e nomear essas normas e categorias e a ação prática das normas e categorias associadas ao ato discursivo. O ato de dar nome, o ato de descrever, o ato de descortinar discursos estruturantes e estruturais que se reproduzem há longa data como algo normal ou normativo diante das subjetividades é o ato e a possibilidade de criar visibilidade para essas expressões, que para muitos pode ser normal, por tratar-se de aspectos estruturais da composição social, e de subverter as práticas sociais e normativas que reproduzem e fazem a manutenção de tais normas e criar, estabelecer, um certo grau de consciência e percepção da prática desses mecanismos que agindo na sociedade através do agenciamento discursivo. E, entendendo aqui, a perspectiva catacrética na tradução e no ato de traduzir e o processo de tradução como materialização cognitiva do ato de querer-dizer, faz-se necessário ter discernimento e lucidez sobre as normas e categorias para subsidiar e fundamentar, inclusive, o processo de tradução.

	Normas	Conceitualização
Normas	Heterossexualidade Compulsória	Cunhado por Adrienne Rich, a heterossexualidade compulsória refere-se a compulsoriedade de impor, a qualquer pessoa nascida sob o regime patriarcal, a heterossexualidade.
	Maternidade Compulsória	Conceito o qual advém dos trabalhos de Elizabeth Badinter diante da expectativa e pressões sociais em relação a mulher diante da maternidade.
	Racismo Estrutural	Tendo como referência Silvio Almeida, compreende-se aqui, racismo estrutural, como um processo social estabelecido político, econômico e juridicamente na sociedade como regra e premissa social, não como exceção. Permeando e ramificando, assim e a partir dessa estrutura, o racismo nas e para as relações institucionais, sociais e interpessoais.
	Masculinidade Hegemônica	Conceito que se refere a prática que incide e permite a dominação coletiva dos homens em relação às mulheres. Ao engajamento de práticas tóxicas e violentas que se configuram estabilizam a dominação de gênero, entre outras configurações as quais essa hegemonia possa se apresentar. E, também, para que exista a masculinidade hegemônica, é necessário que haja uma masculinidade subordinada e subalternizada.

	Categorias	Definições
Categorias	Estratificação Social	Privilégios decorrentes de status e fatores vinculados à desigualdade social.
	Misoginia	Promoção do ódio às mulheres.

Objetificação	Desvalorizar e desqualificar a mulher, ou pessoa enquanto sujeito e tipificá-la como objeto/objeto, como sujeito de manipulação.
Família Patriarcal	Evocada discursivamente como: casamento monogâmico, nacionalismo, autoridade patriarcal e submissão da mulher e projeção do poder sobre o outro e intolerância sexual, religiosa, étnica e de gênero.
Injúria Racial	Ofensa à dignidade ou o decoro, decorrente de fatores ligados à etnia, raça, cor, procedência nacional.
Racismo Recreativo	Opressão e injúria racial que marginalizam etnias não-brancas usando o humor de forma pernicioso como meio de legitimar hierarquia e estratificação social.
Machismo	Discriminação de gênero a partir da crença de superioridade masculina e da reprodução de desigualdades e opressões.
Masculinidade Tóxica	Expressão nociva associada a opressões que são “aceitas”, “normalizadas” ou “naturalizadas”, socioculturalmente como aprovação social.
Sexismo	Ofensas, piadas e falas preconceituosas em relação à mulher.
Desigualdade Social	Reprodução de práticas discursivas e comportamentais que ampliam a distância entre os indivíduos/agentes sociais e desigualdade social.
Desigualdade étnico-racial	Discriminação de raça ou de cor ou práticas resultantes do preconceito de descendência ou origem nacional ou étnica.
Subalternização da mulher	Baseando-se em Spivak, a autora aponta que a subalternidade, o sujeito subalterno, é um sujeito ao que não lhe é conferido o direito de voz - ou que não é ouvido. Um processo de silenciamento e apagamento do sujeito e da sua voz.
Dominação	Controle de recursos, decisões e autonomia das coletividades majoritárias.
Estereótipo	Ideias preconcebidas, geralmente nocivas, preconceituosas e de menos valia relacionada a gênero e coletividades majoritárias.

	Violência de gênero e interseccionalidades	Agressão física, verbal ou psicológica contra mulheres, pessoas pretas e pessoas LGBTQIA+
	Rejeição Explícita da Homossexualidade	Repúdio a qualquer expressão que conote ou denote expressões de homoafetividade em qualquer campo relacional/linguístico.
	Desigualdade de Gênero	Reprodução de práticas discursivas e comportamentais que ampliam a distância de desigualdade valorativa entre gêneros.

O corpus que será analisado nesta pesquisa dissertativa será constituído a partir de consultas ao portal digital aosfatos.org, compreendido aqui como principal fonte de acesso que redireciona a jornais digitais que veicularam notícias publicadas a respeito de atos discursivos do ex-presidente Jair Bolsonaro e que, por vezes, as publicações destes jornais digitais direcionam ao recorte do ato discurso verbal registrado em audiovisual no momento de sua enunciação, após uma rigorosa verificação e checagem de informações a respeito da veracidade das notícias veiculadas, evitando veiculação de falsas notícias (fake news). A filtragem das informações através deste canal digital, escolhida nesta pesquisa dissertativa, justifica-se em virtude do trabalho de checagem e investigação de campanhas de desinformação realizado pela equipe do portal aosfatos, com credibilidade internacional, aosfatos.org é signatário do código de conduta do International Fact-Checking Network, não recebe recursos do governo brasileiro, de administrações locais ou de partidos políticos (aosfatos.org, sd).

Após a seleção dos textos discursivos do corpus, estes serão enquadrados dentre as categorias e normas supracitadas e analisada qual norma e categoria a materialização discursiva deste ato discursivo traduz e evoca em seu enunciado a partir do respaldo sócio-histórico-cultural de práticas sócio-discursivas que são, por vezes, naturalizadas e legitimadas socialmente sem a devida problematização discursiva do que a incidência deste ato discursivo produz no corpo coletivo da sociedade e, como esse corpo coletivo, ou esse campo social-societário, permeado pelas normas, corrobora para a construção desta enunciação discursiva que será analisada à luz da fundamentação teórica desta dissertação. Os dados que serão apresentados à análise compreendem declarações enunciativas e atos discursivos relacionados a gênero e suas transversalidades e interseccionalidades. E, por ser imprescindível uma conduta ética moral saudável ou minimamente respeitosa de qualquer agente político, algumas performances linguísticas

deste ex-chefe de estado me mobilizam a refletir criticamente sobre alguns enunciados discursivos, a partir de seu lugar de fala, de cunho sócio-humanitário.

É imprescindível destacar que o que está em xeque aqui não é a pessoa Jair Bolsonaro mas, sim, o personagem discursivo que é construído, de forma performática discursiva, em torno e a partir de seus atos e enunciados, na qual essa imagem discursiva é projetada e, também, retroalimentada por uma parcela considerável do corpo social, o auditório social que de algum modo se identifica com esta retórica discursiva. Portanto, aqui cabe a noção de *ethos* discursivo que indica a imagem que o próprio orador projeta, a imagem sobre si em seu discurso. Mas, a perspectiva de *ethos* que gera uma imagem discursiva compreendida por Sportuno (2022), a partir da definição de Ducrot sobre *ethos*, elucida que a imagem discursiva está vinculada a imagem do locutor, mas, que essa imagem do responsável da enunciação se solidifica a partir de sua atividade enunciativa e de seu compromisso, seu compromisso com sua própria atividade enunciativa. (grifo meu)

Desta forma, a análise do *ethos* associado a um falante específico envolve a consideração das modalidades de dizer e não simplesmente o que o falante disse sobre si mesmo. Ou seja, o *ethos* atribuído a um falante não é inferido de suas palavras específicas, mas do conjunto de escolhas que ele faz que moldam seu discurso e legitimam ou não seu discurso. (Sportuno, 2022, p. 22.)¹⁶

O corpus também será analisado a partir da estrutura intra e extratextual na ótica das perspectivas de tradução abordadas na fundamentação teórica, tradução como um processo cognitivo, de materialização de um querer-dizer do sujeito em ato discursivo e, a partir da questão catacrética utilizada linguisticamente nos atos discursivos levantados no corpus, a tradução cultural.

6.1 DADOS PARA A ANÁLISE E DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

¹⁶ De este modo, el análisis del *ethos* que se asocia a un locutor determinado comporta la consideración de las modalidades del decir y no simplemente aquello que el orador ha dicho de sí mismo. Esto es, el *ethos* atribuido a un orador no se infiere de sus palabras concretas sino del conjunto de elecciones a su cargo que configuran su decir y legitima o no su discurso. (Sportuno, 2022, p. 22.)

1) Uma das declarações do ex-Presidente Jair Bolsonaro, é o enunciado discursivo ocorrido em 25 de abril de 2019, o qual ele sinaliza e faz as seguintes afirmações: “que o Brasil não pode ser o país do turismo gay, pois temos famílias”. E prossegue: “Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade. Agora, não pode ficar conhecido como paraíso do mundo gay aqui dentro”. A declaração foi dada no encontro com jornalistas no Palácio do Planalto. Essa declaração ocorreu quando se abordou a temática da recusa de uma homenagem ao Presidente Bolsonaro de ser sediada no Museu Americano de História Natural.

Nº	Notícia	Norma	Categoria	Data
	Fonte / Portal			
1	“Quem quiser vir aqui fazer sexo com uma mulher, fique à vontade. Agora, não pode ficar conhecido como paraíso do mundo gay aqui dentro. Temos família.”	Heterossexualidade compulsória; masculinidade hegemônica, maternidade compulsória.	Machismo; Sexismo; Dominação; Subalternização da mulher; Estereótipo. Sexualização da mulher; Objetificação; Masculinidade Tóxica; Rejeição explícita da homossexualidade masculina; Família patriarcal, Violência de gênero e interseccionalid	25 de abril de 2019.
	Aos Fatos. Disponível em: https://www.aosfatos.org/to-das-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/13448/ Acesso em: [29/06/2023].			

			ades, Estereótipo.	
--	--	--	-----------------------	--

A partir desta declaração de Bolsonaro supracitada, destaco na análise as palavras sexo e mulher. No discurso proferido por Bolsonaro ele acaba por deslocar as palavras “sexo” e “mulher” para o mesmo campo semântico - portanto de significados e sentidos - e a relação semântica produzida, no modo em que a sua colocação se exprime e se externaliza, compõe uma relação direta entre mulher e sexo, aludindo essa relação direta à figura de qualquer mulher e fazendo alusão de que qualquer mulher estaria disponível ao sexo para qualquer homem que viesse ao Brasil e para qual mulher este sujeito exterior tivesse interesse em ter relações sexuais. Classifica, assim, as mulheres em geral, através de seu ato discursivo, como um objeto sexual, sem escolha autônoma sobre si, sobre seu desejo, sobre seu corpo e sem arbítrio. Bolsonaro corrobora e traduz através de seu discurso o machismo conjuntural e estrutural, e a cultura do estupro presente na estrutura sociocultural patriarcal da sociedade brasileira. Colaborando, através do seu discurso, com a perspectiva da objetificação, acaba por reiterar e reforçar a dominação masculina e a subalternização da mulher. Tal discurso, a partir deste lugar de fala, como Agente Político e chefe de Estado, culmina e atua, com o agenciamento da linguagem implicado neste ato discursivo, como um dispositivo regulador de normas, normativas e heteronormativas pré-estabelecidas devido a questões socioculturais nocivas materializadas no ato discursivo de seu enunciado e, em relação com o auditório social receptor da mensagem, atua como um discurso de poder, regulador e normatizador de subjetivação e modelação das massas ouvintes e receptoras, de reprodução de heteronormatividades e mantenedor de um status-quo socialmente nocivo, ao qual décadas de lutas antirracistas, antifascistas e feministas, buscam combater, buscando preservar os direitos fundamentais e humanos. O presidente, assim, traduz em seu discurso uma heteronormatividade compulsória e um modelo de masculinidade tóxico e conservador. Essas traduções chegam em forma de performances discursivas a uma coletividade que pode vir a ecoar essas narrativas e retroalimentar e reafirmar as estruturas

sociais postas e os comportamentos sociais nocivos, não equitativos e que voltam a afetar o mesmo meio o qual desencadeou tais discursos, a sociedade brasileira.

Neste trecho discursivo: “Agora, não pode ficar conhecido como paraíso do mundo gay aqui dentro. Temos família”, fica explícito aqui a rejeição da homossexualidade masculina, pois seu ato discursivo reforça a não aceitação da prática homossexual exclusivamente masculina com a justificativa de “termos família”. Seu ato discursivo valida e reforça a heterossexualidade compulsória e o modelo de família cisgênero, patriarcal, reforçando discursivamente um único modelo e núcleo familiar como possibilidade de ser compreendido como família e que a existência e a prática homossexual ferem ou viola a existência da família cisgênero, patriarcal, no qual ele repudia através de seu ato discursivo. Como aponta Butler (1993), em relação à regulação das práticas identificatórias:

A formação de um sujeito requer identificação com o fantasma normativo do “sexo”, e essa identificação toma lugar mediante um repúdio que produz um domínio de abjeção, um repúdio sem o qual o sujeito não pode emergir. Esse é um repúdio que cria uma valência de “abjeção” e sua condição para o sujeito como espectro ameaçador. Além disso, a materialização de um determinado sexo vai se preocupar sobretudo com a *regulação das práticas identificatórias* de tal forma que a identificação com a abjeção de sexo será persistentemente repudiada. (Butler, 1993, p. 19.)

Portanto, a prática discursiva de Bolsonaro é regular uma prática identificatória através da normativa de gênero socioculturalmente estabelecida e compartilhada por alguns pares, como valores e virtudes familiares, advindas do patriarcado. E entende a prática homossexual como um comportamento desviante, imoral ou que afeta padrões e costumes morais e éticos socialmente aceitos e da imagem do que pode ser atribuído ao sentido e compreensão de família nuclear compreendido pelo agente discursivo e pelo agenciamento do seu discurso.

Logo, a homossexualidade é vista como uma prática, como um modo de Ser e Estar no mundo inaceitável, visto que “temos família” e estas estariam ameaçadas ou confrontadas devido, até mesmo, à existência ou a vinculação através da associação família-gay. E dá, por tanto, a conotação de que este sujeito que desvia a norma social de gênero, não é possuidor de uma família. Compreendo aqui que para ter família, é necessário ter determinados valores e virtudes. Virtudes e valores esses que uma pessoa homossexual não possuiria, reproduzindo um preconceito que foi extremamente dominante nas décadas de 80 e 90 no Brasil, no qual a imoralidade e a perversão foi

fortemente associada as pessoas homossexuais, a prática sexual de pessoas homossexuais e as doenças sexualmente transmissíveis.

Como assinala Butler (2004), a norma não está escrita, não é explícita, é subentendida. E, a partir de seu ato discursivo, Bolsonaro rearticula, através de seu agenciamento linguístico, traduz e evoca as corroborações sociais de moral e moralidade através da heteronormatividade, de que tipo de sujeito é válido socialmente, ou que tem prestígio e valor social, de que forma determinados corpos e subjetividades devem ser e performatizar para serem socialmente aceitos, éticos e morais. E, do mesmo modo, com essa narrativa discursiva reestabelece e revitaliza preconceitos e dissociações e invalidação discursiva de direitos e humanidade as pessoas homossexuais, a possibilidade da coexistência da expressão homossexual na sociedade.

Outra questão, é pensar os deslocamentos semânticos que Bolsonaro agencia no discurso pensando nas relações de aproximação, afastamento e interdição. Então, pensar deslocamento no sentido de colocar duas palavras no mesmo campo semântico, no sentido equivalente, no caso mulher e sexo. Palavras que vão estar em campos semânticos que se interseccionam, como no caso de gay e sexo, já que são imorais, pervertidos. E palavras que estão em campos semânticos cuja relação é interditada, que é o caso de gay e família. Somos de família, não podemos falar de sexo gay. Ele não nega sexo gay. Ele nega fazer sexo gay, com destaque a prática masculina homossexual, num país de família. Então, a relação que ele traz de oposição é entre gay e família, não entre sexo e gay. Já a equivalência entre mulher e sexo, na compreensão de Bolsonaro analisando a partir de sua agencia discursiva, não há problemática alguma a livre associação e equivalência, visto que em seu ato discursivo ele agencia “Quem quiser vir... que venha”. Está autorizado, liberado. E na posição de Presidente, esse tipo de enunciado discursivo outorga a importunação sexual, o assédio, a violação, a objetificação, a sexualização e subalternização da mulher.

2) No segundo dado à análise é trazido um recorte discursivo em que, em meio às investigações da CPMI das Fake News, o ex-presidente profere insultos sexuais à jornalista Patrícia Campos Mello, da Folha de São Paulo.

Nº	Notícia	Norma	Categoria	Data
	Fonte / Portal			

2	“Eu sou.... pt. Ela queria um furo. Ela queria dar o furo. A qualquer preço contra mim”	Heterossexualidade compulsória, masculinidade hegemônica.	Machismo; Sexismo; Subalternização da mulher; Estereótipo; Violência de gênero e interseccionalidades; Sexualização da mulher; Objetificação da mulher; Masculinidade Tóxica.	Brasília, 18 de fevereiro de 2020
	Aos Fatos. Disponível em: https://www.aosfatos.org/to-das-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/2801/ Acesso em: [29/06/2023].			

Nesta narrativa discursiva refere-se ao sentido semântico da palavra “furo” que, dentro do contexto jornalístico, nos traz a conotação de uma informação jornalística inédita, exclusiva, privilegiada, por se tratar de uma notícia ou informação, de fonte confiável e exclusiva que, até o momento presente de sua ocorrência, não tenha sido apurada ou veiculada por nenhuma equipe prévia de repórteres ou que não esteja ao conhecimento do grande público e sim, circulando dentro de um grupo interno, geralmente no grupo, região ou local onde o fato se sucedeu, sem grande expressividade ou repercussão midiática socialmente compartilhada. Porém, Bolsonaro brinca em seu ato discursivo com a conotação e sentido semântico da palavra “furo” com o caráter de zombaria e sexualização. Desloca o sentido semântico da palavra através do uso figurativo de metonímia em relação à palavra “furo”, associando “furo” metaforicamente a partes íntimas de uma mulher, já que dentro de um contexto de uma relação ou troca intersexual, a palavra “furo” se refere, remete ou conota a orifício passível de penetração. O deslocamento de contexto, através da metonímia, realizado a partir da construção de seu ato discursivo, bem como através da ambiguidade em que essa metonímia desloca o

sentido em relação à palavra “furo”, traz a conotação de que a jornalista, para além do furo noticioso, da reportagem, estava se insinuando fisicamente e sexualmente a ele.

Aqui, podemos ver a tradução a partir da ótica catacrética, como sustenta Spivak (2005), baseado na cultura e na construção semiótica pois, através do signo “furo” e seu deslocamento semântico, esse ato discursivo traduz, baseado na objetificação, e na sexualização da mulher, uma generalização e uma estereotipia pautada na violência culturalmente reforçada contra a mulher, e reforça o simulacro da sexualização da mulher e do corpo feminino, bem como da ideia de que qualquer mulher sempre expressa interesse em um homem ou que necessite da sexualização ou do seu corpo como subterfúgios a seus resultados e êxitos sociais, profissionais. E a transcodificação desse discurso é que nos localiza e nos situa sobre a violência de gênero realizada discursivamente, reconhecível no ato discursivo de Bolsonaro advindo da cultura através do machismo, estereotipia e sexismo, Spivak (2005) aponta que:

Singularidade e generalidade, idioma e semiose, gramáticas públicas e privadas. É como se o jogo do idioma na semioticidade se tornasse um simulacro, ou seja, um caso, do ético em si, à medida que a estrutura ética do sentimento, essa estrutura incontabilizável, sinaliza um cálculo da responsabilidade ao ser transcodificada. O idioma é singular à língua. Ele não a transbordará. O semiótico é o sistema que é generalizável. Esse elemento de transcodificação é o que situa a violência reconhecível do reconhecidamente político dentro da violência geral da culturação como tradução incessante e pendular, um aspecto bem mais difícil de apreender sem que tenhamos familiaridade com os discursos da dádiva. (Spivak, 2005, p. 46.)

Esse ato discursivo sexista minimiza, menospreza, desqualifica a jornalista, sua subjetividade e seu profissionalismo, dando conotação e construindo uma relação direta de seu êxito profissional com o uso do seu corpo com favores sexuais. Desta maneira, a fala de Bolsonaro subalterniza e reforça discursos de inferioridade da mulher e corrobora a correlação direta à sujeição, submissão e sexualização da mulher.

3, 4 e 5) A terceira e a quarta declaração do ex-Presidente Jair Bolsonaro é o enunciado discursivo ocorrido em 12 de maio de 2022, no cercadinho do Alvorada, em que o ex-presidente perguntou a um apoiador negro se ele pesava “mais de sete arrobas”. O ex-presidente em fevereiro de 2017 em comício político, já havia proferido o mesmo ato discursivo racista que culminou em uma denúncia pela Procuradoria Geral da República (PGR) em abril de 2018, do qual o ex-presidente foi absolvido em segunda instância. E a quinta na qual se dirige a um apoiador com racismo recreativo.

Nº	Notícia	Norma	Categoria	Data
	Fonte / Portal			
3	Ele disse que levantaram ele para dentro, do chão. Tu pesa o que, vai? Mais de sete arrobas?	Masculinidade hegemônica, racismo estrutural.	Dominação; Desigualdade social; Racismo Recreativo; Desigualdade étnico-racial; Estereótipo; Injúria Racial; Estratificação social, Masculinidade tóxica.	Brasília, DF, 12 de maio de 2022.
	Aos Fatos. Disponível em: https://www.aosfatos.org/to-das-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/13448/ Acesso em: [29/06/2023]			

Nº	Notícia	Norma	Categoria	Data
	Fonte / Portal			
4	Eu fui num quilombo em Eldorado Paulista. Olha, o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador serve mais. Mais de um bilhão de reais gastado com eles.	Masculinidade hegemônica, racismo estrutural.	Dominação Desigualdade social; Racismo Recreativo; Desigualdade étnico-racial;	Em comício em fevereiro de 2017.

	Aos Fatos. Disponível em: https://www.aosfatos.org/to-das-as-declaracoes-de-bolsonaro/4914/ . Acesso em: [29/06/2023].		Estereótipo; Injúria Racial; Estratificação social, Masculinidade tóxica.	
--	--	--	--	--

Nº	Notícia	Norma	Categoria	Data
	Fonte / Portal			
5	<p>“Como é que está a criação de barata aí? Olha o criador de barata aqui”. Aos risos, complementou: “você não pode tomar ivermectina, vai matar todos os seus piolhos”.</p> <p>Aos Fatos. Disponível em: https://www.aosfatos.org/to-das-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/13448/. Acesso em: [29/06/2023].</p>	Masculinidade hegemônica, racismo estrutural.	Dominação; Desigualdade social; Racismo recreativo; Desigualdade étnico-racial; Estereótipo; Injúria Racial; Estratificação social; Masculinidade tóxica.	8 de julho de 2021

A problemática de seu ato discursivo em seu enunciado é evocar e materializar em seu discurso e, através dos signos linguísticos que o ex-presidente escolhe utilizar, um período histórico específico de escravidão, devido à associação linguística e semiótica e ao cenário discursivo onde se produz. Dessa maneira, os signos linguísticos evocados

materializam e traduzem discursivamente um discurso racista, pernicioso e injurioso, que faz alusão histórica a um cenário sócio-histórico-cultural de escravidão, de dominação, subjugação e subalternização do povo africano. O termo arroba foi utilizado no período da colonização, de 1539 a 1888, para se referir à unidade de medida na pesagem de mercadorias comercializadas e ao peso de bois, equivalente a 15 quilogramas. Bem como o termo procriador, que tem como sinônimo “reprodutor”, que faz alusão ao mesmo período escravocrata em que algumas pessoas pretas eram designadas pessoas escravizadas com a finalidade de reprodutores por terem determinadas características físicas, como força, virilidade, estatura, membros avantajados, características lidas na época como qualidades à produção e a produtividade, e que nos dias atuais são lidas e relacionadas a objetificação, fetiche e sexualização dos corpos de pessoas pretas. Portanto, em seu ato discursivo “Olha, o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriador serve mais”, Bolsonaro dialoga com um auditório social, visto que o racismo ainda é uma questão estrutural da sociedade brasileira que permeia as relações sociais, interpessoais e institucionais, no qual a justiça e as devidas medidas cabíveis devem ser atendidas. Podemos compreender que esse agenciamento discursivo tem efeito perlocucionário no auditório social visto que estabelece um “elo” imaginário com um coro de racistas. Butler (2021) estabelece bem os parâmetros da injúria no poder do discurso e do discurso racista:

Ao localizar a causa da nossa injúria em um sujeito falante e o poder dessa injúria no poder do discurso, tornamo-nos livres, por assim dizer, para recorrer à justiça – que agora contrapomos ao poder e imaginamos ser neutra – a fim de controlar esse ataque de palavras odiosas. Essa produção fantasmática de sujeitos falantes culpáveis, derivada das limitações da linguagem jurídica, estabelece os sujeitos como os únicos agentes do poder. É bastante provável que tal redução da agência do poder às ações do sujeito seja uma maneira de compensar as dificuldades e ansiedades produzidas no decorrer da vida em uma situação cultural contemporânea em que nem a lei nem o discurso de ódio são enunciados exclusivamente por um sujeito singular. A ofensa racial é sempre uma citação de algum outro lugar, e quem a profere se une a um coro de racistas, produzindo nesse momento a ocasião linguística para se instituir uma relação imaginária com uma comunidade de racistas historicamente transmitida. Nesse sentido, o discurso racista não se origina no sujeito, ainda que necessite do sujeito para ser efetivo, como certamente ocorre. De fato, o discurso racista não poderia agir como tal se não fosse uma citação de si mesmo; é só porque já conhecemos sua força, em razão de suas instâncias anteriores, que sabemos que ele é ofensivo hoje e que nos preparamos para suas futuras invocações. A iterabilidade do discurso de ódio é dissimulada de maneira efetiva pelo “sujeito” que profere o discurso de ódio. (Butler, 2021, p. 124).

Visto que o discurso de racismo corrobora e cria um elo, um vínculo com um coro de racistas, a problemática estabelece uma complexidade maior a partir dessa performance discursiva de um ex-chefe de Estado. Guerreiro Ramos (1995) constata que “toda atitude de formalização diante do negro conduz a apreciações ilusórias, inadequadas, enganosas.” e que isso se concentra no cerne e na raiz da sociedade brasileira e dos estudos relacionados a pessoas negras. Guerreiro Ramos (1995) argumenta, através de Plékhanov, que quando uma população é forçada e obrigada a reconhecer outra como superior, o amor-próprio por seu povo, por sua cultura desaparece, se apropriando dos valores do outro. Isso sucede no aspecto da etnia, bem como sucede no aspecto de gênero na misoginia, através do patriarcado, em relação às mulheres, fazendo uma associação entre as interseccionalidades abordadas nesta dissertação, as mulheres foram criadas pela misoginia sócio-histórica-cultural como inimigas dos homens e delas mesmas. Essa questão corrobora com o desdobramento do dado à análise número 5, Bolsonaro em sua fala intitula o cabelo de um rapaz preto como um criadouro de barata, o que coaduna com a prática de racismo recreativo, além de perpetuar uma imagem negativa em relação a estética preta que constrói e solidifica a subjetividade das pessoas pretas e, estereotipar e associar uma estética material, cultural e simbólica de resistência do povo preto de forma injuriosa. Moreira enfatiza sobre o mecanismo que o racismo recreativo sustenta:

Esse tipo de marginalização tem o mesmo objetivo de outras formas de racismo: legitimar hierarquias raciais presentes na sociedade brasileira de forma que oportunidades sociais permaneçam nas mãos de pessoas brancas. Ele contém mecanismos que também estão presentes em outros tipos de racismo, embora tenha uma característica especial: o uso do humor para expressar hostilidade racial, estratégia que permite a perpetuação do racismo, mas que protege a imagem social de pessoas brancas. O racismo recreativo exemplifica uma manifestação atual da marginalização social em democracias liberais: o racismo sem racistas. Esse conceito designa uma narrativa na qual os que reproduzem o racismo se recusam a reconhecer que suas ações ou omissões podem contribuir para a permanência de disparidades raciais na nossa sociedade. (Moreiras, 2019, p. 24).

Uma exemplificação, de forma triste, do que Guerreiro Ramos nos coloca em relação ao processo de perda do amor-próprio e a apropriação dos valores do outro, é o fato de que este sujeito que sofreu essa injúria racial, através dos mecanismos já apresentados, faz uma fala justificando e apontando a fala de Bolsonaro como uma brincadeira devido à intimidade que ambos possuem na relação, e ainda que não fica nítida que relação é essa e como ela se configura, a fala desse rapaz retira Bolsonaro da

agencia de linguagem e propagação do racismo recreativo para uma simples brincadeira. Apesar deste sujeito ter compreendido a situação como uma brincadeira, é importante termos um olhar crítico sobre o fenômeno e reconhecer que são falas de degradação pessoal em relação a imagem do outro em um país miscigenado, escravizado, com um histórico racista e, atualmente, nazista e fascista. A partir disso, ainda sobre racismo recreativo Moreiras aponta:

É também nossa intenção demonstrar que o conceito de racismo recreativo implica a necessidade de estabelecermos novos parâmetros para considerarmos a honra como um bem a ser juridicamente protegido. Se as teorias tradicionais a compreendem a partir de uma perspectiva predominantemente individualista, os fenômenos analisados a partir da noção de racismo recreativo demonstram que ela deve ser examinada também a partir de um aspecto simbólico e político. Devemos ter em mente que a honra decorre do apreço que as pessoas recebem na sociedade e que o humor racista é uma forma de degradação pessoal que impede a participação plena dos indivíduos na comunidade política. (Moreiras, 2019, p. 24-25).

Como apontado já na fundamentação teórica deste trabalho, quando o sujeito perde a memória histórica da constituição de sua história e sua subjetividade, de seu país e/ou de seu povo, ele acaba por se desidentificar de si mesmo, gerando uma dissonância cognitiva desse sujeito no mundo e nas suas relações, onde o valor e cultura do outro é sobreposto ao indivíduo, mesmo que esse valor e cultura o fira de alguma maneira, o que podemos constatar aqui são os efeitos da dominância e hegemonia perpetuada em nossa sociedade. Em relação aos efeitos dessa dominância minoritária de homens brancos que detinham poder, Ramos (1995) destaca a espoliação sócio-étnico-racial característica desse processo histórico pautado em uma minoria dominante, hegemônica, seus mecanismos e as adversidades desse processo:

Para garantir a espoliação, a minoria dominante de origem européia recorria não somente à força, à violência, mas a um sistema de pseudojustificações, de estereótipos, ou a processos de domesticação psicológica. A afirmação dogmática da excelência da branca ou a degradação estética da cor negra era um dos suportes psicológicos da espoliação. Este mesmo fato, porém, passou a ser patológica em situações diversas, como as de hoje, em que o processo de miscigenação e de capilaridade social absorveu, na massa das pessoas pigmentadas, larga margem dos que podiam proclamar-se brancos outrora, e em que não há mais, entre nós, coincidência de raça e de classe. (Ramos, 1995, p. 220).

Portanto, um discurso racista, pernicioso e injurioso nos atos performáticos discursivos do ex-chefe de Estado, encontra eco e coro no auditório social no qual o discurso é materializado e reverbera, pois mantém e compartilha com esse auditório social

as estratificações e os estereótipos étnico-raciais e a dominação que se estabelece a partir dessas desigualdades. Sobre o fenômeno do racismo, Schucman destaca:

Assim, torna-se necessário entender como o fenômeno do racismo no Brasil é, ao mesmo tempo, produzido pela e produtor da categoria raça. Neste trabalho, consideramos racismo qualquer fenômeno que justifique as diferenças, preferências, privilégios, dominação, hierarquias e desigualdades materiais e simbólicas entre seres humanos, baseado no conceito de raça. Isso porque, mesmo esse critério não tendo nenhuma realidade biológica, o ato de atribuir, legitimar e perpetuar as desigualdades sociais, culturais, psíquicas e políticas em função da “raça” significa legitimar diferenças sociais (Schucman, 2014, p. 85).

A impunidade desses atos discursivos diante da dissonância e da distopia que sua performance discursiva enquanto agente político e representante do povo brasileiro exerce, distorce o dever ético-moral de seu papel sócio-político e sua posição frente a população brasileira e a diversidade cultural e existencial e a governabilidade para todo o povo brasileiro, além de corroborar para uma retroalimentação e manutenção de comportamentos racistas na sociedade, por manter a legitimidade desses atos discursivos racistas.

Nº	Notícia	Norma	Categoria	Data
	Fonte / Portal			
6	"Isso não pode continuar existindo. Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Vamos acabar com isso"	Heterossexualidade compulsória, masculinidade hegemônica, racismo estrutural.	Desigualdade étnico-racial; violência de gênero e interseccionalidades; Dominação; Desigualdade de gênero; Desigualdade social; Objetificação; Estratificação Social.	Em início em fevereiro de 2017.
	Aos Fatos. Disponível em: https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/13448/			

	Acesso em: [29/06/23]			
--	-----------------------	--	--	--

6, 7) A sexta declaração do ex-Presidente Jair Bolsonaro é um enunciado discursivo ocorrido em comício em fevereiro de 2017, bem como a sétima declaração. A sexta declaração refere-se a, na perspectiva da fala de Bolsonaro, um coitadismo ou um vitimismo por parte das coletividades majoritárias e cita o Piauí e a região do nordeste. Mas, ao mesmo tempo que sinaliza a necessidade do fim de um “coitadismo” em sua perspectiva, emite uma declaração em desencontro na sétima declaração trazida como dado, onde enuncia que as coletividades majoritárias que o mesmo as lê como “minorias” devem curvar-se a maioria, que este deve se referir e ter como referência a hegemonia da branquitude. E caso, as coletividades majoritárias, não se curvem ou não se adequem, simplesmente desapareceram.

Nº	Notícia	Norma	Categoria	Data
	Fonte / Portal			
7	<p>“As minorias têm que se curvar às majorias. Às minorias se adequam ou simplesmente desaparecem.”</p> <p>Aos Fatos. Disponível em: https://www.aosfatos.org/tod-as-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/13448/ Acesso em: [29/06/23]</p>	Heterossexualidade compulsória, masculinidade hegemônica, racismo estrutural.	Dominação; Estereótipo. Desigualdade social; Racismo recreativo; Desigualdade étnico-racial; Desigualdade de gênero. Estereótipo; Objetificação; Estratificação Social;	Em comício em fevereiro de 2017.

O ethos discursivo e o agenciamento discursivo de Bolsonaro demarcar, reforça e delimita espaços restritivos de atuação e liberdade de determinados corpos sociais. Retira a humanidade e o direito à vida das coletividades majoritárias com discursos que exaltam

à opressão maciça, a subalternização do outro, a autoridade, a adequação impositiva de forma colonialista, onde de seu lugar de fala sua performance discursiva constrói uma dimensão de poder discurso incomensurável a nível social e a seus efeitos perlocutórios e agenciamento se destaca no exame dos dados 6 e 7, onde, respectivamente, há um apagamento da memória histórica-social que cria a necessidade de determinadas ações e políticas públicas e um engendramento dos corpos sociais há uma adaptabilidade forçada e opressiva às normas hegemônicas. Sobre isso, Homi k Bhabha aponta:

O exercício da autoridade colonialista, no entanto, requer a produção de diferenciações, individuações, efeitos de identidade através dos quais as práticas “discriminatórias” podem mapear populações sujeitas que são pichadas com a marca visível e transparente do poder. Esse modo de sujeição é distinto daquele que Foucault descreve como “poder pela transparência”: o reino da opinião, a partir das últimas décadas do século dezoito, que não tolerava áreas de escuridão e procurava exercer o poder pelo mero fato das coisas serem conhecidas e as pessoas vistas com um olhar imediato, coletivo. O que diferencia radicalmente o exercício do poder colonial é a inadequação do pressuposto iluminista da coletividade e do olho que a contempla. Para Jeremy Bentham (como observa Michel Perrot), o pequeno grupo é representativo de toda a sociedade - a parte já é o todo. A autoridade colonial requer modos de discriminação (cultural, racial, administrativa...) que desqualificam um pressuposto estável e unitário de coletividade. (Bhabha, 1998, p. 161).

O exercício da autoridade colonial se dá aqui devido ao seu agenciamento discursivo deixar implícito códigos semânticos socialmente compartilhados. Quem é a maioria ao qual a coletividade majoritária supostamente deveria curvar-se em seu discurso? Os mesmos corpos sociais que seguem na administração pública, instituições estratégicas para manutenção dessa norma que atua como aparato social, homens, cis hétero, branco, másculo, viril, dominador. Esse perfil e atributos podemos reconhecê-los dentro do espaço-tempo da nossa história sociocultural. Além disso, seu ethos discursivo agencia para um auditório social que corrobora com essa compreensão e compartilha desta perspectiva de mundo e valores e costumes hegemônicos, talvez porque de algum modo também compartilham da benesses desse poder e desta estratificação social. Enfatizo esse processo com a citação de Van Dijk:

Finalmente, podemos distinguir entre os vários tipos de legitimidade para essas formas de controle social: os que têm um controle total imposto ou mantido pela força, como em uma ditadura e, em alguns domínios, também num sistema democrático de governo; e os que exercem um controle parcial, sancionado ou por uma elite, uma maioria, ou por um consenso mais ou menos geral. Essas diferenças (graduais) refletem as possibilidades de sanção dos poderosos, bem como a aceitação ou a resistência dos que se sujeitam ao exercício do poder. (Dijk, 2018, p. 55).

Ao mesmo tempo que seu ethos discursivo exclui concomitantemente ele inclui a partir de seu outro discurso, produzindo um hibridismo dos efeitos do uso desse poder/autoridade colonial que Bhabha (1998) vai nomear como a “teoria da hibridização do discurso e do poder.” (p. 160). Pois aqui há uma ambivalência da presença da autoridade onde o ethos discursivo expõe suas regras de reconhecimento em relação ao exercício de sua autoridade, visto que a percepção da autoridade depende da visibilidade imediata - não-mediada - de suas regras de reconhecimento como referente inconfundível da necessidade histórica” (p. 161).

No agenciamento de seu discurso ele repete a norma histórica de opressão em relação às marcas sócio-históricas-culturais em relação às coletividades majoritárias, quando agencia seu discurso enunciado que “as minorias devem se curvar” mas, ao mesmo também desloca o sentido exprimido em relação às coletividades majoritárias quando expressa em sua fala que “Isso tem que acabar, tudo é coitadismo” pois, esse deslocamento parece exprimir uma atenção com a igualdade e a um suposto zelo com o sofrimento deste coletivo mas, esse coitadismo não refere-se a zelo, a igualdade ou a um olhar atencioso a um suposto sofrimento mas, sim a subtrair conquistas políticas e sociais históricas em nome de uma igualdade que não existe em nossa sociedade atualmente. Aqui há uma dinâmica de hibridização acontecendo a partir do que Bhabha aponta como estratégia de recusa. Há a discriminação mas ao mesmo tempo que há uma reinserção do coletivo discriminado em relação a discriminação que é aplicada, e a ação é reiterada com uma mutação, um hibridismo e isso perturba a visibilidade e a completa cognição do que está acontecendo, em relação aos menos atentos ou com a atenção focada em outros aspectos, por isso Bhabha nos traz um terceiro conceito, a resistência à visibilidade onde nem todos absorvem o processo acima descrito e tem facilidade em processar cognitivamente as relações postas e o jogo de interposição e mutação num primeiro momento e esse processo Bhabha denomina como resistência à visibilidade. Sobre o processo de hibridização e mutação a partir da estratégia de recusa, Bhabha destaca:

Os efeitos discriminatórios do discurso do colonialismo cultural, por exemplo, não se referem simples ou unicamente a uma “pessoa”, ou uma luta de poder dialética entre o eu e o outro, ou a uma discriminação entre a cultura-mãe e as culturas alienígenas. Produzida através da estratégia de recusa, a referência da discriminação: uma discriminação entre a cultura-mãe e seus bastardos, o eu e seus duplos, onde o traço do que é recusado não é reprimido, mas sim repetido como algo diferente - uma mutação, um híbrido. Essa força parcial e dupla é mais do que o mimético e menos do que o simbólico; é ela que perturba a visibilidade da presença colonial e torna problemático o

reconhecimento de sua autoridade. Para serem autorizadas, suas regras de reconhecimento devem refletir o saber ou opinião consensual; para serem poderosas, estas regras de reconhecimento devem ser atingidas de modo a representar os objetos exorbitantes da discriminação que estão além do seu alcance. Consequentemente, se a referência unitária (e essencialista) à raça, nação ou tradição cultural é essencial para preservar a presença da autoridade como efeito mimético imediato, esse essencialismo deve ser excedido na articulação de identidades “diferenciatórias”, discriminatórias. (Bhabha, 1998, p. 162).

E, em relação a isso, Bhabha sinaliza sobre a resistência à visibilidade imediata de tal regime de reconhecimento:

Essa resistência não é necessariamente um ato oposicional de intenção política, nem é a simples negação ou exclusão do "conteúdo" de outra cultura, como uma diferença já percebida. Ela é o efeito de uma ambivalência produzida no interior das regras de reconhecimento dos discursos dominantes, na medida em que estes articulam os signos da diferença cultural, conferindo-lhes novas implicações dentro das relações diferenciais de poder colonial - hierarquia, normalização, marginalização e assim por diante. Pois a dominação colonial é obtida através de um processo de recusa que nega o caos de sua intervenção como *Entstellung*, sua presença deslocatória com o fim de preservar a autoridade de sua identidade nas narrativas teleológicas do evolucionismo histórico e político. (Bhabha, 1998, p. 161).

A ambivalência da autoridade pode tornar esse agenciamento discursivo incognoscível em primeira instância, já que o ethos discursivo produz dois sentidos cognoscíveis nos dois agenciamentos discursivos apresentados - nº 6 e 7. Quando sua agencia discursiva enuncia um novo sentido a partir da regência discursiva produz a hibridização em relação às coletividades majoritárias e a ambivalência relacionada à autoridade, o que resulta em uma resistência, em primeira instância, quando examinamos seus discursos circulantes, principalmente quando recebemos as duas informações num continuum de um mesmo discurso. E compreender que se trata de uma estratégia discursiva, ainda sobre esse fenômeno examinado nestes dados, Bhabha sinaliza sobre a hibridização:

O hibridismo é o signo da produtividade do poder colonial, suas forças e fixações deslizantes; é o nome da reversão estratégica do processo de dominação pela recusa (ou seja, a produção de identidades discriminatórias que asseguram a identidade “pura” e o original da autoridade). O hibridismo é a reavaliação do pressuposto da identidade colonial pela repetição de efeitos de identidade discriminatórios. Ele expõe a deformação e o deslocamento inerentes a todos os espaços de discriminação e dominação. Ele desestabiliza as demandas miméticas ou narcísicas do poder colonial, mas confere novas implicações a suas identificações em estratégias de subversão que fazem o olhar do discriminado voltar-se para o olho do poder. Isto porque o híbrido colonial é a articulação do espaço ambivalente onde o rito do poder é encenado no espaço do desejo, tornando seus objetos ao mesmo tempo disciplinares e disseminatórios - ou, em minha metáfora mista, uma transparência negativa. (Bhabha, 1998, p. 163).

Compreender esse olhar pós-colonialista de Bhabha a partir da tradução cultural em análise crítica discursiva ao ethos discursivo do personagem Bolsonaro faz-nos perceber e compreender a complexidade discursiva imbricada dentro do agenciamento linguístico e performance de seu ethos discursivo e perceber que há uma lógica, há uma grande construção de narrativas, de cenários discursivos que dialogam com aspectos intrínsecos e subjetivos relacionados a psique humana quando nos referimos a mito, um fenômeno que esteve presente em todas as civilizações e é uso deslocado de seus sentidos outros ao longo de nossa história, e de forma catacrética dentro desse contexto, isso o conecta e o vincula com seu auditório social de um modo único, de um modo os quais os mitos antigamente atuavam em suas respectivas sociedades, gerando admiração, medo, simbolismo compartilhados, a dualidade bem e mal transcodificada, tendo a forma catacrética na perspectiva da tradução nesse sentido, como *Nós e Eles*, ou *Nós vs Eles*, dentro desse contexto.

Um mito unifica e personifica valores e crenças dentro de um grupo social e constrói uma identidade simbólica e cultural complexa para um auditório social que recebe tão complexo quanto que é a população brasileira com uma trama individual e coletiva complexa e multifacetada. Portanto, desvelar a dinâmica da narrativa discursiva do ethos é, também, subverter seu poder e gerar um espaço de intervenção.

Se o efeito do poder colonial é percebido como a produção de hibridização mais do que como a ordem ruidosa da autoridade colonialista ou a repressão silenciosa das tradições nativas, então ocorre uma importante mudança de perspectiva. A ambivalência na fonte dos discursos tradicionais sobre a autoridade permite uma forma de subversão, fundada na indeterminação que desvia as condições discursivas do domínio para o terreno de intervenção. (Bhabha, 1998, p. 163).

Ou, reflexão. A reflexão muda sujeitos e subjetividades, sujeitos agem no mundo e, em contrapartida, o meio (mundo) atua sobre os sujeitos e subjetividades.

Nº	Notícia	Norma	Categoria	Data
	Fonte / Portal			

8	<p>“Eu estava em Brasília na comunidade São Sebastião, no sábado de moto. Passeio de moto sim, de jet ski, de cavalo, de jegue. Parei a moto numa esquina, tirei o capacete e olhei umas meninas, três, quatro bonitas, de 14, 15 anos. Arrumadinhas no sábado em uma comunidade. E vi que eram meio parecidas. Pintou um clima, voltei. Posso entrar na sua casa, entrei. Tinha umas quinze, vinte meninas, sábado de manhã, se arrumando. Todas venezuelanas. Aí eu pergunto, meninas bonitinhas 14, 15 anos se arrumando no sábado para quê? Ganhar a vida. Você quer isso pra tua filha que está nos ouvindo aqui agora? E como chegou a esse ponto? Escolhas erradas.”</p>	heterossexualidade compulsória; masculinidade hegemônica, racismo estrutural.	Machismo; Sexismo; Dominação; Subalternização da mulher ¹⁷ ; Estereótipo; Sexualização da mulher; Objetificação; Família patriarcal, Masculinidade tóxica,	Rio de Janeiro 14 de outubro de 2022
	<p>Estadão.¹⁸ Disponível em: https://youtu.be/QPIRVM6s12E?si=mqt2YXF0Zwz_a yLj Acesso em: [29/06/23]</p>			

8) Nessa declaração, a construção narrativa agenciada pelo ethos discursivo produz uma compreensão semântica e correlacional, através da forma que materializa-se esse seu ethos discursivo, que evidencia e reproduz determinadas normatividades sociais nocivas, objetificantes e normativas. No momento em que o ethos discursivo enuncia

¹⁷ Aqui, vale destacar que está sendo utilizada a categoria sexualização da mulher, mas é importante sinalizar que, neste caso em específico, são adolescentes que não completaram sua maioridade.

¹⁸ Não verificado por aosfatos.org.

“Pintou um clima”, a construção narrativa descritiva prévia a este enunciado, “Parei a moto numa esquina, tirei o capacete e olhei umas meninhas, três, quatro bonitas, de 14, 15 anos. Arrumadinhas no sábado em uma comunidade. E vi que eram meio parecidas.”, emite-nos uma conotação a partir das correlações léxico-semânticas que se associam e agenciam-se entre si a partir do ethos discursivo do personagem discursivo. Há correlações que podem-se identificar a partir da agência do discurso as aproximações, ampliação de sentido e intersecções relacionais que são produzidas. Nesse contexto, a palavra esquina isoladamente, sem as locuções seguintes, não denota-nos nada mas, seu descritivo subsequente, “umas meninhas, três, quatro bonitas, de 14, 15 anos, arrumadinhas.” E após seu descritivo sinaliza haver pintado um clima. Entende-se que há libido e há um interesse de cunho libidinoso o qual foi ativado e agenciado no ethos discursivo do sujeito, interpelando-o ao ponto de esse personagem discursivo enunciar a seguinte narrativa: “voltei”.

Um breve exame e recorte dos agentes discursivos que compõem a cena discursiva enunciada, em um papel, um homem, cis hétero, com agenciamentos narrativos que evocam em seus enunciados hipersexualização, heteronormatividades, sexismo, objetificação e sexualização da mulher. No contra-papel da cena discursiva enunciada, meninas, jovens, menores de idade que, no cenário discursivo, passam a ter interesse para a contraparte a partir do momento que evidencia a beleza física e o interesse despertado pela beleza a ponto de deslocar o sujeito de seu rumo prévio que sinaliza “voltei”. Ainda há uma questão social em relação a outras etnias, os quais podem culminar em subalternização ou, inclusive o que acontece muito, um não reconhecimento dentro do coletivo étnico da individualidade, mas sim do corpo coletivo étnico, e o reflexo desse comportamento social em relação às demais etnias tidas como não hegemônicas, fica explícita na seguinte colocação: “E vi que eram meio parecidas.”, que apaga o reconhecimento das individualidades.

As problemática socio discursivas estabelecem-se a partir do que materializa-se discursivamente a partir da cultura machista, patriarcal, da cultura de estupro, das altas taxas de assédio a mulher e abuso infantil, produz um agenciamento socio discursivo em consonância com a reprodução e tradução desses aspectos culturais a partir do agenciamento linguístico. A narrativa descritiva segue: “Aí eu pergunto, meninas bonitinhas 14, 15 anos se arrumando no sábado para quê? Ganhar a vida. Você quer isso pra tua filha que está nos ouvindo aqui agora? E como chegou a esse ponto? Escolhas erradas.” Aqui, evidencia-se o emprego de juízo de valor na narrativa. Visto que ganhar

a vida correlaciona-se a força de trabalho, a produção material. Mas, do modo que é agenciado discursivamente o campo léxico-semântico das palavras ganhar a vida em contexto semântico ganham um releitura associativa a partir da aproximação semântica que é agenciada discursivamente, conotando, nesse contexto que, ganhar a vida, estando bonitinhas e arrumadas em um sábado de manhã correlaciona-se com a “venda”, com a oferta do próprio corpo e, a partir daqui, a palavra esquina ganha força e outro léxico-semântico a partir dos aspectos comportamentais socioculturais de nossa sociedade, no qual temos a presença nas grandes cidades de profissionais do sexo que geralmente posicionam-se em esquinas, e esse contexto sociocultural é deslocado em aproximação e intersecção, esquina - meninas bonitinhas, signos que, em aproximação dentro da cena discursiva, ampliando o sentido da correlação a sexo e a prática sexual.

Observa-se a análise acima a partir da narrativa que segue: “Você quer isso pra tua filha que está nos ouvindo aqui agora?”. O que está interposto nessa colocação “você quer isso para tua filha...?” Isso o quê? Que sentido está sendo remetido, mas, não, necessariamente, expresso verbalmente com a exposição dos signos adequados para esse significante, mas, que produzem um sentido de entendimento e compreensão cognoscível, compartilhado. E segue: “E como chegou a esse ponto? Escolhas erradas.”. Aqui expressa-se uma reprovação, um juízo ou moralidade em relação à cena discursiva observada e estereotipada.

Ainda podemos destacar o uso recorrente, na análise crítica discursiva do agenciamento de seu ethos discursivo, de diminutivos que, denotam que são utilizados para gerar um efeito no receptor e no auditório ouvinte de reflexão em um sentido de crítica a partir de um juízo de valor individual e pré-concebido da situação ao qual estas adolescentes estavam submetendo-se. Segundo Pinheiro (2021), que sinaliza a partir de Bechara, diminutivos carregam uma relação forte e intrínseca com a emoção, com o afeto e podem ter conotações ou valores negativos, como: a crítica, o desprezo, o pouco caso para com pessoas e/ou objetos, sempre e a partir da função da significação lexical de base. Essa percepção é auxiliada através da entoação especial que pode dar indícios de lamentação, euforia, repúdio etc. E neste recorte discursivo do ethos discursivo de Bolsonaro, ele repete algumas características dando ênfase a elas e recorrendo ao uso do diminutivo e realizando uma introdução autorreflexiva: “Aí eu pergunto, meninas bonitinhas 14, 15 anos se arrumando no sábado para quê?”, e por fim, sinaliza: “Ganhar a vida.”, e segue: “Você quer isso pra tua filha que está nos ouvindo aqui agora?”, conectando-se com seu interlocutor. A partir disso, pode-se compreender que há um uso

de linguagem diminutiva para evidenciar uma crítica carregada de preconceitos e ideias pré-concebidas ou de menos valia, pouco caso, ao mesmo tempo que há a crítica, há um interesse despertado através da libido o qual ainda o fez sinalizar: “voltei”, que é o processo de desumanizar o outro, ainda mais quando trata-se de uma outra etnia somada a outra nacionalidade.

Nº	Notícia	Norma	Categoria	Data
	Fonte / Portal			
9	“Fui com meus três filhos, o outro foi também, foram quatro. Eu tenho o quinto também. O quinto eu dei uma fraquejada, né. Foram quatro homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher.”	Heteronormatividade Compulsória; Masculinidade Hegemônica.	Machismo; Sexismo; Subalternização da mulher; Estereótipo; Desigualdade social; Desigualdade de gênero; Família patriarcal. Objetificação; Masculinidade Tóxica.	Em palestra no clube hebraica – abril 2017.
	Aos Fatos. Disponível em: https://www.aosfatos.org/to-das-as-declaracoes-de-bolsonaro/4914/ . Acesso em: [29/06/2023].			

9) Nessa declaração evidencia-se uma desvalorização e desqualificação de gênero, que se expressa no modo como o personagem discursivo constrói sua narrativa sobre o fato de ser pai de uma menina em seu agenciamento discursivo. No ethos discursivo de Bolsonaro, podemos analisar através do bordão associado a seu ethos e personagem discursivo mito. que é reforçada pelo auditório social e o ethos coletivo que se identifica com o agente discursivo e retroalimenta a projeção de mito e da figura mítica sobre sua imagem, atualizando a projeção pelos discursos circulantes no auditório social. Portanto,

a expressão “dei uma fraquejada e nasce uma menina/mulher”, vai constituir e projetar sua perspectiva sobre a ideia de família e núcleo familiar e mulher e ser pai de uma mulher e concomitantemente coaduna e demonstra sua ideia significância acerca da mulher e da figura feminina, que no geral, dentro de seu discurso, é expresso como um infortúnio, um desprestígio, um mau agouro e seu discurso coaduna com a lógica do patriarcado, machismo, com a família patriarcal que qualifica o homem com superioridade e a mulher com inferioridade e coaduna com a desvalorização e desigualdade dos corpos e identidade de gênero que são dissidentes das expressões as quais o personagem discursivo tem apreço. Seu agenciamento discursivo coaduna com a normatividade hegemônica expressa de forma sociodiscursiva.

O modo de produção capitalista, via relações sociais, estrutura a realidade da vida das pessoas e precisa da assimetria de gênero, bem como a assimetria racial, dentre outras, para se manter hegemônico. Portanto, uma agenda feminista que busque possibilidades de transformar a realidade da sociedade patriarcal, deverá ser necessariamente anticapitalista e antirracista. Na consolidação e difusão de tal agenda feminista, está a tradução, quer seja em seu sentido literal da tradução interlinguística (Jakobson, 2007) ², quer seja em seu sentido metafórico da tradução cultural (Bhabha, 1998). (Matos, 2022. p.15).

Evidencia-se aqui a tradução de uma tradição cultural em desuso na sociedade atual que é reafirmada a partir dessa discursivização que estabelece-se a partir de seu ethos discursivo. Pode-se elucidar essa análise pela maneira que ele referencia-se a filha nessa ocasião e em outra ocasião, não citada aqui, a qual refere-se aos filhos por números e a filha faz parte dessa numeração. O patriarcado constrói uma norma e narrativa a respeito da mulher como uma figura que se condições de se equiparar ao homem e, reitera a ideia da mulher como objeto falho, perpetua uma visão religiosa, a da mulher como resultado, como fruto do desejo do homem e como um ser incompleto, por não ser fálico e sempre ter que lidar com essa falta e frustração. Portanto, no momento no qual Bolsonaro se intitula estar mais fraco, é justamente o momento em que nasce uma mulher a qual materializa e dá forma, vivacidade a toda fraqueza, em forma de mulher.

Nº	Notícia	Norma	Categoria	Data
	Fonte / Portal			
10	<p>“Tudo agora é pandemia, lamento os mortos, lamento. Todos nós vamos morrer um dia, aqui todo mundo vai morrer. Não adianta fugir disso, fugir da realidade, tem que deixar de ser um país de maricas.”</p> <p>Jornal O Globo.¹⁹ Disponível em: https://youtu.be/VIhiXRC9wQs?si=8aoJU0ZugVcZGjIk Acesso em: [30/09/2023]</p>	Heterossexualidade compulsória; Masculinidade hegemônica.	Machismo; Dominação; Estereótipo; Rejeição explícita da homossexualidade masculina, masculinidade tóxica.	Brasília, 10 de novembro de 2020.

Nos dados nº 10, 11, 12 e 13 nota-se recorrência de signos-sentido e de associações semânticas de aproximação, deslocamento, interdição e intersecção em relação à saúde, saúde masculina, virilidade, exaltação ou reafirmação da masculinidade e, ao conotar fragilidade em seu agenciamento discursivo, há uma associação direta a palavras com uma construção discursiva léxico-semântica que transmite o sentido ao auditório receptor que refere-se a pessoas homossexuais e com uma conotação de modo pejorativo, como por exemplo: “país de maricas”. Criando no campo discursivo um sentido e conotação de que apenas as pessoas não sendo maricas é possível adquirir uma imunidade e/ou ter resistência ao vírus, ter condições de manter-se vivo ou sobreviver caso contraia covid.

Nº	Notícia	Norma	Categoria	Data
----	---------	-------	-----------	------

¹⁹ Não foi apurado pelo aosfator.org.

	Fonte / Portal			
11	<p>“Quem não quer ser tratado que não seja se eu não quero fazer uma quimioterapia o problema é meu, pô. E nós do governo federal já vínhamos dizendo isso. A vacina uma vez sendo certificada pela anvisa vai ser oferecida a todos que queiram tomar. Eu não vou tomar. Alguns falam que eu dou um péssimo exemplo. Ô imbecil, o idiota que tá falando que eu dou um péssimo exemplo. Eu já tive o vírus, eu já tenho anticorpos, para que tomar vacina de novo? Se você virar um chi... um jacaré. Isso é problema de você, pô. Não vou falar outro bicho para não falar besteira aqui, né. Se você virar super-homem, se nascer barba em alguma mulher aí ou algum homem começar a falar fino, eu não tenho nada a ver com isso.”</p> <p>Jornal O Globo.²⁰ Disponível em: https://youtu.be/VIhIXRC9wQs?si=8aoJU0ZugVcZGjIk Acesso em: [30/09/2023]</p>	Heterossexualidade de compulsória; Masculinidade hegemônica;	Machismo; Dominação; Estereótipo; Rejeição explícita da homossexualidade masculina, masculinidade tóxica.	17 de dezembro de 2020

Nos dados 11, escolhido à análise, temos em parte do seu agenciamento discursivo o seguinte trecho: “Alguns falam que eu dou um péssimo exemplo. Ô imbecil, o idiota que tá falando que eu dou um péssimo exemplo. Eu já tive o vírus, eu já tenho anticorpos, para que tomar vacina de novo? Se você virar um chi... um jacaré. Isso é problema de você, pô. Não vou falar outro bicho para não falar besteira aqui, né. Se você virar super-

²⁰ Não foi apurado por aosfatos.org.

homem, se nascer barba em alguma mulher aí ou algum homem começar a falar fino, eu não tenho nada a ver com isso.” Esse recorte discursivo exemplifica a narrativa e o agenciamento discursivo realizado por Bolsonaro, valendo-se de uma língua violenta, mas onde em seu ethos discursivo, parece se atentar aos cuidados de não parecer preconceituoso e/ou intolerante no momento em que sinaliza: “Não vou falar outro bicho para não falar besteira aqui, né.” Apesar de a todo instante sua fala seguir com um teor agressivo, impositivo e demarcador discursivo de lugar de fala e coerência - “Ô imbecil, o idiota que tá falando que eu dou um péssimo exemplo.”. Seu agenciamento discursivo, impõe ao outro, ao auditório receptor e ouvinte, e através do discurso de ódio e de seu lugar de fala, a posição de poder que seu lugar de fala exerce. E, novamente, o ataque discursivo a homossexualidade masculina quando sinaliza: “ou algum homem começar a falar fino, eu não tenho nada a ver com isso.”. Ao mesmo tempo em que aponta e sinaliza a homossexualidade, imediatamente afasta a sua imagem e sua relação direta ou indireta com esse lugar.

Nº	Notícia	Norma	Categoria	Data
	Fonte / Portal			
12	<p>“No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar. Nada sentiria. Ou, seria, quando muito acometido com uma gripezinha, ou resfriadinho. Como disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão.”</p> <p>Aos Fatos. Disponível em: https://www.aosfatos.org/to-das-as-declara%C3%A7%C3%B5</p>	Heterossexualidade compulsória, masculinidade hegemônica.	Machismo; Estereótipo; Masculinidade tóxica.	20 de março de 2020.

	es-de-bolsonaro/4202/ Acesso em: [29/06/23]			
--	--	--	--	--

Nos dados número 12, vemos a exacerbação e hiperbolização da masculinidade de forma negativa e tendenciosa, como se a virilidade pudesse servir como um potencializador do sistema imunológico, deixando-o imune a qualquer circunstância relacionada à saúde. Como ele sinaliza e interpreta: “Nada sentiria. Ou, seria, quando muito acometido com uma gripezinha, ou resfriadinho.”

Nº	Notícia	Norma	Categoria	Data
	Fonte / Portal			
13	<p>“Já falei que sou imorrível, já falei que sou imbrochável. E também sou incomível”</p> <p>BBC. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62795997 Acesso em: [30/09/23]</p>	Heterossexualidade compulsória, masculinidade hegemônica.	Machismo Estereótipo; Rejeição explícita da homossexualidade masculina; Masculinidade tóxica.	17 de maio de 2021

Nos dados número 13, seu ethos discursivo exalta, a partir da construção sócio discursiva, uma identificação com a ideia da imortalidade, da virilidade e da masculinidade. O sentido que seu ethos discursivo produz nesses dados acima com suas narrativas a respeito de masculinidade, é aproximar masculinidade e saúde, masculinidade e imunidade viral, masculinidade com imortalidade inclusive que, de algum modo, essa ideia acerca do masculino e seus atributos lhe concederia poderes sobre humanos. Mas, ao mesmo tempo que produz aproximação, gera um afastamento ou uma interdição. Por exemplo, “tem que deixar de ser um país de maricas”, “algum homem

começar a falar fino”. Na primeira colocação destaca-se, o fato de o país estar como está por decorrência de pessoas homossexuais, o que não tem validação direta alguma, nem mesmo relacional, a não ser a partir do agenciamento enunciativo de seu ethos discursivo que incita a discriminação e homofobia.

Há todo um aparato acerca dessa imagem mítica que vai construindo seu ethos discursivo e seu cenário discursivo, a partir dessas categorias, criadas socialmente e reafirmadas pelo agenciamento do seu discurso. Sempre o mito é aquele que corporifica as expectativas. Torna-se uma figura de apreciação, de adoração ou de poder, no sentido de estar acima de situações mundanas e terrenas por ser um mito, e mito aqui é lido como um homem em sua potência, inabalável, inatingível, másculo, viril, potente, imbrochável, físico atlético, ao ponto de chegar a ser imorrível, e que isso poderia salvaguardar sua saúde, a economia caso o país não fosse composto por maricas, onde pegar covid seria apenas um leve gripezinha, resfriadinho, todas essas normas são corporificadas no personagem Bolsonaro através do mito, e agenciadas através de seu ethos discursivo. O discurso, as falas, vão traduzir essa imagem mítica e essa relação exaltada, hiperbólica com a masculinidade. Apesar de haver uma dissociação cognitiva de vincular saúde a virilidade e exaltação do homem e da masculinidade, o mínimo apenas que pode-se considerar e constatar é, de algum modo, é que uma relação saudável individual e coletiva, no mínimo a de se evidenciar que propicia bem-estar.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na dissertação se partiu da descrição desse complexo compêndio cultural e esse corpo social diverso, heterogêneo e múltiplo, e da composição sócio-histórica contextualizada de forma espaçada para poder construir uma perspectiva do todo que abrange as influências que alicerçam nossa dinâmica sócio-histórica-cultural atual e o que é cultura brasileira, para que possa se entender a relação que se estabelece entre tradução cultural e o conceito de tradução como processo cognitivo de materialização do querer-dizer do sujeito em ato discursivo. E esse processo cognitivo materializa-se a partir do que? Ele materializa-se a partir de todo o contexto interseccional que foi apresentado e levado em consideração até aqui. E esse processo de traduzir a materialização discursiva também como catacrese permite-nos visualizar o querer-dizer, dar forma ao sabido, que não foi dito mas, foi dito. Portanto, ao considerar a tradução cultural, entende-se que todo o compêndio sócio-histórico-linguístico apresentado e contextualizado alicerça a cultura e a partir do agenciamento discursivo do sujeito em discurso podemos analisar, de forma crítica discursiva, a tradução cultural a partir da sua materialização discursiva.

A tradução cultural das masculinidades em conflito se estabelece discursivamente a partir do ethos discursivo de Bolsonaro, seu agenciamento discursivo demonstra-nos seus conflitos internos, externos e ideológicos, porque não é um agenciamento discursivo para todas as pessoas, é um agenciamento discursivo para as pessoas de bem, no caso, os cidadãos de bem. E nesse caso, quem são “eles”, que rivalizam com os cidadãos de bem? Começa por quaisquer pessoas dissidentes da hegemonia, ou seja, da coletividade majoritária ou que não identificam-se com o Bolsonarismo, ou seja, cisões e separatismos em diversos núcleos e esferas sociais. Van Dijk constata:

[...] de forma paralela ou algumas vezes combinada com essas instituições, encontramos relações de poder entre grupos, tais como as que há entre ricos e pobre, homens e mulheres, adultos e crianças, brancos e negros, nacionais e estrangeiros, os que possuem formação superior e os que não a possuem, os heterossexuais e os homossexuais, os religiosos e os não religiosos, os moderados e os radicais, os saudáveis e os doentes, os famosos e os desconhecidos, e, em termos gerais, as relações de poder entre *Nós e Eles*. Tanto nas interações institucionais quanto nas interações do dia a dia, essas relações de poder podem ser estruturalmente exercidas pelos membros dos respectivos grupos dominantes. Como no caso dos membros institucionais, os membros de um grupo dominante podem fazer provir o poder exercido pessoalmente do poder geral do grupo a que pertencem. O efeito sobre o discurso, nesses casos, se mostrará particularmente óbvio no controle desigual do diálogo, da troca de turnos, dos atos de fala, da escolha de tópico e de estilo. (Dijk, 2018, p. 55).

O ponto de partida que culminou no desenvolvimento da dissertação foi examinar a tradução cultural das masculinidades em conflito materializada no discurso do ex-presidente e para isso foram levantados alguns questionamentos que a dissertação buscou melhor compreender através desta pesquisa dissertativa. Para desenvolver as considerações finais, retomo aqui as perguntas iniciais propostas: qual é o modelo de masculinidade evocado por Bolsonaro? Como, de seu lugar de fala e de sua figura política e de autoridade máxima de um Estado, sua reprodução de masculino e seus atos performáticos discursivos culminaram em uma identificação social? Qual é o impacto desse perfil de “masculino” na sociedade brasileira? Que discursos Jair Bolsonaro agencia a partir de seu lugar de fala? O desenvolvimento das considerações será reservado para buscar elaborar e examinar as respostas para as perguntas-pesquisas que nos trouxeram até aqui e a elaboração de uma conclusão analítica relacionando a fundamentação teórica com as respostas.

O modelo de masculinidade evocado e construído discursivamente a partir do ethos discursivo de Bolsonaro projeta uma ideia-ideal de masculinidade e performatividade masculina hegemônicas que, concomitantemente à projeção, plasma sobre si mesmo a ideia-ideal projetada de performatividade masculina e masculinidade, criando um ethos discursivo, um personagem que corporifica e dá vida discursiva à projeção traduzida por seu personagem. Esse personagem, a partir de seu ethos, agencia discursivamente mas, também incorpora esses mesmos atributos enunciados, uma masculinidade hiperbólica, onde exalta, de forma exaltada, a hiperssexualização, a dominação, a objetificação, a virilidade, a rejeição a qualquer expressão de vulnerabilidade, a repulsa a qualquer expressão de masculinidade dissidente, a rejeição explícita da homossexualidade masculina, o ódio-repulsa as coletividades majoritárias, o sexismo, a opressão, a brutalidade e a força, a violência em suas mais variadas facetas, a exacerbação do poder, da autoridade, do poder bélico, destrutivo. Há uma constante reafirmação desta reivindicação

A partir de seu agenciamento discursivo é construído sobre o ethos discursivo deste personagem e dessa performatividade masculina uma blindagem discursiva da pessoa Bolsonaro que ancora-se e fortifica-se através da sátira, onde estabelece para si, através do cenário discursivo que plasma, um ambiente “seguro” para transgredir o socialmente não aceito mas, socialmente desejado em relação ao seu auditório social e o principal, manter a impunidade. Por vezes, ainda, utiliza seu ethos discursivo a partir da

ideia de vítima e da vitimização, como um sujeito discursivo que não tem a liberdade de dizer e expressar as ideias e o posicionamento que gostaria de ter e dizer, mas esse mecanismo de vitimização ocorre com um duplo sentido de produzir e instaurar um cerceamento do discurso do outro, onde essa vitimização vem transfigurada com o direito à liberdade de expressão. Liberdade de expressão essa que dialoga e fere a subjetividade, individualidade e as coletividades, os direitos fundamentais e a existência saudável de outros seres humanos que são dissidentes da projeção de sujeito digno e de bem que seu ethos discursivo produz. Portanto, seu interesse, pelo que apresenta, em exercer sua liberdade de expressão é a liberdade de poder praticar e destilar impunemente seu discurso de ódio.

Ainda, além de evocar um modelo de masculinidade, Bolsonaro constrói um cenário discursivo que mantém vivo esse modelo evocado através do seu ethos discursivo que agencia as categorias e normas hegemônicas, alimenta seu ethos discursivo e a expressão do personagem, ao mesmo tempo em que é retroalimentado pelos discursos circulantes e por seu auditório social. Portanto, ele é a primeira pessoa a obedecer a essas categorias e normas hegemônicas que exalta discursivamente cuja ação lhe confere poder, gera um “bond”, um vínculo, com seu auditório social que o constituem como mito, como essa imagem mítica, representante dessas normatividades evocadas compreendida pelo seu segmento como valores compartilhados ligados a família e o cidadão de bem por exemplo. Esses discursos não se dão isolados, eles se dão no continuum da comunicação social. Ou seja, o tempo todo, Bolsonaro é constituído como personagem que materializa o "mito" e está se comunicando com o discurso circulante a seu redor, aquele que materializa o querer-dizer de diversos grupos sociais que o apoiam - a extrema direita, o religioso neopentecostal, os defensores das armas, os que apresentam sinais de fobias sociais (transfobia, misoginia, homofobia, xenofobia, entre outras). Van Dijk enfatiza:

[...] É possível analisar o exercício do poder quanto a seu domínio ou abrangência de ação e tipo de influência. Algumas instituições ou seus integrantes líderes pode realizar atos discursivos que afetam por inteiro, países, estados, cidades ou grandes organizações, ou podem determinar a vida e a morte, a saúde, a liberdade pessoal, o trabalho, a educação ou a vida particular de outras pessoas, enquanto outras instituições e seus membros exercem um impacto menos amplos e menos sério sobre outras pessoas. (Dijk, 2018, p. 55).

Referente a seu lugar de fala, sua figura pública-política como agente político e ex-chefe de Estado, podemos compreender a dimensão de seu lugar de fala e a incongruência de sua conduta política-pública, de acordo com processo jurídico nº: 5014547-70.2020.4.03.6100 da 6ª Vara Cível Federal de São Paulo:

O Estado brasileiro e, por consequência, os seus agentes, têm vinculação irrenunciável, nos seus atos, conforme expressa previsão constitucional, com os fundamentos da cidadania e da dignidade da pessoa humana (art. 1º, II e III, Constituição Federal), bem com os objetivos fundamentais de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, de forma compromissada com a erradicação da marginalização e redução das desigualdades sociais, promovendo o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. E com mais reverência ainda o Presidente da República e os Parlamentares, conforme art. 57, § 3º, III c/c art. 78, da Constituição Federal e art. 1º do ADCT (compromisso solene e formal de defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro). (Ministério Público Federal, 2020).

Esse processo jurídico elucidado nos sobre a magnitude, congruência e responsabilidade social que incide sobre quem ocupa e agencia o lugar de fala como chefe de Estado e a importância de se ter os princípios e objetivos constitucionais fundamentais do Estado atendidos e um compromisso ético-moral no exercício dos agentes públicos do Estado em promover uma sociedade justa e igualitária com compromisso com direitos humanos e fundamentais, justiça social, cidadania, respeito à dignidade da pessoa humana e o bem-estar geral da população brasileira. Esses são pilares essenciais da Constituição Federal e orientam a atuação do Estado e de seus agentes na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. O que Van Dijk nos destaca sobre a dimensão do poder devido a abrangência discursiva do lugar de falar e poder exercido a partir deste lugar:

A análise das estruturas de poder permite-nos arrolar outras categorias relevantes, especificamente aquelas dimensões do poder que podem ter algum impacto sobre o discurso e sobre suas estruturas: as várias instituições de poder, as estruturas internas de poder dessas instituições, as relações de poder entre os diferentes grupos sociais e a abrangência ou o domínio do exercício do poder por (membros de) essas instituições ou grupos. Abrindo mão de uma análise mais detida sobre essas estruturas e dimensões do poder social, argumentaremos aqui, simplesmente que elas também se manifestam nas várias estruturas de escritas e falas “poderosas”. (Dijk, 2018, p. 54).

Sobre a identificação social da reprodução da masculinidade hegemônica em seus atos performáticos discursivos, pode-se analisar essa identificação e influência através da perspectiva de Sportuno sobre o ethos coletivo:

A categoria de ethos coletivo é definida como a imagem global que é atribuída a um grupo específico com base em representações

estereotipadas ligadas à categoria social ou grupo ao qual o falante pertence. (Sportuno, 2022, p. 23).²¹

A noção de ethos coletivo como imagem global a partir de representações estereotipadas ligadas a categoria ou grupo o qual o falante pertence, pode-se compreender a identificação social a partir da construção social da representação como mito que é aclamada pelo grupo de pertença do agente discursivo, o ethos coletivo ilustra nos essa identificação social. O que é um mito e quais são os efeitos do mito e de uma figura mítica na psique humana? Pode-se conceituar mito, sucintamente, como uma figura heroica, salvadora dentro da dualidade bem e mal. Para assumir o papel do herói há a necessidade de haver um contra-papel, as pessoas que serão salvas do grande mal. A potência do impacto de um mito na psique humana e a nível social e simbólico, inconsciente, é incomensurável mas, é um vínculo com grande força e potência e estabelece-se e fortalece-se a partir de forças representativas identitárias e simbólicas ligadas a aspectos emocionais, psicológicos, culturais e subjetivos, não necessariamente material, e que é compartilhado socialmente ou entre um grupo, já que mito trata-se de um aspecto de identidade cultural coletiva e de um grupo que partilha dessa identidade. Campbell rapidamente ilustra os caminhos que a mitologia percorre:

A mitologia tem sido interpretada pelo intelecto moderno como um primitivo e desastrado esforço para explicar o mundo da natureza (Frazer); como um produto da fantasia poética das épocas pré-históricas, mal compreendido pelas sucessivas gerações (Müller); como um repositório de instruções alegóricas, destinadas a adaptar o indivíduo ao seu grupo (Durkheim); como sonho grupal, sintomático dos impulsos arquetípicos existentes no interior das camadas profundas da psique humana (Jung); como veículo tradicional das mais profundas percepções metafísicas do homem (Coomaraswamy); e como a Revelação de Deus aos Seus filhos (a Igreja). A mitologia é tudo isso. Os vários julgamentos são determinados pelo ponto de vista dos juízes. Pois, a mitologia, quando submetida a um escrutínio que considere não o que é, mas o modo como funciona, o modo pelo qual serviu à humanidade no passado e pode servir hoje, revela-se tão sensível quanto a própria vida às obsessões e exigências do indivíduo, da raça e da época. (Campbell, 2007, p. 192).

Todas as falas dele, nesse contexto, são respostas a esses discursos circulantes, que circulam e que sustentam a mítica, o ser mítico sobre ele. O mito Bolsonaro, essa imagem mítica, é uma relação dialética entre ato ilocutório e perlocutório é uma reação-

²¹ “La categoría de ethos colectivo se define como la imagen global que se atribuye a un grupo determinado sobre la base de representaciones estereotípicas ligadas a la categoría social o grupo de pertenencia del locutor.” (Sportuno, 2022, p. 23).

resposta antecipada ao auditório social que ele busca arregimentar como plateia e como soldados. (haja vista o cenário do episódio de 08 de janeiro de 2023). Não importa o que o Bolsonaro seja, mas sim os efeitos do discurso dele. Butler (2021) constata “um ato performativo de sucesso é aquele em que não apenas eu performatizo o ato, mas uma série de efeitos decorrentes do fato de que eu o performatizo.” (p.31). Ele cria essa pessoa no discurso e o discurso vai além de sua autoimagem e do seu ethos discursivo e da pessoa Bolsonaro, tanto que fazemos uso da expressão - Bolsonarismo - que evoca sentidos, signos, significantes e significados compartilhados entre o grupo que identifica-se e retroalimenta essa dialética.

O Ethos não é de natureza estática; Pelo contrário, o seu carácter dinâmico materializa-se através da rectificação, modificação, restauração ou transformação das imagens anteriores que pesam sobre o locutor encarregado da enunciação. Esta operação, denominada reelaboração do ethos anterior (Amossy, 2010), apela à formação de identidades individuais e coletivas.(Sportuno, 2022, p. 23).²²

Sátira, o ethos discursivo do personagem Bolsonaro é constituído em grande parte a partir da sátira e com a perspectiva de provocar deslocamentos. A sátira dá licença - nada poética - para agir de forma jocosa, grotesca, onde seu ethos discursivo é agenciado de forma alegórica e permite o fruir discursivo de seu personagem impunemente.

Separar o ato de fala do sujeito soberano faz surgir uma concepção alternativa de agência e, em última instância de responsabilidade, uma concepção que reconhece mais plenamente o modo pelo qual o sujeito é constituído na linguagem, o modo como aquilo que ele cria é também derivado de outras fontes. (Butler, 2021, p. 29-30).

Há uma série de subterfúgios complexos de signos e significantes utilizados como recursos de modo que compreende-se ideológico “pois, temos família”. Um personagem que corporifica a sátira é o bobo da Côte, conhecido na contemporaneidade como “joker”. Qual é a imagem discursiva do bobo da corte, é a do indivíduo que tem a permissividade do grotesco, de ser grosso, ríspido, mal-educado, esbaforido, bocudo, mas, sem grandes represálias, já que é apenas uma brincadeira. Utiliza-se da ideia do riso e da sátira, como uma construção de cena discursiva, na qual também é composta por uma teatralidade, mas, o foco aqui não é semiótica, e, uma projeção de um ethos discursivo tão bem elaborada que plasma sobre a pessoa Bolsonaro uma blindagem que

²² El ethos no es de naturaleza estática; por el contrario, su carácter dinámico se materializa a través de la rectificación, modificación, restauración o transformación de las imágenes previas que pesan sobre el locutor a cargo de la enunciación. Esta operación, denominada retrabajo del ethos previo (Amossy, 2010), apela a la conformación de identidades tanto individuales como colectivas. (Sportuno, 2022, p. 23).

lhe confere a impunidade diante dos discursos de ódio e demais violências, incitações agressivas e satíricas.

Essa construção sócio discursiva constitui dentro da cena discursiva que ele mesmo monta como bobo da corte - joker²³-, aquele que está autorizado a dizer qualquer coisa, aquele que não tem censura ao que diz, porque a ausência de censura ela coaduna com o horizonte apreciativo e a expectativa do auditório social. Há um auditório social que deseja ouvir, ver e compartilhar da experiência discursiva construída. Então, o agenciamento de seu ethos discursivo vai engendrando o discurso a tudo que esse auditório social deseja. O Bolsonaro, para além de alimentar a si mesmo, é um personagem criado para alimentar o desejo do outro. De certa forma, ele corporifica, personifica e dá forma discursiva a esse desejo simbólico, ideológico e, ao que dependesse dele, também material.²⁴ Pois, ele está dando voz, não a ele mesmo, mas, a toda uma expectativa desse auditório social que identifica-se com as normatividades e o agenciamento discursivo produzido. Portanto, há uma expectativa de que seu ethos discursivo venha a repercutir porque esse auditório social agencia as mesmas falas em seus pequenos grupos, na comunidade, no ouvido da pessoa que está do lado. De certa forma, ele dá vazão ao que político corretamente foi proibido. É o herói que reforça e protege interesses de uma determinada classe, o vingador, por isso ele é o mito. Todos compartilham o que Sportuno conceitua como ethos prévio, o grupo compartilha as relações de poder e dominação que estrutura a cisão e estratificação social que produz o “Nós” e “Eles”. Esse jogo social-estrutural-relacional de manutenção do poder se dá a partir dos conceitos elucidados por de Bhabha de hibridização, mutação e a estratégia da recusa que geram a resistência à visibilidade desse cenário socialmente compartilhado, agenciado e perpetuado por um grupo estrategicamente dominante. Sportuno nos elucida esse esquema a partir da noção de ethos prévio e das ideias prévias compartilhadas:

Essas ideias prévias dão origem a representações ou estereótipos coletivos cristalizados, entendidos como esquemas culturais produtivos pré-existentes que colaboram na compreensão do mundo e na regulação dos comportamentos sociais (Amossy e Herschberg Pierrot, 1987). Analisar a formação do ethos anterior implica, por um lado, pesar o estatuto institucional do orador e a sua posição num determinado campo e, por outro, as representações colectivas ou estereotipadas que o público tem do orador, bem como as ideias

²³ Bolsonaro escala um humorista para responder à imprensa. Ele faz uso de diversos recursos e gêneros comunicativos para construir o cenário e o agenciamento discursivo.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VIhiXRC9wQs> Acesso em: [30/09/23]

²⁴ Seu intenso incentivo à legalização das armas.

A partir dessas noções podemos compreender os processos intersubjetivos que envolvem a complexidade relacional-ideológico apresentada mas, evidencia-se que trata-se de uma estratégia política e de dominância complexa de circunscrever e manter as estratificações sociais e os corpos coletivos dissidentes da norma engendrados na normatividade e valores que imperam para determinados grupos e classes sociais que são tidos como socioculturalmente exaltados como hegemônicos dentro das imbricadas relações socioculturais de um país pós-colonial e seus atravessamentos. Fica discernido de que são movimentos que reforçam os interesses de determinados grupos e classes sociais dentro da sociedade.

As limitações da pesquisa foram seus diversos contratempos de diversas ordens e, percebo que há a possibilidade de desenvolvimento de uma análise que se aprofunde nos processos de construção do ethos, da narrativa e da cena enunciativa, tendo o ethos discursivo Bolsonaro como personagem da pantomima que se apoia em um jogo cênico que utiliza-se de recursos linguísticos e semióticos de aspectos socioculturais como ferramenta discursiva a partir de uma leitura analítica da sociedade brasileira.

²⁵ Esas ideas previas concitan las representaciones colectivas cristalizadas o estereotipos, entendidos como esquemas culturales preexistentes productivos que colaboran en la comprensión del mundo y la regulación de las conductas sociales (Amossy y Herschberg Pierrot, 1987). Analizar la conformación del ethos previo implica, por un lado, ponderar el estatus institucional del locutor y su posición en un campo determinado, y, por el otro, las representaciones colectivas o estereotipadas que el auditorio tiene del orador así como las ideas previas que el locutor tiene de su audiencia. (Sportuno, 2022, p. 22-23).

8 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S. Índícios do sistema coeducativo na formação de professores pelas escolas normais durante o regime republicano em São Paulo (1890/1930). *Educar*, Curitiba, nº 35 p 139- 152, 2009 Editora UFPR.

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Mediações contemporâneas: tradução cultural e literatura comparada. *Niterói*, n. 31, p. 77-96, 2. sem. 2011.

ANDRÉ, Maria da Consolação. *O ser negro: a construção da subjetividade em afrobrasileiros*. Brasília: LGE, 2008.

ARONOVICH, LOLA. “Prefácio à edição brasileira por Lola Aronovich, do blog *Escreva Lola escreva*”. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens / Gerda Lerner; tradução Luiza Sellera*. – São Paulo: Cultrix, 2019.

BARBOSA, Lorena. Carolina Maria de Jesus: a escritora pelos olhares de seus biógrafos. *literafro - portal da literatura afro-brasileira*.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Para uma filosofia do Ato Responsável*. [Tradução aos cuidados de Valdemir Miotello & Carlos Alberto Faraco]. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. 155 p.

BHABHA, K. Homi. *O local da cultura*. Tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte. Editora UFMG. 1998.

BLACKLEDGE, Catherine. *A história da V: abrindo a caixa de pandora*.

BONDER, Nilton. *A alma imoral*.

BURKE, Peter e PO-CHIA, Hsia (orgs.). *A tradução cultural nos primórdios da Europa moderna*. Tradução de Roger Maioli dos Santos. UNESP, 2009.

BUTLER, Judith, 1956- *A força da não violência [recurso eletrônico]: um vínculo ético-político / BUTLER, Judith; tradução Heci Regina Candiani; [prefácio de Carla Rodrigues]*. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2021.

BUTLER, Judith. *Regulações de gênero*. Em: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Claudia de Lima; LIMA, Ana Cecília Acioli. *Traduções da cultura. Perspectivas críticas feministas (1970-2010)*. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017, p. 692-716.

BUTLER, Judith *Discurso de ódio [recurso eletrônico]: uma política do performativo / Judith BUTLER; traduzido por Roberta Fabbri Viscardi*. – São Paulo: Editora Unesp Digital, 2021.

BOLA, JJ. *Seja Homem*. Tradução de Rafael Spuidar *A Masculinidade Desmascarada*. Porto Alegre, São Paulo, 2000.

CAMPBELL, Joseph. *O herói de mil faces*. Tradução Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Pensamento, 2007.

CASTANEDA, Marina. *O machismo invisível / Marina Castaneda; tradução Lara Christina de Malimpensa*. São Paulo: A Girafa Editora, 2006.

- COLLINS, H. P. e BILGE, S. Interseccionalidade; tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2020.
- CONNELL, R. W. Masculinities I R. W. Connell. - 2nd ed. 2005
- DESOUZA, E, BALDWIN JR, ROSA FH da. A construção social dos papéis sexuais femininos. *Psicol Reflex Crit* [Internet]. 2000;13(*Psicol. Reflex. Crit.*, 2000 13(3)):485–96
- EISLER, Riane. O Cálice e a Espada, A Nossa História, O Nosso Futuro.
- FISHER, Robert. O cavaleiro preso na armadura. Ed Nova Era. 2001.
- FOUCAULT, Michel, 1926-1984. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas / Michel Foucault; tradução Salma Tannus Muchail. — 8ª ed. — São Paulo: Martins Fontes, 1999. — (Coleção tópicos)
- GIMBUTAS, Marija. Sons of time (documentário).
- GUIMARÃES, R. F; NEWTON, C, C, P. Dizer-se parda, para não se dizer negra: autodeclaração entre trabalhadoras domésticas sindicalizadas e não sindicalizadas no Brasil.
- JAKOBSON, Roman. Aspectos linguísticos da tradução. *Linguística e comunicação*. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1975.
- JOHNSON, A, R. HE. A chave do entendimento da Psicologia Masculina. Ed. Mercuryo
- JUNG, Carl. Gustav. O Homem e seus Símbolos. 2 d. especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- JUNG, Emma. Animus e Anima. Ed. Cultrix. São Paulo. 1967.
- LERNER, Gerda. La Creación Del Patriarcado. Ed. Crítica/ Historia y Teoria. 1990.
- MILTON, John. Tradução: teoria e prática. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MOORE, Robert. GILLETTE, David. Rei Guerreiro Mago Amante. Editora Campus, 1993.
- MURARO, Rose Marie et BOFF, Leonardo. Feminino e masculino. Uma nova consciência para o encontro das diferenças. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.
- NEUMANN, Erich. A Grande Mãe.
- PYM, Anthony. Explorando teorias da tradução. Tradução de Cláudia Borges de Faveri, Rodrigo Borges de Faveri e Juliana Stein. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- QUALLS-CORBETT, Nancy. A Prostituta Sagrada: A face eterna do feminino. 4.ed. (Amor e Psique). São Paulo: Paulus, 2002.

RESENDE, Viviane de Melo *Análise do discurso crítica / Viviane de Melo Resende e Viviane Ramalho.* — São Paulo: Contexto, 2006.

REZENDE, Daniela. (2015). Patriarcado e formação do Brasil: uma leitura feminista de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. *Pensamento Plural*. 07-27.

O Silêncio dos Homens. Direção: Fabio Kabral. Ano de produção: 2019. Papodehomem e instituto PDH.

PINHEIRO, Bruno Marques Felipe: *Pistas linguísticas e paralinguísticas para os sentidos dos diminutivos.* UFSE, São Cristovão - SE. 2021

ROSOSTOLATO, Breno Silva. *Estupro marital: um estudo sócio-histórico de uma violência doméstica, sexual e de gênero.* / Breno Silva Rosostolato, Carlos José Fernandes Telles. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Metanoia, 2020.

RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo (Coleção Argonautas).* Ubu Editora. Edição do Kindle.

SCHUCMAN, L. V. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana.* USP. São Paulo. 2012.

SCHUCMAN, L. V. (2014). Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, 26(Psicol. Soc., 2014 26(1)), 83–94.

SCOTT, J. *Gender: a useful category of historical analyses.* Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press, 1989. Tradução Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila.

SICUTERI, Roberto. *Lilith – A Lua Negra.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart de Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

SPIVAK, Gayatri. *The Politics of translation.* In: Lawrence Venuti (ed.), *The translation Studies Reader.* London/New York: Routledge, 2000.

SPIVAK, Gayatri. *Tradução como cultura.* Tradução de Eliana Ávila e Liane Schneider. Florianópolis. n°48 p. 041-064. jan./jun. 2005.

SPORTUNO, L. M. *Subjetividad, discurso y traducción: la construcción del "ethos" en la escritura y la traducción / prólogo de María Carmen África Vidal Claramonte; María Laura Sportuno (coord.); Sabrina Solange Ferrero, Gabriel Matelo, Gabriela Luisa Yañez (colaboración editorial) Universidad de Valladolid, ed. Vertere : Monográficos de la revista Hermēneus; Vertere Traducción e interpretación. I. Universidad de Valladolid, ed. II.*

STEIN, Murray. *Jung: O mapa da alma: uma introdução.* 5. Ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, Sergio Gomes da. *Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos.* *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2000, vol.20, n.3, pp.8-15. ISSN 1414-9893

VIANNA, Claudia Pereira. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). *Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações*. Brasília, DF: Abaré, 2013. p. 159-180.

ZACCHI, V. Linguagem e subjetividade em Gramsci e Bakhtin. *Gragoatá*, 11(20). 2006.